



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



MARIANA DOS SANTOS FREITAS

**MÁXIMAS CONVERSACIONAIS
DIRECIONADAS AO TRABALHO DE
FACE EM DEPOIMENTOS DA CPI DA
COVID-19**

TRÊS LAGOAS – MS

2025



MARIANA DOS SANTOS FREITAS

**MÁXIMAS CONVERSACIONAIS
DIRECIONADAS AO TRABALHO DE
FACE EM DEPOIMENTOS DA CPI DA
COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Hagemeyer Burgo

TRÊS LAGOAS – MS

JANEIRO/2025

MARIANA DOS SANTOS FREITAS

**MÁXIMAS CONVERSACIONAIS DIRECIONADAS AO TRABALHO DE FACE EM
DEPOIMENTOS DA CPI DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vanessa Hagemeyer Burgo (Presidente)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL)

Prof. Dr. Ulisses Tadeu Vaz de Oliveira (Membro Interno)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL)

Prof^a. Dr^a. Sheyla Cristina Araujo Matoso (Membro Externo)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL)

Prof. Dr. Gustavo Ribeiro Lourenço (Membro Externo)

Universidade Estadual de Jardim (UEMS)

Prof. Dr. Ricardo Magalhães Bulhões (Suplente Interno)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPTL)

Prof^a. Dr^a. Letícia Jovelina Storto (Suplente Externo)

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP- CP)

Resultado _____ (Preenchido pela banca: aprovado / reprovado)

Três Lagoas/MS, 31 de janeiro de 2025.

Este trabalho é dedicado à memória daqueles que tiveram suas vidas interrompidas em razão da pandemia de Covid-19 e a todos que perderam uma pessoa amada durante esse período devastado de nossa história. Que as lembranças sigam inspirando nossa luta.

AGRADECIMENTOS

Antes mesmo de iniciar minha trajetória acadêmica e ao longo dela, tive a oportunidade de conhecer pessoas que contribuíram significativamente para essa jornada, às quais expresso meus sinceros agradecimentos:

Ao meu amigo e professor Daniel Marcolino (Danizito), pelas leituras, reflexões e partilha política. Em um cenário politicamente conturbado durante a pandemia, nossos diálogos surgiram como um raio de esperança. Sou grata pelos inúmeros momentos em que conversamos por horas no estacionamento da UFMS e pelas diversas videochamadas que impactaram profundamente a minha vida.

À minha orientadora, Vanessa Hagemeyer Burgo, que me acompanhou durante todo o processo da graduação, me acolheu carinhosamente no mestrado, me ensinou os caminhos da pesquisa e confiou a realização deste trabalho. É uma enorme honra ter sido orientada por essa mulher, com sensibilidade, inteligência e profissionalismo tão tocantes.

À minha mãe, Marlene, que me apoiou desde que decidi abandonar o curso de Direito em 2018. Ela confiou na minha decisão e continua acreditando em mim. Em grande medida, é por seu carinho e apoio que me sinto motivada.

Ao meu pai, Luiz, que se alegra quando conversamos sobre os assuntos acadêmicos e da vida. Ele sempre me deu suporte para seguir minha trilha, respaldando-me emocional e, muitas vezes, financeiramente.

Ao meu irmão, Washington, que, durante a pandemia, me amparou, permitindo que eu continuasse com meus estudos sem me preocupar com questões práticas do dia-a-dia.

Ao meu amigo Pedro Henrique, que está comigo desde a infância. Seus incentivos e informações valiosas sobre o meio acadêmico fizeram grande diferença na minha trajetória. Aprecio e valorizo a amizade, o amor e o companheirismo que compartilhamos.

Às minhas amigas Liza Correia, Laura Guarnieri e Larissa Ribeiro, agradeço pelos inúmeros encontros em que pude aliviar a mente, tomar todas e contar histórias, assim como pela carinhosa acolhida. Quando eu me sentia desanimada e duvidava da minha capacidade de concluir este trabalho, elas me deram o incentivo necessário.

Ao professor Ulisses Tadeu Vaz, pela atenção dedicada ao meu trabalho, pelas sugestões e correções que conferiram um novo tom às minhas análises. Agradeço a dedicação e o tempo investidos nas correções, sempre precisas, objetivas e profundamente significativas para o aprimoramento da pesquisa.

À querida professora Sheyla Matoso, sempre tão simpática e atenciosa em todas as suas observações. Ela me acompanhou desde a graduação e desempenha um papel fundamental na minha formação acadêmica, especialmente neste momento. Sou imensamente grata pelas correções, que foram essenciais e tiveram uma contribuição significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Gustavo Lourenço, pelas trocas literárias e acadêmicas, pelas aulas de literatura ainda na graduação que nos proporcionaram a oportunidade de mergulhar nas obras, encantando-nos com sua paixão. Sou grata pelas valiosas contribuições que fez ao meu trabalho, fundamentais para seu aprimoramento.

À CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa, que possibilitou minha dedicação integral a este trabalho. Sou especialmente grata pela concessão do aumento da bolsa em 2023, após dez anos sem reajuste, representando um apoio significativo para a continuidade e aprofundamento do meu projeto.

À literatura que tem um espaço especial em meu coração. A escrita literária sempre me atravessou e, por isso, estou aqui. As inúmeras leituras que realizei, sem grandes pretensões, ampliaram meu vocabulário – e mundo que a ele corresponde - e despertaram meu desejo de pesquisar.

Agradeço ainda a todos que, de alguma forma, fizeram parte desse processo formativo e contribuíram para a conclusão deste trabalho. São inúmeras as pessoas que participaram desse percurso, seja indicando um livro, compartilhando uma palavra de ânimo ou fazendo um convite para desanuviar a mente. A elas, o meu sincero agradecimento.

Dentro do carro fúnebre, o sr. Cantor pôde ver o caixão. Era impossível acreditar que Alan estivesse dentro daquela caixa de tábuas de pinho pálido e sem adornos só por ter pegado uma doença de verão. Aquela caixa da qual ninguém pode escapar por mais forte que seja. Aquela caixa em que um garoto de doze anos ficava com doze anos para sempre. Nós todos vivemos e envelhecemos a cada dia, porém ele permanece com doze anos. Milhões de anos se passam, mas ele ainda tem doze anos.

(Philip Roth, Nêmesis)

FREITAS, Mariana dos Santos. Máximas conversacionais direcionadas ao trabalho de face em depoimentos da CPI da Covid-19. 2025. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa investiga, sob a perspectiva da língua falada, as estratégias de linguagem utilizadas nas oitivas da CPI da Covid-19, com foco nos depoimentos dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello. O referencial teórico abrange os estudos da Pragmática, com base em autores como Grice (1975), Searle (1994), Fiorin (2021), Yule (1996), Pinto (2012); da Análise da Conversação, conforme Marcuschi (2001), Clark (2001), Cleyman e Heritage (2021), Koch (2006); e das teorias sobre Face e Polidez, fundamentadas em Goffman (1967), Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006), Fávero, Andrade e Aquino (2000), entre outros autores considerados relevantes para a pesquisa. Além disso, o aporte teórico explora as especificidades de uma CPI e seu papel no ordenamento jurídico brasileiro. O *corpus* consiste nas transcrições dos vídeos disponíveis no canal da TV Senado no *YouTube*, realizadas conforme as diretrizes de Preti (2009). O objetivo geral deste trabalho é analisar o uso das máximas conversacionais em interface com os procedimentos de preservação da face nos depoimentos selecionados. Para atingi-lo, os objetivos específicos incluem: discutir o uso de estratégias linguísticas destinadas a reduzir a carga problemática de tópicos abordados nos depoimentos dos ex-ministros da Saúde; investigar as intenções subjacentes dos interlocutores e os efeitos de sentido produzidos nas interações da CPI; e analisar as dinâmicas discursivas emergentes a partir da adesão ou violação das máximas conversacionais. Após a transcrição dos depoimentos, a pesquisa adotou o método empírico-indutivo, fundamentado nas características da língua falada e na variabilidade inerente à interação espontânea em contextos reais (Galembeck, 1999). Alinhando-se à pesquisa qualitativa, buscamos descrever e interpretar o texto falado de depoentes e senadores, destacando padrões de significado com base no referencial teórico selecionado. Nas análises realizadas, os resultados evidenciam que as oitivas selecionadas são marcadas por estratégias conversacionais que refletem tentativas de preservar tanto a face positiva quanto a negativa, além de violações constantes das máximas conversacionais. Observa-se também uma dinâmica comunicativa frequentemente ineficaz, resultante de interações de caráter inquisitório entre senadores e depoentes. Dessa forma, os resultados contribuem para as áreas da Pragmática e Análise da Conversação ao oferecer uma compreensão mais aprofundada das estratégias conversacionais utilizadas em contextos institucionais altamente conflituoso.

Palavras-chave: Máximas conversacionais; CPI; Covid-19.

FREITAS, Mariana dos Santos. Máximas conversacionais direcionadas ao trabalho de face em depoimentos da CPI da Covid-19. 2025. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2025.

ABSTRACT

This study analyzes, from the perspective of spoken language, the linguistic strategies employed in the testimonies of the Covid-19 Parliamentary Inquiry (CPI), focusing on the statements by former Health Ministers Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga, and Eduardo Pazuello. The theoretical framework encompasses Pragmatics, based on authors such as Grice (1975), Searle (1994), Fiorin (2021), Yule (1996), Pinto (2012); Conversation Analysis, according to Marcuschi (2001), Clark (2001), Cleyman and Heritage (2021), Koch (2006); and theories on Face-Work and Politeness, grounded in Goffman (1967), Brown and Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006), Fávero, Andrade, and Aquino (2000), among other authors deemed relevant for the research. Additionally, the theoretical framework explores the specificities of a Parliamentary Inquiry and its role in the Brazilian legal system. The *corpus* consists of transcriptions of videos available on the TV Senado YouTube channel, following the guidelines established by Preti (2009). The general aim of this study is to analyze the use of conversational maxims in relation to face-work procedures in the selected testimonies. To achieve this, the specific objectives include: discussing the use of linguistic strategies aimed at reducing the problematic nature of topics addressed in the testimonies of the former Health Ministers; investigating the underlying intentions of the interlocutors and the effects of meaning produced in the CPI interactions; and analyzing the discursive dynamics emerging from the adherence to or violation of conversational maxims. After transcribing the testimonies, the research adopted the empirical inductive method, based on the characteristics of spoken language and the inherent variability of spontaneous interaction in real contexts (Galembeck, 1999). This qualitative study describes and interprets the spoken discourse of witnesses and senators, identifying meaning patterns within the selected theoretical framework. The results of the analyses reveal that the selected hearings are characterized by conversational strategies that reflect attempts to preserve both the positive and negative face of the interlocutors, as well as frequent violations of conversational maxims. An often ineffective communicative dynamic is also observed, resulting from inquisitorial interactions between senators and witnesses. Therefore, the results contribute to the fields of Pragmatics and Conversation Analysis by offering a deeper understanding of the conversational strategies used in highly conflicting institutional contexts.

Keywords: Conversational Maxims; CPI; Covid-19.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AC	Análise da Conversação
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPIs	Comissões Parlamentares de Inquérito
FTA	Atos de ameaça a face
FFA	Atos lisonjeiros a face
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PC-RT	Reação em Cadeia da Polimerase com Transcrição Reversa
CONITEC	Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Particularidades da fala espontânea	34
Quadro 2 – Hesitação, pausa e correção	34
Quadro 3 – Estratégias para realizar FTAs	62
Quadro 4 – Normas para Transcrição	73
Quadro 5 – Normas de Preti aplicadas ao <i>corpus</i>	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL	20
2.1 Estrutura e funcionamento das CPIs	20
2.2 Especificidades do inquérito sobre a Covid-19	24
2.2.1 Relatório final da CPI da Covid-19: principais conclusões.....	26
3. ESTUDO DA LINGUAGEM NO CONTEXTO CONVERSACIONAL	30
3.1 Análise da Conversação: características e estrutura organizacional	30
3.2 Pragmática: fundamentos e aplicações na interação humana	38
3.2.1 Máximas Conversacionais.....	45
3.3 Conceito de face: identidade e relações interpessoais	52
3.3.1 Estratégias de polidez na interação verbal	59
4. METODOLOGIA E SELEÇÃO DE <i>CORPUS</i>	68
5. ANÁLISE DE DADOS	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
7. REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	112
APÊNDICE A – Transcrição do depoimento de Luiz Henrique Mandetta.....	113
APÊNDICE B – Transcrição do depoimento de Marcelo Queiroga.....	123
APÊNDICE C – Transcrição do depoimento de Eduardo Pazuello.....	133

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa está profundamente conectada à experiência pessoal e às inquietações vivenciadas durante o período pandêmico causado pela Covid-19. Durante o colapso do sistema de saúde, o desespero diante das notícias diárias sobre o aumento de mortes e da incapacidade dos governantes (frequentemente amparada por um viés ideológico que negava a materialidade da pandemia) em lidar com a crise, gerou uma sensação de vazio e desesperança quanto ao futuro.

A postura negligente das autoridades governamentais evidenciava um descaso que intensificava a angústia coletiva e desemparava hospitais e posto de saúde. Como pesquisadora, senti a necessidade de compreender mais profundamente as dinâmicas discursivas presentes nas instâncias de poder, particularmente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, e de investigar como a linguagem foi utilizada nesse contexto para justificar ações, evitar responsabilidades e até manipular narrativas.

Embora não tenha perdido nenhum parente próximo durante a pandemia, a sensação de luto foi constante e avassaladora. Sempre que acessava as redes sociais, encontrava a notícia de números crescentes de falecidos, criando um ciclo incessante de perdas. Essa realidade trouxe um sentimento de desespero, agravado pelo medo constante diante da incerteza dos dias futuros. Planejar ou imaginar o amanhã parecia impossível, como se o futuro tivesse sido suspenso, deixando no lugar uma sensação de vulnerabilidade que marcou significativamente aquele período e influenciou a decisão de investigar esse tema. Por esse motivo, é necessário realizar um recorte temporal desse período e destacar momentos marcantes da pandemia da Covid-19 no Brasil.

No dia 31 de dezembro de 2019 foram identificados os primeiros casos de uma “pneumonia viral” em Wuhan, na China¹. Nos dias seguintes, as autoridades chinesas confirmaram que se tratava do novo coronavírus (SARS-CoV-2)², posteriormente

¹ Com o início da pandemia, surgiram inúmeras notícias falsas alegando que o vírus havia sido criado em laboratório. No entanto, pesquisadores comprovaram, com base em evidências científicas, que o vírus teve origem a partir de um processo natural de evolução. (Para ver mais: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-genetico-mostra-por-que-virus-da-covid-19-nao-foi-feito-em-laboratorio/>)

² “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019” (Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus>).

denominado Covid-19. Embora inicialmente a letalidade da doença fosse desconhecida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou a adoção de medidas preventivas já na primeira quinzena de janeiro de 2020 (Brasil, 2021). No Brasil, no entanto, as primeiras ações foram implementadas, de forma branda, apenas a partir do dia 22 de janeiro, com a ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE)³, responsável por monitorar a situação junto à OMS (Brasil, 2020).

Em 3 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde decretou, por meio da Portaria 188, que o novo coronavírus constituía caso de emergência pública de relevância nacional. Tal portaria foi assinada pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que alertou sobre a alta infectividade da doença e propôs medidas básicas para conter a disseminação do vírus (Brasil, 2020b). Devido às circunstâncias emergenciais, o carnaval brasileiro de 2021, ao contrário dos anos anteriores, marcados por tradicionais desfiles e blocos de rua, não pôde ser celebrado. Muitos países adotaram medidas rigorosas para conter o avanço do vírus. No Brasil, no entanto, o cumprimento das orientações ocorreu de forma mais lenta, e o primeiro caso da doença foi registrado em 26 de fevereiro de 2020.

A forma como na ocasião o presidente da República Jair Messias Bolsonaro tratou a doença foi denominada “negacionista”, pois ele adotou um discurso de relativização do poder letal do vírus em momentos críticos da pandemia. De acordo com os senadores Rodrigues e Costa (2022), Jair Bolsonaro “tratava a doença por ‘gripezinha’ e fazia exercício ilegal da medicina ao prescrever tratamento precoce e remédios ineficazes no combate ao vírus” (Rodrigues e Costa, 2022, p. 8). Essas conclusões foram baseadas nos discursos e entrevistas concedidas pelo presidente, nas quais indicava medicamentos como dexametasona, hidroxicloroquina e ivermectina.

Com base no recorte elaborado por Castro e Burgo (2021), destacam-se alguns comentários do presidente sobre a pandemia: *9 de março de 2020*: “tem a questão do coronavírus também que, ao meu entender, está superdimensionado o poder destruidor desse vírus”; *20 de março de 2020*: “depois da facada não vai ter gripezinha que vai me derrubar não, tá ok?”; *29 de março de 2020*: “essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra, não como moleque (...). É a vida. Todos nós iremos morrer um dia” (Castro e Burgo, 2021, p. 6850). Por ocupar um espaço de poder, as

³ “O COE é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS” (Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/coes>).

falas e a forma de agir do então presidente levaram tanto a administração pública a seguir o mesmo caminho discursivo quanto uma parcela considerável da população a se inflamar com seu discurso e adotar a mesma postura negacionista.

Diante do cenário pandêmico e de alerta mundial, as orientações da OMS para evitar o contágio incluíram medidas como *lockdown* (bloqueio total de um Estado em caso de emergência extrema), uso de máscaras e distanciamento físico. Entretanto, o ex-presidente Jair Bolsonaro não concordava com tais orientações e adotou um discurso coerente com a política de imunidade de rebanho. Para Rodrigues e Costa (2022):

O termo “imunidade de rebanho” vem da medicina veterinária e representa o processo final de controle de uma doença que acomete rebanhos, que é enfrentada por meio de vacinas. Após a imunização de um percentual elevado de animais, há uma queda importante do número de indivíduos suscetíveis à infecção do vírus [...]. Ou seja, nem na verdadeira imunidade de rebanho a vacinação é dispensada como queria Bolsonaro (Rodrigues e Costa, 2022, p.33).

Apesar desse discurso, o Brasil registrou um número alarmante de mortes decorrentes dos efeitos letais da doença, resultado, em certa medida, da adoção de uma política que favorecia a imunidade de rebanho e o não cumprimento das orientações da OMS. Outro agravante foi o atraso na compra de vacinas. Em depoimento, o epidemiologista Pedro Hallal afirmou que: “95,5 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil se o governo federal não tivesse atrasado a compra das vacinas Coronavac e da Pfizer” (Pereira, 2021b). Além de verificar a não eficácia da imunidade de rebanho, é importante salientar que atualmente o número de mortos por Covid-19 no Brasil ultrapassa 700 mil⁴, e a doença não foi erradicada, mas controlada.

Em 2020, enquanto os brasileiros ainda aguardavam a vacina, surgiram notícias sobre medicamentos que poderiam ser usados para o tratamento precoce da Covid-19, como a hidroxicloroquina. O grupo de especialistas do Grupo de Desenvolvimento de Diretrizes da OMS publicou um artigo na revista *British Medical Journal*, no qual concluíram que: “a hidroxicloroquina não funciona no tratamento contra a Covid-19 [...] seu uso pode causar efeitos adversos” (Coraccini, 2021). Apesar da falta de comprovação científica, o medicamento foi defendido pelo então presidente da República que declarou, em um evento sobre a pandemia: “aqui neste prédio, 200 e poucos servidores foram acometidos pela Covid-

⁴ É possível encontrar informações mais detalhadas no site do Ministério da saúde na aba “Painel Coronavírus”, disponível em: <https://covid.saude.gov.br>.

19. Pelo que eu fiquei sabendo, a grande maioria [...] usou a hidroxiclороquina. Nenhum foi internado” (CNN Brasil, 2020).

Além da recomendação de medicamentos sem eficácia comprovada, durante o período pandêmico, quatro ministros da Saúde foram substituídos, o que contribuiu para fragilizar ainda mais a gestão saúde pública. As demissões, em grande parte, ocorreram devido ao desalinhamento com a postura negacionista do presidente brasileiro em relação à pandemia. Nesse contexto, com o crescente número de mortes, foi apresentado, em 18 de janeiro de 2021, um requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Proposta pelo senador Randolfe Rodrigues, a CPI tinha como objetivo “investigar ações e omissões do governo federal no combate à Covid-19, com foco especial no Amazonas, primeiro estado do país onde hospitais relataram falta de oxigênio para os pacientes” (Vieira, 2021). Iniciada em 27 de abril de 2021 e concluída em 26 de outubro do mesmo ano, a CPI ouviu depoimentos de convocados e convidados, que esclareceram os trâmites e a urgência na compra de vacinas. Conforme destacam Rodrigues e Costa (2022):

Pela primeira vez na história a CPI teve ampla participação social, um trabalho parlamentar que rompeu os limites do Congresso Nacional e foi transmitido, ao vivo, para todo o país pelas televisões, rádios e especialmente pelas mídias sociais, como Twitter e Youtube, por meio das quais as atividades da comissão foram acompanhadas em tempo real (Rodrigues e Costa, 2022, p. 17).

A CPI da Covid-19 representou um marco na investigação das ações e omissões do governo brasileiro durante a pandemia, revelando uma série de falhas administrativas e decisões que contribuíram para o agravamento da crise sanitária no país. As audiências trouxeram à tona questões cruciais, como a demora na aquisição de vacinas, a promoção de tratamentos ineficazes e o desalinhamento entre o governo e o Ministério da Saúde. Além de o relatório final apontar erros, atribuir responsabilidades e sugerir medidas legais contra várias autoridades, o impacto da comissão ultrapassou o campo jurídico. A ampla participação social transformou a investigação em um debate público.

Desse modo, consideramos que a CPI da Covid-19 ultrapassou a esfera do processo jurídico-político e se configurou como um evento discursivo, ou seja, um terreno fértil para análises mais detalhadas dos depoimentos. Com base nisso, esta pesquisa se fundamenta nos estudos de Análise da Conversação (AC), utilizando como referência autores consagrados como Marcuschi (2001), Clark (2001), Clayman e Heritage (2021), entre outros.

Para as estratégias de preservação da face e polidez, empregaremos os conceitos de Goffman (1967), Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni (2006), além da perspectiva pragmática de autores como Grice (1975), Fiorin (2021) e Yule (1996). A ideia para esta pesquisa surgiu a partir da análise preliminar de alguns depoimentos, que evidenciaram a CPI como um contexto rico para investigar a língua sob a ótica da ciência e observar a aplicação prática dos princípios da AC.

A partir do arcabouço teórico, estabelecemos o objetivo geral e os objetivos específicos. O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o uso das máximas conversacionais em relação de interface com os procedimentos de preservação da face nos depoimentos dos ex-ministros da Saúde brasileiros Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello na CPI da Covid-19. Os objetivos específicos são: discutir o uso de estratégias linguísticas para reduzir a carga problemática de tópicos abordados nos depoimentos dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello; investigar as intenções subjacentes dos interlocutores e os efeitos de sentido produzidos nas interações da CPI; e analisar as dinâmicas discursivas emergentes a partir da adesão ou violação das máximas conversacionais.

Diante do grande volume de depoimentos e da extensa duração das sessões da comissão, selecionamos as oitivas de três ex-ministros da Saúde: Luiz Henrique Mandetta, que depôs em 4 de maio de 2021; Marcelo Queiroga, que depôs em 6 de maio de 2021; e Eduardo Pazuello, que depôs em 19 de maio de 2021. Optamos por esses depoimentos devido à sua relevância na CPI, uma vez que os oradores, ex-titulares da pasta da Saúde, tomaram decisões que impactaram diretamente a condução da pandemia.

O *corpus* desta pesquisa está disponível no canal da TV Senado na plataforma de vídeos *YouTube*. Como se trata de material de acesso público e não envolve pesquisa com seres humanos, não foi necessário submetê-lo à avaliação do comitê de ética. Após a transcrição dos depoimentos, a investigação seguiu o método empírico-indutivo, embasado nas particularidades da língua falada e na diversidade própria das interações espontâneas em contextos autênticos (Galembeck, 1999). Em consonância com a abordagem qualitativa, o objetivo foi descrever e interpretar as falas de depoentes e senadores, evidenciando padrões de significado com base no referencial teórico selecionado.

Para a transcrição do *corpus*, adotaremos as normas desenvolvidas por Dino Preti (2009), conforme descrito nos volumes do projeto Projetos Paralelos NURC/SP. Essas diretrizes estão anexadas a este trabalho na seção 4 e incluem a denominação das ocorrências,

sinais caracterizadores e exemplos de cada tipo de ocorrência. Optamos por esse modelo de transcrição devido à sua clareza, objetividade e capacidade de abranger todos os tipos de elementos presentes no texto falado. A metodologia estabelece diretrizes sobre o que é permitido ou não na transcrição, fornecendo um padrão para os registros.

A estrutura deste trabalho foi organizada para abordar de maneira abrangente e coerente os temas que sustentam as análises finais. Na seção 2, discutiremos a CPI, apresentando seus trâmites, funcionamento e relevância jurídica e política. Além disso, exploraremos aspectos específicos da CPI da Covid-19, incluindo o relatório final e as principais conclusões das investigações. Esse período é de suma importância tanto para o contexto brasileiro quanto para os objetivos desta pesquisa, justificando, assim, o aprofundamento na contextualização e elucidação dos procedimentos adotados pela CPI.

A seção 3 e seus respectivos subitens tratam dos fundamentos teóricos que embasam esta investigação, incluindo conceitos em Análise da Conversação (AC), cujo enfoque no uso da língua é essencial para a compreensão da organização discursiva nas interações. Ademais, as questões da pragmática, as máximas conversacionais e o conceito de face, fundamentam o estudo do *corpus* no âmbito da língua falada e fornecem o suporte necessário para a construção das análises.

Os detalhes e critérios de seleção do *corpus*, o esquema de transcrição e a metodologia de análise de dados estão expostos na seção 4, que também aborda o percurso estabelecido para realizar a pesquisa, bem como particularidades sobre o tratamento da língua falada e o método utilizado no tratamento dos dados. Uma parte do texto consiste no quadro das normas de transcrição (Preti, 2009), que orienta e organiza o *corpus* desta pesquisa.

Por fim, este trabalho culmina na análise de dados e nas considerações finais, que apresentam o resultado das investigações realizadas. Constatamos que as análises contribuem para a compreensão da dinâmica discursiva presente na CPI, evidenciando a necessidade de proteção da autoimagem pública — mesmo que por meio de discursos distorcidos — e a tentativa (frequentemente falha) de manter uma interação polida em um ambiente de natureza inquisitória e conflituosa. Além disso, percebe-se que a violação constante das máximas conversacionais ocorre com o intuito de utilizá-las, na maioria das vezes, como estratégias conversacionais de preservação da face ou ameaça à face positiva/negativa do interlocutor.

Além disso, é importante destacar que a originalidade deste trabalho reside na abordagem da análise das interações discursivas no contexto da CPI da Covid-19. A pesquisa se distingue pela aplicação de conceitos da AC, da pragmática e dos estudos sobre face, em

um cenário de alta relevância social e política, que, até o momento, não havia sido explorado sob essa perspectiva metodológica. Ao focar no texto falado e observar as máximas conversacionais em interface com os procedimentos de preservação da face durante as oitivas, o trabalho contribui com uma análise qualitativa que visa não apenas compreender os mecanismos discursivos, mas também enriquecer o campo de estudos da linguagem aplicada a eventos políticos contemporâneos.

Desse modo, a pesquisa contribui significativamente para os estudos da linguagem ao evidenciar o papel estratégico da comunicação em contextos políticos conflituosos e de amplo interesse social. Ao analisar as dinâmicas da CPI da Covid-19, o trabalho proporciona uma compreensão mais aprofundada das estratégias comunicativas empregadas por figuras políticas a fim de modular a fala para violar máximas conversacionais visando preservar a autoimagem pública. Ademais, os resultados obtidos oferecem subsídios valiosos para pesquisadores interessados na intersecção entre linguística e política, oferecendo outras perspectivas para o ensino da linguagem e a análise de interações em contextos de conflito e negociação.

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

A estrutura e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) estão fundamentados na divisão de poderes estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que garante a independência e a harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. As CPIs são uma extensão do poder legislativo e têm como prerrogativa investigar fatos de interesse público, dispondo de poderes semelhantes aos das autoridades judiciais, incluindo a convocação de testemunhas, a realização de perícias e a requisição de documentos.

As CPIs devem seguir procedimentos rigorosos, que incluem a definição de prazos, objetivos e a composição de membros das casas legislativas. Seu objetivo é elaborar relatórios que reúnam provas, esclareçam irregularidades e recomendem medidas corretivas. Além disso, seus resultados podem ser encaminhados ao Ministério Público para responsabilização civil ou criminal.

No caso da CPI da Covid-19, instaurada em 2021, a investigação destacou ações e omissões do governo federal durante a pandemia, incluindo a crise de falta de oxigênio hospitalar em Manaus, que resultou em alta mortalidade e revelou falhas graves na administração do governo federal no combate à pandemia. O relatório final da CPI apontou erros administrativos e apresentou recomendações para o enfrentamento da doença, reforçando o papel das CPIs na promoção da transparência, responsabilização e aprimoramento da administração pública.

2.1 Estrutura e funcionamento das CPIs

A reflexão acerca da organização política e da divisão de poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — fundamenta-se nas ideias filosóficas de Montesquieu, que propôs a separação das funções governamentais como um mecanismo essencial para prevenir a concentração de poder e assegurar a liberdade (Kimura, 2001). Essa fragmentação refere-se à definição das funções do Estado que, embora seja uma entidade única, organiza suas obrigações típicas e atípicas de modo que cada poder detenha legitimidade e eficiência para tratar das questões que lhe são atribuídas. Essa estrutura é essencial para garantir que um dos chamados supraprincípios da Administração Pública, a supremacia do interesse público sobre o privado, seja atendido de maneira eficaz.

A questão da dinâmica entre os poderes está definida no artigo 2º da Constituição Federal de 1988, que determina: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Brasil, 1988). Por serem independentes, cada um exerce uma função essencial na estrutura do Estado, como, por exemplo, cada qual com suas funções típicas: a) o Judiciário tem o objetivo de aplicar leis e julgar de acordo com o estabelecido na Constituição Federal; b) o Legislativo cria e aprova leis, além de fiscalizar o Poder Executivo; c) o Executivo administra a gestão pública, executa e fiscaliza as leis do país (Brasil, 1988).

Conforme Kimura (2001, p. 2, grifo da autora), “é incorreto portanto falar-se [sic] em “divisão do poder político”, pois este não se divide. Dividem-se as *funções*, os atos em que se concretiza o exercício do poder”⁵. Isso significa que, embora a divisão de poderes seja realizada e os órgãos estatais trabalhem de forma independente, eles operam de maneira harmônica, respeitando os limites de atuação de cada um. Essa separação funciona como um sistema de freios e contrapesos que “serve ao fim inspirador do princípio – limitação do poder – constituindo, portanto, antes instrumento jurídico institucional que visa a impedir que um poder se sobreponha ao outro” (Ferraz *apud* Kimura, 2001, p. 3).

Neste trabalho, o foco recai sobre o Poder Legislativo, que não se limita à criação de leis, mas exerce, em certa medida, um poder político relevante também nos debates institucionais e constitucionais de extremo interesse público. Sob essa perspectiva, as CPIs representam uma extensão do poder Legislativo, pois, além de legislar, cumprem funções de fiscalização e controle, atendendo às suas atribuições constitucionais. Existem, portanto, dois tipos de comissões: as parlamentares, que podem ser técnicas ou temáticas, com caráter permanente ou temporário; e as comissões de investigação (caso das CPIs), que possuem, necessariamente, caráter temporário (Kimura, 2001).

É relevante destacar que o artigo 58 da Constituição Federal estabelece regras e atribuições para as comissões, listadas nos incisos I a VI, incluindo competências como: discutir e votar projetos de lei; realizar audiências públicas com participação civil; realizar convocações; receber reclamações e petições relativas a atos ou omissões de agentes públicos; e solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão, entre outras (Brasil, 1988). O parágrafo 3º do artigo 58 trata especificamente das CPIs:

⁵ Diferentemente, Alexandrino e Paulo (2008) afirmam que a ideia de uma separação rígida entre os Poderes foi sendo substituída por uma reinterpretação da harmonia entre eles. A partir disso, cada Poder passou a exercer, além das funções que lhe são próprias, outras funções que, inicialmente, estariam destinadas a um diferente Poder. De acordo com os autores, esse modelo mais flexível foi adotado a partir da Constituição de 1988.

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (Brasil, 1988).

Em particular, no que se refere às CPIs, conforme mencionado no parágrafo anterior, elas podem ser constituídas como comissões mistas, integradas por deputados e senadores, ou de forma separada⁶. Cabe ressaltar que os membros da comissão votam o texto de abertura da CPI, no qual são definidos prazos, participantes e cargos. As comissões atuam em investigações “mediante um fato determinado não diretamente relacionado a um campo temático” e representam um “órgão do Poder Legislativo que atua à luz do interesse público e, por seus membros (...) fornece elementos para fazer valer a Constituição, a lei e a ordem pública” (Kimura, 2001, p. 16).

No tocante às investigações, qualquer fato de interesse público pode ser objeto de inquérito. Nesse sentido, a apuração da CPI abrange uma ampla gama de irregularidades, incluindo instabilidades sociais, políticas e econômicas. Após a apresentação do requerimento, este deve ser assinado por pelo menos um terço dos membros da casa legislativa, que avaliará a relevância e a viabilidade da criação da CPI (Kimura, 2001). Além disso, a solicitação deve abordar uma questão de interesse social, assegurando que todos os trâmites jurídicos sejam conduzidos de maneira a evitar perseguição política.

Com o objetivo de atender ao interesse público, a CPI e a “idéia de poderes de investigação judicial vem associada à aptidão para produzir provas, tomando-se depoimentos, realizando-se perícia e mesmo requisitando-se documentos” (Barroso, 2000, p. 6). Em outras palavras, essa comissão tem a atribuição de conduzir investigações para atender ao interesse público e restabelecer a ordem pública, mas não possui poder de controle sobre os órgãos públicos. Nesse sentido, há força legal para que suas determinações sejam de “caráter obrigatório às determinações da comissão, ensejando providências como a condução coercitiva em caso de não comparecimento e impondo às testemunhas o dever de dizer a verdade” (Barroso, 2000, p. 7).

⁶ A CPI é uma comissão parlamentar de inquérito composta por parlamentares de apenas uma casa Legislativa (Senado ou Câmara), enquanto a CPMI (comissão parlamentar mista de inquérito) envolve membros de ambas as casas (Senado e Câmara).

A natureza jurídica do inquérito parlamentar vai além da mera fiscalização ou inquirição dos depoentes (Frota, 2006). As audiências pretendem produzir provas e informações por meio dos depoimentos, visando esclarecer as investigações. Como afirma Frota (2006): “a investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito se descortina em sede de processo extrajudicial (...) insculpido no relatório das investigações efetuadas, contido, por sua vez, em projeto de resolução” (p. 233). Em outras palavras, o resultado da CPI é o relatório das investigações realizadas, que reúne todas as provas e informações coletadas, além de apresentar as conclusões e recomendações da comissão.

Se nas conclusões da CPI constar a violação de aspectos relacionados à ordem jurídica, esses resultados devem ser encaminhados ao Ministério Público, que “deverá promover medidas judiciais, visando a responsabilização civil e criminal dos infratores” (Kimura, 2001, p. 22). Esses encaminhamentos são essenciais para garantir que as sanções sejam aplicadas e para reforçar a importância da transparência no sistema jurídico, assegurando que aqueles que cometeram tais violações sejam efetivamente punidos por seus atos.

Ressalta-se que as comissões criadas pela Câmara dos Deputados, pelos senadores ou pelo Congresso Nacional devem abordar assuntos de interesse nacional. De acordo com Kimura (2001, p. 50): “irregularidades praticadas pela administração pública federal somente poderão ser investigadas por CPI criadas pelo Congresso Nacional ou por qualquer de suas Casas”. Após a instauração, inicia-se a fase de trabalho. A primeira sessão é realizada para a nomeação do presidente, do vice-presidente e do relator. Todas as ocorrências e atividades devem estar disponíveis para consulta dos demais participantes (senadores ou deputados). A partir desse momento, os parlamentares iniciam as investigações e convocam os depoentes.

Portanto, as CPIs têm um papel indispensável na supervisão das atividades do governo e na proteção dos interesses da sociedade. Sua estrutura, composta por membros de uma ou mais casas legislativas, permite que diferentes perspectivas sejam consideradas durante a investigação de fatos relevantes. Ao possibilitar a apuração de irregularidades e a investigação de questões de interesse público, as CPIs fortalecem o processo democrático e promovem a transparência nas ações governamentais. Esse mecanismo é essencial para garantir que as autoridades sejam responsabilizadas por suas ações, contribuindo para a confiança da população nas instituições públicas brasileiras.

O funcionamento das CPIs é regulado por normas que conferem a esses órgãos poderes significativos, como a convocação de testemunhas e a requisição de documentos.

Essas prerrogativas possibilitam uma investigação minuciosa e abrangente, essencial para o esclarecimento de casos complexos. Além de identificar falhas e desvios de conduta, os relatórios finais elaborados pelas CPIs muitas vezes resultam em recomendações para reformas e melhorias nas políticas públicas. Dessa forma, as CPIs não apenas investigam, mas também propõem caminhos para o aprimoramento da administração pública, refletindo a responsabilidade dos legisladores em atender às demandas e preocupações da sociedade.

2.2 Especificidades do inquérito sobre a Covid-19

Conforme mencionado na seção anterior, a implementação da CPI deve seguir todos os trâmites jurídicos e legais, o que é fundamental para garantir a legitimidade do processo investigativo. Nesse contexto, o requerimento n.º 1.371, apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues em 18 de janeiro de 2021, visava investigar as ações e omissões do governo federal. Embora tenha alcançado rapidamente o número necessário de assinaturas, a CPI foi instaurada somente em 27 de abril de 2021 e concluiu seus trabalhos em 26 de outubro do mesmo ano.

Em razão da pandemia, os modos de comunicação e as reuniões precisaram ser ajustados para minimizar as aglomerações. No contexto político, houve uma reorganização das atividades, com os senadores realizando *lives* e videochamadas para discutir assuntos do Senado Federal, adotando, assim, um formato semipresencial. Apesar desse modelo remoto e da adaptação ao novo contexto funcionar bem, o Congresso Nacional se viu envolvido em uma “batalha de comunicação” com a oposição, relacionada às notícias que circulavam na época (Rodrigues e Costa, 2022, p. 24).

Entretanto, apesar da adaptação e reorganização bem-sucedidas, o número de mortos aumentava de maneira alarmante. Outro fator preocupante foi a crise no estado de Manaus, que enfrentou uma situação extremamente grave: durante dois dias a cidade ficou sem oxigênio (falta de suprimento hospitalar indispensável para pacientes com Covid-19), o que resultou em um aumento exorbitante no número de óbitos. Essa escassez crítica de oxigênio não apenas comprometeu a assistência médica, mas também gerou um estado de desespero

entre os profissionais de saúde e os familiares dos pacientes. A situação se agravou a ponto de ser necessário o uso de valas comuns⁷ para o sepultamento dos mortos (Brasil, 2021).

Conforme consta no relatório final da CPI, essas circunstâncias evidenciaram a falta de planejamento do sistema público de saúde:

No dia 14 de janeiro, ocorre a explosão de casos em Manaus e a falta de oxigênio, com transferência de pacientes para outros Estados (e com possível transferência da variante de Manaus junto). Sobre esse fato, o governo federal informou ao STF que soube da escassez de oxigênio apenas seis dias antes, o que, conforme apurado na CPI, mostrou-se inverídico (Brasil, 2021, p. 18).

No Senado, a movimentação para apurar as questões de responsabilidade do governo federal era intensa, com os aliados fazendo o possível para atrapalhar as investigações, mas sem sucesso. Um dos maiores escândalos da CPI ocorreu quando Carlos Murillo, executivo da Pfizer, prestou seu depoimento em 13 de maio de 2021. Durante o depoimento, surgiram evidências que corroboraram as falhas na gestão da crise de saúde e levantaram sérias acusações sobre o comprometimento do governo na aquisição de vacinas:

Entre maio e dezembro de 2020, o laboratório enviou mais de sessenta e-mails ao Ministério da Saúde priorizando a venda de vacinas para o Brasil, todos sem resposta. [...] Em março de 2021, o governo federal firmou o primeiro contrato de compra de vacinas como Pfizer. O fato que Carlos Murillo trouxe à CPI foi aterrador: a primeira oferta farmacêutica ao governo brasileiro aconteceu em agosto de 2020 (Rodrigues e Costa, 2022, p. 86).

Em meio às tentativas de contato com o governo federal, a empresa (Pfizer) ofereceu 70 milhões de doses da vacina. A justificativa para a rejeição da compra era a existência de uma cláusula de imunidade jurídica que protegia a empresa de possíveis irregularidades no uso da vacina. Somente após a aprovação do projeto de lei que autorizava essa cláusula foi que o governo decidiu realizar a compra (Rodrigues e Costa, 2022). Destaca-se que a condição em questão “era comum a todos os contratos de laboratórios como Pfizer/BioNTech e Johnson & Johnson, produtora da vacina Janssen, tinham realizado com diversos países, como Estados Unidos, Inglaterra, Israel e membros da União Europeia” (Rodrigues e Costa, 2022, p. 10).

⁷ As valas comuns são fossas coletivas utilizadas para enterrar vários corpos de uma só vez, sem a individualização dos túmulos. Elas foram usadas durante a pandemia para o sepultamento de pessoas que morreram em decorrência da Covid-19. Os familiares das vítimas não puderam realizar nenhum tipo de cerimônia devido à alta infectividade do vírus.

Outras empresas, além da Pfizer, enfrentaram dificuldades semelhantes para formalizar contratos durante a pandemia. No entanto, um fato contraditório é que não houve problemas relacionados à cláusula contratual na aquisição da vacina Covaxin, a mais cara do mercado. Apesar disso, o contrato não foi cumprido, pois o caso esteve envolvido em um “escândalo bilionário de corrupção” (Rodrigues e Costa, p. 11). Esse contexto de irregularidades e justificativas em relação aos contratos de vacinas, proporcionou a Jair Bolsonaro uma sensação de conforto para disseminar medidas de prevenção ineficazes contra a Covid-19. As falhas na gestão das aquisições contribuíram para uma resposta governamental inadequada à crise sanitária, refletindo uma grave negligência em priorizar a saúde pública.

Diante das narrativas distorcidas e do colapso no sistema de saúde, a CPI foi criada para investigar o governo federal, devido à violação dos direitos fundamentais à vida e à saúde de toda a população brasileira, além da omissão sistemática em seguir as diretrizes científicas estabelecidas por autoridades sanitárias globais, incluindo a OMS (Brasil, 2021). A comissão não buscou apenas esclarecer as distorções nas narrativas oficiais e a negligência nas diretrizes de saúde, mas também responsabilizar os envolvidos.

Entre os resultados da CPI, foram constatados atrasos na compra de vacinas e outras falhas na gestão pública durante o enfrentamento da crise sanitária. Além disso, a CPI indiciou o presidente Jair Messias Bolsonaro por crimes contra a humanidade, prevaricação e irregularidades na utilização de verbas públicas, fatores que contribuíram para a demora na aquisição das vacinas (Brasil, 2021). Essas constatações expõem não apenas as fragilidades do sistema de saúde daquele período, mas também levantam questões fundamentais sobre a responsabilidade política e a transparência governamental em tempos de crise.

Desse modo, a CPI da Covid-19 se destacou por suas especificidades em um contexto de crise sanitária sem precedentes. Sua criação foi motivada pela urgência de investigar as responsabilidades governamentais em relação ao colapso do sistema de saúde, à disseminação de informações distorcidas e à falta de seguimento das recomendações científicas. Ao abordar questões cruciais como a gestão da pandemia, a aquisição de vacinas e a atuação do governo federal, essa CPI se tornou um mecanismo de fiscalização e transparência essencial, não apenas para entender as falhas cometidas, mas também para garantir que a população tivesse acesso a informações precisas e verdadeiras.

Assim, a CPI da Covid-19 surgiu como um importante precedente para a atuação de comissões parlamentares em contextos de crise. Sua metodologia investigativa, que incluiu a convocação de testemunhas, a análise de documentos e a realização de depoimentos,

exemplifica a capacidade do Poder Legislativo de intervir em situações que ameaçam a saúde e o bem-estar da população. As conclusões e recomendações que emergiram desse processo proporcionaram, em certa medida, implicações significativas para a governança daquele período, além de oferecer respostas assertivas à população.

2.2.1 Relatório final da CPI da Covid-19: principais conclusões

Como discutido anteriormente, a CPI é instituída com a finalidade de investigar atos da administração pública, atuando como um instrumento das minorias e respeitando as competências que lhe são designadas. Isso implica que, ao operar no âmbito federal, a comissão não pode intervir nas esferas estaduais e municipais. Nesse contexto, o objetivo de uma CPI é identificar “falhas ou lacunas na legislação vigente que facilitem a prática das condutas em investigação para, ao final dos trabalhos, apresentar proposições que possam prevenir a ocorrência de fatos semelhantes” (Brasil, 2021, p. 10). Assim, a comissão de investigação não apenas busca apurar responsabilidades, mas também pretende fornecer subsídios para aprimorar a legislação e proteger o interesse público.

No que se refere ao relatório final da CPI da Covid-19, é fundamental observar que, enquanto o mundo enfrentava uma crise global durante a pandemia, o Brasil se destacou em 2021 não apenas pelo elevado número de infectados e mortos, mas também pelas repercussões econômicas significativas. Durante esse período, os preços de produtos básicos, como óleo, gasolina e gás de cozinha, atingiram patamares recordes, com aumentos alarmantes: “o arroz teve aumento de 51%, a carne, de 38%, o leite, de 12%. A energia teve aumento de 11,6%” (Brasil, 2021, p. 11). Embora a ênfase tenha sido colocada nos itens essenciais para os brasileiros, a economia geral do país estava em declínio, evidenciado pelo aumento exponencial da taxa de desemprego.

O relatório final também expõe o atraso na compra de vacinas, o elevado número de mortes, a escassez de leitos de UTI e a falta de medicamentos e suprimentos essenciais. Destaca-se ainda o colapso do sistema de saúde no estado do Amazonas, causado pela falta de oxigênio medicinal nos hospitais. É importante destacar que tais acontecimentos poderiam ter sido evitados se o governo federal tivesse atuado de maneira mais eficaz (Brasil, 2021).

Após depoimentos e investigações, foram identificados os seguintes crimes do Código Penal:

i) tentativa de homicídio (art. 121 c/c art. 14); ii) perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132); iii) epidemia (art. 267); iv) infração de medida sanitária preventiva (art. 268); v) omissão de notificação de doença (art. 269); vi) charlatanismo (art. 283); vii) incitação ao crime (art. 286); viii) falsificação de documento particular (art. 298); ix) falsidade ideológica (art. 299); x) uso de documento falso (art. 304), xi) emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315); xii) corrupção passiva (art. 317); xiii) prevaricação (art. 319); xiv) advocacia administrativa (art. 321); xv) usurpação de função pública (art. 328); xvi) tráfico de influência (art. 332); xvii) corrupção ativa (art. 333); xviii) fraude em licitação ou contrato (art. 337-L); xix) fraude processual (art. 347). Da mesma forma, se identificou o crime contra humanidade (Decreto nº 4.388, de 2002 – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, art. 7º, 1, k), bem como o crime de organização criminosa, previsto na Lei nº 12.850, de 2013 (Brasil, p. 996, 2021).

As provas coletadas pela CPI da Covid-19, especialmente os depoimentos e documentos recebidos, possibilitam o indiciamento de indivíduos, incluindo agentes políticos e servidores públicos que, de alguma forma, detinham o poder de influenciar ou decidir sobre medidas relacionadas ao combate à pandemia, além de particulares envolvidos em atos ilícitos (Brasil, 2021). Assim como no processo penal, quando há indícios de autoria e materialidade de um crime, a CPI deve priorizar o interesse da sociedade, mesmo diante de eventuais dúvidas na investigação “(*in dubio pro societate*)” (Brasil, p. 1015, 2021, grifo do autor). Isso ocorre porque a investigação parlamentar tem, entre seus objetivos, fornecer subsídios às autoridades responsáveis pela persecução penal, caso haja a necessidade de iniciar um processo criminal.

Com base na apuração da CPI e no relatório final, diversas pessoas foram indiciadas. Entre elas se destaca o ex-presidente Jair Bolsonaro, indiciado por crimes contra a humanidade e pela má gestão durante a pandemia; e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, indiciado por omissão de socorro e crimes contra a saúde pública (Brasil, 2021). Além dessas, outras autoridades também foram mencionadas no relatório final da CPI, que incluiu recomendações para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos.

Dessa forma, o relatório final da CPI da Covid-19 representa um marco significativo na análise das ações e omissões do governo federal durante a pandemia. Entre as principais conclusões, destacam-se as evidências de negligência na gestão da crise sanitária, com a identificação de falhas críticas identificadas tanto na aquisição de vacinas quanto na implementação de medidas eficazes de saúde pública. A CPI expôs a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a ausência de uma estratégia clara para enfrentar a pandemia, resultando em um número elevado de casos e mortes.

O relatório final ressalta ainda a importância de responsabilizar os agentes públicos por suas ações durante a pandemia, apontando para a urgência de mecanismos de transparência e fiscalização que possam prevenir a repetição de tais falhas em emergências sanitárias. Portanto, as conclusões apresentadas acentuaram as falhas da gestão de Jair Bolsonaro por falta de respostas mais eficazes e proativas em situações de emergência. A partir dessas investigações, o governo foi cobrado a implementar medidas para remediar as deficiências observadas no tratamento da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19.

Dessa forma, destaca-se ainda que a CPI da Covid-19, como evento político e social, possui uma grande importância para os estudos linguísticos, especialmente nas áreas de AC e pragmática. As interações durante os depoimentos, os questionamentos e as defesas da autoimagem oferecem um campo profícuo para a análise de estratégias de comunicação e construção de narrativas. A maneira como os depoentes se posicionam diante das perguntas, as formas de evitar responsabilidades, as tentativas de preservar a face positiva e negativa e a violação ou não das máximas conversacionais, revelam o rico campo de interação em que essas estratégias são fundamentais. Esse contexto se torna, portanto, uma fonte valiosa para compreensão de mecanismos linguísticos envolvidos nas interações de poder e na manipulação do discurso em esferas públicas e conflituosas.

3. ESTUDO DA LINGUAGEM NO CONTEXTO CONVERSACIONAL

A teoria da AC é um campo multidisciplinar dedicado ao estudo das interações humanas, explorando como os significados são construídos e negociados no âmbito da comunicação oral. Essa abordagem é fundamentada em premissas que reconhecem a importância do contexto social e cultural na formação das interações, enfatizando que a linguagem não é apenas um meio de transmissão de informações, mas também um instrumento de ação social. Autores como Erving Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987) contribuíram significativamente para a construção desse campo, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas conversacionais e das estratégias de face empregadas pelos interlocutores para gerenciar a imagem e a relação social.

A AC não se limita a examinar apenas o conteúdo das falas, mas também considera os aspectos estruturais e interativos que caracterizam a conversação, como turnos de fala, pausas, sobreposições e a gestão de tópicos (Marcuschi, 2001). Ao investigar depoimentos em contextos institucionais, como os da CPI, a teoria possibilita a análise das intenções subjacentes dos interlocutores e as dinâmicas discursivas a partir da adesão ou violação das máximas conversacionais. Dessa forma, é possível observar que a AC dialoga diretamente com outros campos de estudos da linguagem, mostrando-se como uma ferramenta valiosa para compreender a complexidade das relações entre linguagem e política.

Na política, a AC ganha destaque em contextos de entrevistas, debates, audiências públicas e, especialmente, em momentos de crise, como no caso da pandemia de Covid-19, em que a comunicação cuidadosa pode influenciar a percepção pública da autoimagem do falante. Nesses cenários, é possível observar como os políticos recorrem a expedientes linguísticos específicos para controlar a fala e reduzir o impacto de afirmações polêmicas. Essa abordagem permite identificar padrões discursivos que revelam intenções subjacentes ou estratégias de manipulação da narrativa. Desse modo, a AC contribui para evidenciar como determinadas escolhas linguísticas são feitas no discurso político, oferecendo uma perspectiva crítica acerca das estratégias de comunicação e da gestão das relações no espaço público.

3.1 Análise da Conversação: características e estrutura organizacional

Desde os primeiros instantes de vida, a comunicação se manifesta de forma instintiva: o choro, que funciona como o primeiro indicativo de desconforto, fome, dor ou busca por

atenção. Com o passar do tempo, essa forma primitiva de expressão evolui, dando lugar a meios mais sofisticados, que refletem o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo. À medida que as fases da vida avançam, a interação se expande para a fala e a escrita, como afirma Marcuschi (2001, p. 14): “a conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”.

Apesar da evolução cognitiva, o choro permanece como uma forma de elaborar desconfortos e sentimentos profundos, mesmo que suas motivações mudem com o tempo. Isso evidencia que a linguagem, em suas diversas manifestações, é o canal por meio do qual o ser humano expressa emoções, articula pensamentos, realiza criações artísticas, desenvolve ciência, entre outras atividades nas quais o exercício da linguagem é fundamental. Assim, partindo da compreensão da conversação como parte essencial da vida cotidiana, nesta seção serão abordadas as características e os aspectos estruturais da AC.

À primeira vista, a AC pode parecer um estudo amplo, já que a conversa é uma atividade cotidiana que ocorre de formas variadas e espontâneas. No entanto, trata-se de um ramo da linguagem que investiga a interação social, examinando como a fala cotidiana revela estruturas, padrões e significados inerentes à língua. Esse campo surgiu na década de 1960 com os sociólogos Harvey Sacks, Emmanuel Schegloff e Gail Jefferson, que exploraram as estruturas e as regras que regem as interações diárias. Segundo Dionísio (2012):

Enquanto os sociólogos reconhecem que a conversação nos diz algo sobre a vida social, ao procurarem responder a questões do tipo “como nós conversamos?”, os linguistas da Análise da Conversação perguntam “como a linguagem é estruturada para favorecer a conversação?” e reconhecem que a conversação nos diz algo sobre a natureza da língua como fonte para se fazer a vida social (Eggins e Slade, 1997 *apud* Dionísio, 2012, p. 82).

Nas interações cotidianas, a conversação é o meio pelo qual transações, discussões, acordos e outras práticas sociais são realizadas. Para Marcuschi (2001), a conversa é fundamental na interação humana, ocorrendo tanto em situações simples quanto complexas do dia a dia. Embora pareça desordenado, o diálogo segue uma organização com regras implícitas que os falantes aplicam, mesmo sem perceber. Segundo o autor, essa estrutura é mantida por elementos como: (a) a necessidade de interação entre ao menos dois participantes, excluindo monólogos; (b) a alternância ordenada de turnos entre os falantes; (c) “presença de uma sequência de ações coordenadas”; (d) “identidade temporal”, simultaneidade; (e) interação centrada, um tópico específico (p. 15).

Além dos elementos estruturais da conversação, Marcuschi (2001) aponta os tipos de diálogo como uma característica fundamental. Grosso modo, o diálogo simétrico permite que todos os participantes tenham liberdade para falar a qualquer momento, como ocorre nas interações do dia a dia. Em contrapartida, o diálogo assimétrico apresenta uma coordenação, na qual um dos participantes assume o papel de iniciar, direcionar e encerrar a interação. A conversação é, portanto, uma construção social antiga e essencial, desenvolvida à medida que as pessoas se relacionam e buscam atender às suas necessidades.

Clark (2001) destaca que, em contextos específicos como as relações aluno-professor, médico-paciente ou de amizade, os participantes seguem regras que variam conforme o ambiente e o tipo de vínculo estabelecido. Cada conversa é guiada por propósitos que influenciam as normas e orientam as interações. Esses objetivos conversacionais, como a manutenção da cordialidade, a preservação da própria imagem ou o desejo de encerrar rapidamente a conversa, limitam e direcionam o comportamento e o discurso dos participantes.

Segundo Clark (2001, p. 2744, tradução nossa), “os participantes [da conversação] também têm objetivos particulares — ser educados, não perder a face ou terminar rapidamente, por exemplo — e estes também restringem o que os participantes fazem e dizem”⁸. Esses aspectos ressaltam como as interações são moldadas não apenas pelo contexto, mas também pelas intenções individuais, resultando em uma dinâmica complexa e flexível que se ajusta às circunstâncias e aos objetivos de cada participante. Esse processo evidencia a natureza multifacetada da comunicação humana, onde a negociação de sentidos e a adaptação são constantes.

Nessa perspectiva conversacional, Clayman e Heritage (2021) afirmam que o “comportamento social real em seu habitat natural, situado em encontros com familiares e amigos, colegas e colegas de trabalho, fornece uma janela direta para os fenômenos sociais à medida que são encenados e experimentados na vida cotidiana” (p. 225, tradução nossa)⁹. Essa afirmação resalta a importância do cotidiano na manifestação das dinâmicas sociais, sugerindo que as interações informais funcionam como micro-janelas para a compreensão mais ampla dos fenômenos linguísticos.

⁸ No original: “The participants also have private goals - to be polite, not to lose face, or to finish quickly, for example - and these, too, constrain what the participants do and say” (Clark, 2001, p. 2744).

⁹ No original: “Actual social behavior in its natural habitat, situated within encounters with family and friends, colleagues and coworkers, provides a maximally direct window into social phenomena as they are enacted and experienced in everyday life” (Clayman e Heritage, 2021, p. 225).

Ainda segundo os autores, os estudos conversacionais se tornaram um dos principais métodos de investigação sobre comportamento social, pois analisam condutas que ocorrem de maneira espontânea em um determinado momento, utilizando gravações e transcrições como fontes de dados. A questão do contexto deve ser considerada, pois, como afirmam Clayman e Heritage (2021, p. 227, tradução nossa), “o comportamento social é sensível à situação¹⁰”.

Isso significa que, dependendo do contexto, a atitude do falante não apenas muda, mas também interfere em sua forma de comunicação. Essa sensibilidade ao contexto revela que a conversação é um sistema no qual cada falante, de modo implícito ou explícito, compartilha suas vivências e experiências no diálogo, tornando a conversa um processo imprevisível. Assim, os desdobramentos da interação sempre dependerão das escolhas e das disposições dos participantes, enfatizando a natureza colaborativa e inesperada do processo.

De acordo com Dionísio (2012), os estudos em interação verbal ressaltam que a comunicação é uma ação conjunta entre os interlocutores, sendo necessário que as ações sociais se complementem com as individuais para que a interação seja eficaz. Nesse sentido, embora definições mais antigas se concentrem na conversação face a face, é fundamental considerar que atualmente existem diversas formas de diálogos (*WhatsApp, Google Meet*, etc). As chamadas de vídeo são um exemplo disso, pois possibilitam que os participantes se conectem por meio de uma tela, mantendo um contato mútuo apesar da distância física (ação conjunta). Essas novas modalidades de comunicação ampliam significativamente o escopo dos estudos em AC, proporcionando novas e variadas possibilidades de análise e compreensão das dinâmicas interativas em contextos modernos.

Dentro da estrutura organizacional da conversação, é importante destacar que a fala espontânea envolve uma produção simultânea, na qual o pensamento é formulado e exposto ao mesmo tempo. Diferente do texto escrito, a fala não permite revisões ou correções antes de ser expressa, uma vez que o interlocutor elabora seu discurso e, em seguida, pode intervir e modificar a dinâmica interativa em tempo real. Contudo, essa simultaneidade não significa que a conversa seja desordenada ou desprovida de sentido. Ademais, existem fenômenos que podem amenizar o impacto dessa natureza efêmera da fala, como as hesitações, interrupções, correções e repetições, entre outros elementos intrínsecos à oralidade.

Para Marcuschi (2006), a hesitação desempenha um papel relevante na fala sob a perspectiva da interação, pois é uma “atividade textual-discursiva que atua no plano do processamento e não da formulação textual” (p. 48). Além disso, conforme aponta o mesmo

¹⁰ “social behavior is situationally sensitive” (Clayman e Heritage, 2021, p. 227).

autor, existem expressões prosódicas que também contribuem para esse mecanismo, como pausas e alongamentos vocálicos, bem como as expressões hesitativas: “*áh*”, “*éh*” e “*ahn*”. Para ilustrar brevemente essa dinâmica, apresentaremos dois quadros com exemplos retirados da transcrição do depoimento de Marcelo Queiroga na CPI da Covid-19. Neste contexto, (R) representa o relator Renan Calheiros e (Q) refere-se a Marcelo Queiroga:

Quadro 1 – Particularidades da fala espontânea

(Q) senador é uma questão **conjec/ de uma conjectura... éh::** eu tenho que subsidiar o presidente com informações técnicas pra que o presidente tome as melhores decisões... o presidente da república ele pode nomear ou demitir um ministro a qualquer momento... é atribuição dele

Fonte: A própria autora.

Quadro 2 – Hesitação, pausa e correção

(R) **éh:::** presidente não foi isso que eu perguntei **eu pergun/vossa excelência** está de acordo com essas declarações? Eu não estou aqui querendo saber de quem é a competência de editar decreto eu sei de quem é a competência... **eu não iria perguntar isso a vossa excelência**

Fonte: A própria autora.

No primeiro exemplo (Quadro 1), é possível observar, no texto destacado, que o depoente interrompe sua fala antes de concluir a palavra “conjectura” para corrigir a ausência da preposição “de” e do artigo indefinido “uma”. Além disso, ele faz uso de pausas, representadas pelos três pontos “...” e de expressões como *éh::*, que auxiliam na formulação das frases e na construção do pensamento. Esses elementos refletem as particularidades do texto falado, em que a produção *in loco* impõe tais modulações.

No segundo exemplo (Quadro 2), além de usar a expressão hesitativa “*éh*” com alongamento “:::” o relator faz uma pausa na repetição “eu perguntei” e esclarece, ao final que: “não iria perguntar isso a vossa excelência”. Isso evidencia um mal-entendido em relação à pergunta feita, que ele não pôde corrigir imediatamente, levando-o a usar seu turno de fala para retificar o que havia dito. Sobre as correções, Fávero, Andrade e Aquino (2015) afirmam que o falante, ao produzir um enunciado, não se limita a criar uma sequência de palavras, mas realiza uma ação intencional. Formular, portanto, significa concretizar ações que estruturam e organizam os enunciados de um texto, nesse caso, o texto falado.

No contexto da AC, é essencial entender que cada contribuição dos falantes não ocorre de maneira isolada, mas sim em resposta ao fluxo contínuo da interação. A conversa é, portanto, um processo cooperativo no qual as falas se conectam e se corespondem umas às

outras, formando uma sequência organizada. Nesse sentido, conforme destacado por Dionísio (2012):

As contribuições dos falantes devem demonstrar, de alguma forma, uma relação com o curso da conversa, pois **a conversação é uma atividade semântica**, ou seja, um **processo de produção de sentidos**, altamente **estruturado** e funcionalmente **motivado** (Dionísio, 2022, p. 84, grifo nosso).

Trata-se, pois, do conhecimento prévio dos falantes sobre as condições necessárias para que uma conversação aconteça, um saber adquirido ao longo do tempo, à medida que o indivíduo desenvolve suas habilidades conversacionais. É importante destacar que o objeto de análise da AC é a interação planejada localmente, ou seja, a espontânea (Marcuschi, 2001). Nesse contexto, não se enquadram tentativas de diálogo artificial, como as presentes em roteiros de filmes e peças teatrais. Embora haja esforços para simular espontaneidade nesses cenários, essas formulações passam por ensaios e revisões de texto, ou seja, não são produzidas localmente.

Conforme afirma Koch (2006), todo texto resulta de uma "co-produção", e o que diferencia um texto do outro é a maneira como essa co-produção ocorre. No contexto da conversação, a co-produção é evidenciada pela interação dinâmica entre os falantes, que se apoiam mutuamente para construir significados em tempo real. Enquanto no texto escrito o autor tem mais controle sobre a estrutura e a coerência do discurso, no texto falado, a co-produção é marcada pela espontaneidade e pela necessidade de adaptação imediata às respostas e reações do interlocutor:

No texto escrito, a co-produção se resume à consideração do Outro para o qual se escreve, não havendo participação direta e ativa deste na elaboração linguística do texto, em função do distanciamento entre escritor e leitor [...]. No texto falado, por estarem os interlocutores co-presentes, ocorre uma interlocução ativa, que implica um processo de co-autoria, refletido, na materialidade linguística, por marcas de produção verbal conjunta (Koch, 2006, p. 40).

A distinção entre texto escrito e texto falado, como destaca Koch (2006), revela a importância da co-presença na construção da linguagem e dos sentidos. No texto falado, o envolvimento direto dos interlocutores cria uma dinâmica em que a fala é constantemente adaptada e ajustada conforme as reações do outro, promovendo uma colaboração imediata e contínua. Esse processo, caracterizado pela co-autoria, torna-se visível em marcas como interrupções, reformulações e produções verbais, que indicam a construção conjunta da

interação. Assim, a alternância de turnos e a possibilidade de intervenção ativa do interlocutor tornam o texto falado um campo fértil para a manifestação interdependente de significados.

Ainda a respeito das especificidades do texto falado, é importante salientar que a distinção entre texto falado e texto escrito não é apreciada nas pesquisas na AC. Embora essas duas formas de discurso apresentem características distintas, essa visão dicotômica pode levar a um entendimento de (des)favorecimento de uma em detrimento da outra.

Para Marcuschi (2001b, p. 17) “oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia”. Essa perspectiva sugere que, em vez de pensar em fala e escrita como categorias mutuamente exclusivas, é mais produtivo enxergá-las como um contínuo, em que ambas se encontram em um grau de similaridade:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (Marcuschi, 2001b, p. 42, grifo do autor).

O autor discorre sobre a relação entre fala e escrita, enfatizando que os elementos de gênero podem tanto diferenciar quanto aproximar os textos discursivos dos textos escritos. Ele aponta que, embora certos gêneros sejam mais predominantes na oralidade, outros se manifestam mais na escrita, compartilhando, contudo, uma série de características linguísticas e discursivas. Ou seja, o contínuo entre fala e escrita sugere que essas modalidades não estão completamente separadas, mas sim situadas em um espectro no qual suas características podem variar e se sobrepor.

Outro conceito importante para compreender a relação entre a fala e a escrita é a noção de erro. Considerando como exemplo o objeto de análise deste estudo (CPI da Covid-19), observa-se a presença de discursos formais, por se tratar de pessoas bem instruídas em ambiente jurídico e com alto grau de monitoramento. Apesar disso, os falantes cometem alguns equívocos na pronúncia e na gramática. Entretanto, no texto falado, a definição de erro não se aplica da mesma forma que na escrita, pois, como mencionado anteriormente, existem características intrínsecas à fala que não correspondem à noção de erro gramatical.

Nesse sentido, Rezende (2014) afirma que, apesar do apego às “regras gramaticais da escrita” — que constituem os parâmetros da formalidade —, um texto oral apresentará

características próprias de sua modalidade que não podem ser entendidas como “erros” (Rezende, 2014, p. 142). Essa perspectiva acentua a importância de considerar a oralidade em sua especificidade, reconhecendo que as nuances da fala é uma parte natural da comunicação, mesmo em contextos formais.

De acordo com Yule (1996), na AC há várias metáforas que buscam descrever a estrutura das interações verbais. Para alguns estudiosos, a conversa se assemelha a uma dança, em que os interlocutores coordenam seus movimentos de maneira harmoniosa. Para outros, ela se assemelha ao tráfego, em que há muitos movimentos alternados, mas sem colisões.

Seguindo essa linha de pensamento, ao observarmos as manifestações da AC ambientadas na CPI da Covid-19, podemos imaginar a interação como uma *partida de xadrez*. Nesse cenário, cada fala é cuidadosamente elaborada e posicionada para atingir objetivos estratégicos, e os interlocutores ajustam suas *jogadas* com base nas respostas do *adversário*¹¹. Assim como no xadrez, a fala em um ambiente altamente conflituoso exige uma atenção redobrada às reações e aos *movimentos* do outro, sendo necessário antecipar as intenções para escolher o próximo movimento com precisão.

Com base no exposto, consideramos que a AC se apresenta como ferramenta indispensável para a compreensão das nuances das interações verbais, especialmente em contextos cotidianos. Caracterizada por uma dinâmica de turnos de fala e por um sistema de cooperação implícita, a AC considera que os interlocutores não apenas transmitem informações, mas também constroem significados de maneira conjunta. Yule (1996) e Marcuschi (2001) destacam que a conversa é frequentemente estruturada de forma a facilitar a participação ativa dos falantes, refletindo uma organização que se adapta em tempo real às necessidades e respostas dos participantes.

A AC também enfatiza o papel do contexto e das normas sociais que moldam a fala, esclarecendo que cada interação é influenciada por fatores como o ambiente, o propósito da conversa e as relações interpessoais. Estudos como os de Koch (2006) sublinham que, ao contrário de uma simples troca de informações, a conversação é uma atividade semântica altamente motivada, onde a intenção e a relevância são fundamentais. Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda das estratégias utilizadas pelos falantes que ajudam na coautoria do discurso. Analisando essas características, a AC ilumina os mecanismos da

¹¹ É importante destacar que a palavra *adversário* é utilizada como uma metáfora para a relação entre relator-depoente ou senadores-depoentes. Embora os envolvidos nesse processo comunicativo não sejam inimigos, devido à tensão e à relevância do período e dos acontecimentos, as falas emergem de maneira mais cuidadosa e meticulosa.

comunicação e contribui para o entendimento das complexas interações sociais que caracterizam o cotidiano humano.

Portanto, essa forma de análise da língua se configura como um campo interdisciplinar essencial, oferecendo um método científico valioso para compreender as dinâmicas interativas que permeiam a comunicação humana. Ao focar nas sutilezas da fala, a AC apresenta as regras implícitas que regem as conversas e investiga como fatores sociais, culturais e situacionais influenciam a produção do discurso. Por meio de gravações, transcrições e análises detalhadas, esse campo observa a linguagem e investiga a complexa construção de significados nas relações interacionais.

3.2 Pragmática: fundamentos e aplicações na interação humana

A pragmática, enquanto ramo da linguística, concentra-se na análise do uso da linguagem em contextos específicos, enfatizando como o significado é construído não apenas por meio das palavras, mas também pelas situações de interação, pelas intenções dos falantes e pelas normas sociais que regem as conversas. Fundamentada nas ideias de teóricos como Paul Grice (1913 – 1988), a pragmática investiga fenômenos como implicaturas, atos de fala e dêixis, explorando como os falantes comunicam significados além do que é explicitamente dito. Assim, segundo Fiorin (2021):

A pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da Linguística, que criam outros objetos teóricos. O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala (Fiorin, 2021, p. 166).

Considerando fatores como dêixis, atos de fala, implicaturas e a noção de contexto, a pragmática revela os movimentos intrincados da comunicação humana, proporcionando uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e das práticas discursivas que moldam nossas interações cotidianas. Essa abordagem é especialmente relevante no âmbito da AC, pois permite compreender as estratégias comunicativas utilizadas pelos falantes e os efeitos de sentido que emergem no texto falado.

Conforme expõe Pinto (2012), a pragmática pode ser interpretada, em um primeiro momento, como o estudo do uso linguístico, compreendido a partir da dicotomia entre língua

e fala, proposta originalmente por Ferdinand de Saussure (1857–1913)¹². Ainda segundo a autora, Saussure argumenta que a língua, enquanto objeto central da linguística, deve ser compreendida como um sistema autônomo, voltado para suas estruturas e regras, excluindo a fala de sua análise direta.

Em contraste, a pragmática surge como um campo que subverte essa perspectiva “defendendo a não centralidade da língua em relação à fala” (Pinto, 2012, p. 56). A abordagem pragmática enfatiza que o significado não está restrito apenas às palavras ou às regras gramaticais, mas é construído na interação entre os falantes, considerando os fatores como intenção, contexto e a dinâmica da conversação.

Por meio dessas considerações, pode-se observar que a pragmática questiona a primazia da língua ao propor uma abordagem que valoriza o contexto e a interação comunicativa. Essa perspectiva amplia o foco do estudo para além das estruturas linguísticas, reconhecendo que o significado é construído na prática da comunicação. A pragmática dedica-se a observar a dinâmica da língua em seus diversos contextos, enfatizando que o significado não se restringe ao que é dito, mas também inclui como e por que é dito.

Atualmente, é comum incluir aspectos culturais, sociais e políticos nos estudos linguísticos, considerando que o contexto está profundamente interligado à linguagem e às práticas discursivas dos indivíduos. Nesse sentido, o papel do contexto se torna fundamental para a teoria dos atos de fala. Ao investigar a linguagem, o filósofo britânico John Langshaw Austin (1911–1960) destacou a ideia de que “falar é fazer” (Austin, 1990). Em termos gerais, ao proferir algo, além de expressarmos uma mensagem também realizamos uma ação.

O texto em questão foi traduzido para o português brasileiro com o título: *Quando dizer é fazer: palavras e ações*. Originalmente formulado a partir de uma série de conferências ministradas pelo autor na Universidade de Harvard em 1955, o estudo reflete as aulas que ele conduziu na Universidade de Oxford, onde desenvolveu suas concepções sobre a linguagem como um ato.

Antes de adentrarmos no texto do filósofo, é importante destacar o que Lopes (2018) afirma sobre o autor:

Austin desconstrói abertamente o postulado fundador do positivismo lógico, então dominante no mundo anglo-saxónico, segundo o qual a função básica da linguagem é descrever/representar estados de coisas do mundo; a assunção deste postulado tem

¹² Apesar de reconhecermos a relevância dos estudos do linguista e filósofo Ferdinand de Saussure, para os propósitos deste trabalho, adotaremos a explicação de Pinto (2012), que se mostra suficiente para sustentar e dar continuidade à linha de pensamento proposta.

como corolário restringir a análise da linguagem às frases declarativas e assumir como critério exclusivo de abordagem do seu significado (...) (LOPES, 2018, p. 140).

A citação de Lopes (2018) apresenta a crítica de Austin ao positivismo lógico, uma corrente de pensamento dominante no mundo anglo-saxônico no início do século XX. O positivismo lógico defendia que a principal função da linguagem era representar ou descrever o mundo, ou seja, mostrar como as coisas são de modo objetivo. Com essa visão, a linguagem era considerada válida apenas quando utilizava enunciados declarativos, capazes de serem verdadeiros ou falsos (como, por exemplo, “o céu é azul”). Esse critério, chamado de correspondência, orientava a análise do significado de qualquer frase.

Austin questionou essa visão restritiva e introduziu a ideia de que a linguagem vai além da descrição. Ele argumentou que, em muitos casos, ao dizer algo, as pessoas estão realizando uma ação, não apenas descrevendo o mundo. Por exemplo, ao afirmar “eu prometo”, o falante está realizando o ato de prometer (Austin, 1990). Isso ampliou a compreensão sobre a linguagem, mostrando que ela apresenta múltiplas funções, como dar ordens, fazer promessas, declarar intenções, entre outras. Assim, o autor desconstruiu a visão de que a linguagem se limita a descrever e propôs uma abordagem que valoriza o contexto e o papel do ato de fala.

Austin (1990) inicia seu texto explicando que certas declarações, pronunciadas em contextos específicos, não servem apenas para descrever ou informar algo, mas também para realizar uma ação. Um exemplo claro apresentado por ele é o uso da palavra “aceito” durante uma cerimônia de casamento: “quando digo diante do juiz ou no altar, etc. “Aceito”, não estou relatando um casamento, estou me casando” (Austin, 1990, p. 25, grifo do autor).

Para esse tipo de sentença, o autor introduz o termo “sentença performativa”. A palavra “performativa” é derivada do verbo em inglês *to perform*, relacionado ao conceito de *ação*: “ao se **emitir** o proferimento está-se **realizando uma ação**, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente ao dizer algo” (Austin, 1990, p. 25, grifo nosso). Austin também ressalta que o efeito performativo depende do contexto de uso; assim, a palavra “aceito” só assume o valor de ação em um contexto específico, como o casamento.

Nesse sentido, o autor esclarece que não basta pronunciar palavras soltas para gerar um efeito; é necessário que as palavras adequadas sejam ditas no contexto apropriado para que uma ação seja efetivamente realizada. Ele observa: “uma ação pode ser realizada sem a

utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas” (Austin, 1990, p. 27). Em outras palavras, mesmo em situações nas quais o proferimento performativo não é exigido, todos os elementos e gestos envolvidos nesse evento devem estar alinhados ao contexto para que o ato tenha o efeito desejado.

Austin (1990) destaca que os proferimentos performativos possuem características de declarações gramaticais que não podem ser julgadas em termos de verdadeiro ou falso. Esse aspecto é especialmente relevante para o estudo, pois o autor aponta para uma interessante aplicação dos proferimentos performativos no contexto jurídico, no qual *palavras são ações*. Em situações legais, expressões e termos específicos, ditos no contexto apropriado, não descrevem uma realidade, mas produzem diretamente efeitos legais e decisões judiciais, demonstrando o impacto direto da linguagem no âmbito jurídico:

Segundo estou informado, no direito processual norte-americano **o relato do que se disse vale como prova**, caso o que tenha sido dito seja um proferimento do tipo que chamamos performativo, **porque este é considerado um relato com força legal**, não pelo que foi dito, o que resultaria num testemunho de segunda mão – não admissível como prova – mas **por ter sido algo realizado, uma ação**. Isso coincide perfeitamente com nossa intuição inicial a respeito dos proferimentos performativos (Austin, 1990, p. 30, grifo nosso).

O autor acrescenta que o sucesso de um proferimento performativo depende do contexto apropriado para que ele seja considerado *feliz* (realizado de forma completa e eficaz) ou *infeliz* (sem efeito). Ele utiliza a palavra “aceito” em uma cerimônia de casamento como exemplo: se dita sem a presença de testemunhas ou de uma autoridade, como o juiz, a palavra carece de significado prático, tornando-se vazia e sem impacto real (Austin, 1990). Nesses casos, o autor considera o ato como *nulo ou sem efeito*, já que o procedimento é desprovido de autoridade e não gera as consequências esperadas. No entanto, se proferida no contexto correto e diante das pessoas certas, essa mesma palavra efetiva o casamento entre duas pessoas, demonstrando a importância do cenário adequado para a concretização do ato performativo.

Após a exposição dos diferentes usos de proferimentos performativos, o autor parte para a explicação do que são os *atos de fala*. Essa teoria, desenvolvida pelo autor, abrange três tipos de atos que ocorrem simultaneamente em um enunciado: *locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*. Inicialmente, Austin (1990) ressalta que, ao dizer algo, estamos, de fato, realizando uma ação, como demonstrado em seus exemplos anteriores. No entanto, ele faz

uma distinção importante ao abordar os atos locucionários, explicando que não se trata apenas de proferir certos sons ou palavras, mas sim de utilizar uma construção linguística que carrega um “significado” específico (Austin, 1990, p. 85), no sentido filosófico da palavra, ou seja, com um sentido e uma referência claramente determinados.

Sobre os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, é importante esclarecer brevemente cada um deles: os atos locucionários consistem no ato de dizer algo, ou seja, no enunciado em si, na estrutura linguística utilizada. Os atos ilocucionários se caracterizam pelo “dizer-fazer”; eles representam a intenção do falante ao proferir a frase, manifestando-se na forma de ordens, pedidos ou promessas. Por fim, os atos perlocucionários dizem respeito ao efeito que o enunciado tem sobre o interlocutor, ou seja, como a mensagem é recebida e o impacto que ela gera na pessoa que a escuta (Austin, 1990)¹³. Dessa forma, Austin propõe que existe um conjunto finito de tipos de atos de fala, apresentando uma primeira classificação que, posteriormente, seria revisitada e ampliada por John Searle (Lopes, 2018).

John Searle (1932-), discípulo de Austin, ampliou e fortaleceu os estudos pragmáticos iniciados por seu mentor. Em seu trabalho, Searle (1964) levanta questões fundamentais sobre a relação entre filosofia e linguagem, perguntando: “como fazem as palavras as vezes das coisas? Qual a diferença entre uma sequência de palavras com significação e sem significação? O que é para uma coisa ser verdadeira ou falsa?” (Searle, 1964, p. 10). Essas perguntas desafiam os limites da análise linguística tradicional e buscam compreender como a linguagem representa a realidade e atua sobre ela, influenciando o comportamento e a percepção dos indivíduos.

Ao abordar essas questões, o autor contribui para uma compreensão mais profunda dos atos de fala e da função da linguagem no contexto social e filosófico, destacando a importância da intencionalidade na comunicação e como as palavras podem ser utilizadas para realizar ações. Com um viés filosófico, especificamente a filosofia da linguagem, Searle (1984) busca fornecer explicações sobre os fenômenos recorrentes na linguagem. Nessa perspectiva, o autor analisa o significado das expressões linguísticas e o papel ativo que elas desempenham nas interações humanas, enfatizando como a intenção do falante e o contexto

¹³ Observa-se que os atos perlocucionários, como discutido por Austin (1990), estão diretamente ligados a um dos objetivos deste trabalho: investigar as intenções subjacentes dos interlocutores e os efeitos de sentido produzidos nas interações da CPI. No contexto da CPI da Covid-19, isso é particularmente relevante, pois as palavras proferidas pelos depoentes e senadores buscam expressar questionamentos ou informações e têm o poder de influenciar as percepções do público, moldar opiniões e, por vezes, alterar o rumo das discussões.

em que a comunicação ocorre influenciam a interpretação e os efeitos das declarações. Nesse sentido, de acordo com Lopes (2018):

Searle retoma e aprofunda a noção de ato ilocutório, a unidade básica da atividade linguística. Nesse sentido, propõe uma forma de representação dessa unidade através da fórmula $F(p)$, sendo F o marcador da força ilocutória e p o conteúdo proposicional do enunciado (Lopes, 2018, p.144).

A autora afirma que as contribuições de Searle para a *teoria dos atos de fala*, especialmente sua noção de ato ilocucionário, são consideradas uma das unidades fundamentais da atividade linguística. O filósofo argumenta que, ao enunciar, os falantes expressam informações e realizam ações por meio da linguagem (assim como afirmou Austin, 1990). A fórmula $F(p)$ proposta por ele é útil para representar essa complexidade: F denota a força ilocutória, ou seja, a intenção do falante ao fazer um enunciado, enquanto (p) se refere ao conteúdo proposicional, que é a informação transmitida pelo enunciado.

Para exemplificar a fórmula $F(p)$, quando alguém diz “está calor aqui”, a força ilocutória (F) pode ser um pedido para ligar um ventilador (a intenção), e o conteúdo proposicional (p) é a informação sobre a temperatura (o que é dito). Essa formulação permite analisar o que é comunicado, além da intenção e da função comunicativa assumida pelo enunciado no contexto da interação. Searle (1984) expande a compreensão do ato de fala, enfatizando que a análise da linguagem deve considerar tanto o significado literal quanto as implicações sociais e contextuais dos enunciados.

Considerando o aprofundamento realizado por Searle (1994) em seus estudos sobre os atos de fala, o autor afirma que:

falar uma língua é executar actos de fala, actos como; fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc., e, num domínio mais abstracto, actos como; referir e predicar; em segundo lugar, estes actos são, em geral, possíveis graças a certas regras para o uso de elementos linguísticos e é em conformidade com ela que eles se realizam (Searle, 1994, p. 26).

A partir da citação de Searle (1994), pode-se afirmar que falar uma língua vai além da mera transmissão de informações, pois envolve a execução de diversos atos de fala, como fazer afirmações, dar ordens, formular perguntas e fazer promessas. Cada uma dessas ações está ligada a regras específicas que governam o uso dos elementos linguísticos, permitindo que esses atos sejam efetivamente realizados dentro de um contexto comunicativo.

Além disso, o autor argumenta que seus estudos se concentram nos atos de fala porque toda comunicação ocorre por meio de atos linguísticos. A expressão de um ruído, quando proferida intencionalmente, representa uma forma de comunicação linguística. O filósofo ainda destaca que os estudos semânticos não se distanciam completamente da análise dos atos de fala. Isso ocorre porque, ao enunciarmos, geramos não apenas um significado, mas também uma realização concreta desse enunciado, que pode ter um efeito específico sobre o interlocutor.

Assim como Austin (1990), Searle (1994) argumenta que, para a realização de um ato de fala, é fundamental que haja um contexto específico e uma frase ou um conjunto de frases. É a partir dessa enunciação em um contexto determinado que um ato de fala é efetivamente realizado. Uma das contribuições mais significativas do autor é a distinção entre os diferentes tipos de atos de fala, bem como a discussão das regras, significações e proposições que os acompanham. Searle (1994) enriquece o conceito de ilocução, classifica os atos de fala e introduz o conceito de forças ilocucionárias, além de diferenciar os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Apesar de não concordar plenamente com a distinção feita por Austin (1990), o autor adota esses termos, demonstrando como sua análise se entrelaça com o trabalho de seu mentor, mas também avança e refina a teoria.

Dentre os atos ilocucionais, Searle (1994) identifica três ações principais do enunciador. A primeira tem como base o ato de enunciar palavras (frases, morfemas). A segunda diz respeito à referência de predicação (os atos proposicionais). Por fim, a terceira ação é a realização de atos ilocucionais, como: “afirmar, perguntar, ordenar, prometer, etc.” (Searle, 1994, p. 35). É importante ressaltar que, embora o autor separe cada ação de enunciação, o falante pode elaborá-las de forma simultânea ou não: “isolar cada um desses tipos de atos é bastante problemático, já que os <<critérios de identidade>> são diferentes para cada caso” (Searle, 1994, p. 36, grifo do autor).

Lopes (2018) destaca a interdependência entre intencionalidade e convencionalidade nos atos ilocutórios, enfatizando que esses atos também estão ligados a convenções linguísticas específicas por serem intencionais. Isso significa que os falantes têm intenções ao se comunicar, mas esses objetivos se manifestam por meio de escolhas linguísticas que seguem normas e padrões socialmente reconhecidos:

Refira-se, em primeiro lugar, a estreita ligação entre intencionalidade e convencionalidade na definição dos atos ilocutórios: sendo intencionais, os atos são também convencionais, na medida em que estão convencionalmente associados a

propriedades formais dos enunciados. (...) Noutras palavras, a consecução dos objetivos comunicativos requer a consciência de que os atos envolvem escolhas linguísticas que não são aleatórias (Lopes, 2018, p. 150).

Nesse sentido, a intencionalidade implica que os falantes sejam conscientes de suas escolhas linguísticas e dos objetivos que buscam alcançar por meio da comunicação. Essa consciência é fundamental para a eficácia do ato comunicativo, pois a capacidade de selecionar palavras e estruturas adequadas não é aleatória, mas sim baseada em convenções que permitem a compreensão mútua entre os interlocutores. Segundo Lopes (2018), essa relação entre intenção e convenção é essencial para a consecução dos objetivos comunicativos, pois assegura que as interações sejam reconhecidas e interpretadas conforme o esperado.

Desse modo, a pragmática emerge como uma área fundamental no estudo da linguagem, pois permite compreender as complexas interações humanas além das estruturas formais da língua. Ao focar na relação entre o uso da linguagem e o contexto em que ela ocorre, a pragmática revela como os significados são construídos a partir de elementos sociais, culturais e situacionais, não apenas de palavras e frases. Essa abordagem é crucial para a AC, na qual a dinâmica dos atos ilocutórios, a intenção dos falantes e as convenções sociais se entrelaçam, permitindo uma análise mais profunda das interações comunicativas (Searle, 1994; Lopes, 2018).

Ademais, a aplicação dos conceitos pragmáticos em diferentes contextos, como no discurso político, na publicidade e nas relações interpessoais, demonstra a versatilidade dessa área de estudo. A compreensão das implicaturas, da dêixis e dos atos de fala enriquece a análise das trocas comunicativas, revelando as intenções subjacentes e os efeitos de sentido que emergem nas interações. Desse modo, a pragmática se estabelece como um campo indispensável para a pesquisa nas ciências sociais, ampliando a compreensão da linguagem como um fenômeno vivo e em constante evolução.

3.2.1 Máximas Conversacionais

As máximas conversacionais, formuladas inicialmente pelo filósofo Herbert Paul Grice (1913–1988), constituem princípios fundamentais que orientam as interações verbais, ajudando a manter a fluidez e a clareza na comunicação. Esses princípios, que incluem a maximização da quantidade, qualidade, relevância e modo, são essenciais para a construção

de um discurso eficaz e para a facilitação da compreensão mútua entre os interlocutores. Ao observá-las, os falantes conseguem evitar mal-entendidos e criar um ambiente comunicativo mais cooperativo. No entanto, a violação (intencional ou não) dessas máximas pode revelar aspectos interessantes da interação, como estratégias de polidez ou desvio de temas.

Os estudos de Grice (1975) foram motivados pela relação entre lógica e conversação, tendo como origem as conferências realizadas em 1967 na Universidade de Harvard. Posteriormente, em 1975, esses ensinamentos foram publicados na forma de um artigo intitulado *Logic and Conversation*. O objetivo do autor era rebater a ideia de que a conversação não segue uma ordem específica, defendendo que existem princípios subjacentes que orientam as interações. Nesse sentido, as contribuições de Grice (1975) para os estudos da pragmática são extremamente relevantes, pois aborda os princípios da conversação e discute questões de implicatura e cooperação, elementos essenciais para a compreensão da dinâmica comunicativas.

Conforme destaca Fiorin (2021, p. 176), “os comportamentos linguísticos são determinados por regras ou princípios gerais de natureza racional, ou seja, a maneira de utilizar a linguagem na comunicação é regida por princípios gerais assentados em inferências pragmáticas”. Nesse contexto, Grice (1975) contribui significativamente para a pragmática ao introduzir a noção de implicatura, que se refere à informação não expressa explicitamente no enunciado, mas que pode ser inferida pelo interlocutor com base no contexto da conversa. Tal compreensão é crucial, pois permite que o significado das palavras transcenda suas definições convencionais.

Para exemplificar, em determinado momento da CPI da Covid-19, Marcelo Queiroga é acusado de não ter autonomia em seu ministério. O relator, senador Renan Calheiros, afirma: “segundo... a imprensa, o senhor tem bom relacionamento pessoal... com membros da família do presidente da república... até que ponto... esse:: relacionamento pode interferir em suas ações à frente do ministério?”¹⁴. Neste contexto, o relator sugere que Queiroga não tem autonomia no Ministério da Saúde devido à sua proximidade com a família do ex-presidente Jair Bolsonaro. Assim, o exemplo destaca como as inferências pragmáticas moldam a interpretação das interações. Desse modo, por meio da análise das máximas conversacionais, é possível compreender as dinâmicas da comunicação, revelando as complexas relações entre o que é dito e o que é sugerido.

¹⁴ Para as transcrições utilizamos as normas de Preti (2009), disponíveis no tópico “METODOLOGIA E SELEÇÃO DE CORPUS”

Nesse sentido, Grice (1975) ilustra a complexidade das implicaturas na comunicação, na qual o significado das palavras não se limita às suas definições convencionais, mas se expande para englobar inferências contextuais:

Em alguns casos, o significado convencional das palavras usadas determinará o que está implicado, além de ajudar a determinar o que é dito. Se eu disser (presunçosamente), *Ele é um inglês; ele é, portanto, corajoso*, eu certamente me comprometi, em virtude do significado de minhas palavras, sendo o caso de que seu ser corajoso é uma consequência de (decorre de) ser inglês (Grice, 1975, p. 44, grifo do autor)¹⁵

A partir do exemplo anterior e da citação de Grice (1975), é possível observar que a capacidade de um falante de atribuir significados adicionais a enunciados simples reflete a riqueza das interações e a importância do contexto na interpretação do discurso. Essa perspectiva ressalta como os interlocutores, ao fazerem uso da linguagem, navegam por particularidades que vão além do que é explicitamente declarado, implicando significados que podem, às vezes, não ser imediatamente evidentes.

A respeito das implicaturas, Fiorin (2021) esclarece que Grice (1975) não utiliza o termo “implicação”, mas sim “implicatura”, devido à sua abrangência maior. Enquanto a implicação é um conceito restrito, que “só pode ser provocada por uma expressão linguística”, a implicatura possui um alcance mais amplo, pois “pode ser suscitada por expressões linguísticas e pelo contexto ou pelos conhecimentos prévios do falante” (Fiorin, 2021, p. 176).

Grice (1975) diferencia dois tipos de implicaturas: *conventional implicature* (implicatura convencional) e *conversational implicature* (implicatura conversacional). A implicatura convencional refere-se àquelas que estão ligadas a expressões específicas dentro da língua e que podem ser entendidas independentemente do contexto da conversa. Por outro lado, a implicatura conversacional é mais dependente do contexto e surge da interação entre os falantes, sendo influenciada pelas intenções comunicativas e pelas inferências que podem ser feitas a partir das contribuições de cada interlocutor na conversa. Sobre esse aspecto teórico, Fiorin (2021) afirma que:

A implicatura convencional é provocada apenas por um elemento linguístico, ela não precisa de elementos contextuais para ser feita, enquanto a implicatura

¹⁵ No original: “In some cases the conventional meaning of the words used will determine what is implicated, besides helping to determine what is said. If I say (smugly), He is an Englishman; he is, therefore, brave, I have certainly committed myself, by virtue of the meaning of my words, to its being the case that his being brave is a consequence of (follows from) his being an Englishman” (Grice, 1975, p. 44).

conversacional, seja ela generalizada ou particular, apela sempre para as noções de princípio da cooperação e máximas conversacionais (Fiorin, 2021, p. 176).

Além das implicaturas, Yule (1996) apresenta o princípio da cooperação, e para explicá-lo o autor oferece o seguinte exemplo: imagine uma situação em que uma mulher está sentada em um banco de parque com um grande cachorro deitado à sua frente. Um homem se aproxima, senta-se ao lado dela e pergunta se o cachorro morde. Ela responde que não. Em seguida, ele é mordido e reclama “Ai! Ei! Você disse que seu cachorro não morde”. Ela esclarece que, de fato, seu cachorro não morde, mas o cachorro que ele encontrou não é dela: “Ele não morde. Mas aquele não é o meu cachorro” (Yule, 1996, p. 36, tradução nossa)¹⁶.

De acordo com o autor, o problema está na interpretação da comunicação. O homem interpretou a resposta da mulher como se ela estivesse confirmando que o cachorro próximo a eles era dela e que ele não morderia. No entanto, ela apenas respondeu de acordo com o que foi perguntado. A expectativa do homem de receber mais informações do que foi explicitamente dito gerou uma falha de entendimento.

Desse modo, Yule (1996, p. 37, tradução nossa) afirma que o princípio da cooperação consiste em: “faça a sua contribuição de conversação de acordo com o que é exigido, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito ou direção aceita da troca de conversa na qual você está envolvido”¹⁷. Esse princípio sugere que, para que uma conversa seja eficiente e cumpra seus objetivos, os participantes devem agir cooperativamente, adaptando suas contribuições às necessidades da interação em determinado momento. Segundo Grice (1975), isso significa que cada pessoa deve fornecer apenas a informação necessária e relevante, de forma apropriada ao contexto e o propósito estabelecido na interação.

O princípio da cooperação é fundamentado em quatro máximas: *qualidade*, *quantidade*, *relação* e *modo*. Essas máximas orientam os falantes a serem sinceros, informativos, relevantes e claros. Portanto, o princípio cooperativo refere-se ao ajuste da contribuição de cada participante ao contexto e ao objetivo da conversa, facilitando a construção mútua de sentido. Grosso modo, Grice (1975) e Yule (1996) defendem que o êxito na comunicação depende de uma colaboração ativa entre o falante e o interlocutor, na qual cada parte compartilha aquilo que se espera, conforme o fluxo e o propósito da conversa em questão.

¹⁶ No original: Man: Ouch! Hey! You said your dog doesn't bite. Woman: He doesn't. But that's not my dog.

¹⁷ No original: The cooperative principle: Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged (Yule, 1996, p. 37).

Grice (1975) define as quatro máximas que regem a comunicação eficaz e que, quando violadas, prejudicam a clareza e a cooperação entre os interlocutores. Essas máximas – qualidade, quantidade, relevância e modo – funcionam como princípios implícitos que guiam a interação, orientando os participantes a transmitir informações verídicas, suficientes, pertinentes e formuladas de maneira clara. A observância dessas máximas sustenta o entendimento mútuo e a construção de sentido na comunicação, enquanto a sua violação pode gerar implicaturas, isto é, significados subentendidos que vão além do conteúdo literal expresso. Para melhor definição, trataremos cada uma delas de acordo com Grice (1975):

1- *Máxima de quantidade*: presume-se que a contribuição seja informativa na medida necessária, ou seja, que forneça exatamente o que é solicitado, nem mais nem menos. Por exemplo, se alguém pergunta: “Em qual bairro você mora?”, a resposta ideal é apenas o nome do bairro, sem incluir outras localidades próximas.

2- *Máxima de qualidade*: espera-se que as contribuições sejam verdadeiras e fundamentadas, garantindo que a informação seja confiável e não falsa. No exemplo da pergunta sobre o bairro, se o falante não souber o nome exato, ele deve evitar inventar ou responder com uma informação que possa ser incorreta.

3- *Máxima de relação*: pressupõe-se que a contribuição seja pertinente e adequada ao contexto da interação, respondendo diretamente ao que é solicitado. Em cada momento, a colaboração deve atender às necessidades imediatas da situação. Grice (1975) exemplifica essa máxima com o ato de fazer um bolo: se alguém pede algo para mexer os ingredientes, espera-se que o interlocutor ofereça uma colher, e não um livro ou um pano de forno, que não contribuiriam de maneira imediata para a execução da atividade.

4- *Máxima de modo*: espera-se que a contribuição seja clara e organizada, evitando ambiguidades, prolixidade e desordem. Em uma conversa, o falante deve se expressar de forma direta e compreensível. Por exemplo, ao responder à pergunta: “Em qual bairro você mora?”, uma resposta como: “Bem... ah... deixa eu ver... perto daquele supermercado novo... na verdade, lá pra frente... segue reto na rua do supermercado... é naquele sentido” é ambígua e desordenada. Uma resposta clara e direta como “Moro no bairro X” evita confusão e facilita a compreensão.

Segundo Yule (1996), os *hedges* são marcadores que demonstram cautela e indicam a possibilidade de o falante não seguir completamente as máximas de Grice (1975). Ao incluir um *hedge* em uma declaração, o falante sugere que a informação pode estar sujeita a incertezas ou ser interpretada de maneira menos absoluta. Por exemplo, ao dizer “eu acho

que”, “se eu bem me lembro” ou “não tenho certeza”, o falante qualifica a informação, reconhecendo uma limitação de certeza ou precisão. De acordo com o autor “notas cautelosas, ou *hedges*, deste tipo também podem ser usadas para mostrar que o orador está consciente da máxima de quantidade” (Yule, 1996, p. 38, tradução nossa, destaque do autor)¹⁸. Esses marcadores ajudam a suavizar declarações e, em contextos sociais, também contribuem para a manutenção da polidez, uma vez que expressam respeito pelas possíveis opiniões ou interpretações do ouvinte.

Conforme Yule (1996), os exemplos de *hedges* indicam que os falantes estão cientes das máximas conversacionais e desejam demonstrar que se esforçam para atendê-las. É possível que essas expressões indiquem a preocupação dos falantes em serem vistos como cooperativos pelos ouvintes. Yule (1996) observa que os *hedges* mitigam a impressão de certeza excessiva e promovem a cooperação na comunicação, possibilitando que o ouvinte perceba o grau de compromisso do falante com a veracidade ou relevância da contribuição. Esse recurso é especialmente útil em situações que demandam diplomacia ou quando se tenta evitar conflitos.

A afirmação de que as máximas conversacionais não são um conjunto fixo de princípios a serem seguidos rigidamente, mas sim uma teoria que auxilia na interpretação dos enunciados, reflete a visão de Grice (1975) sobre a comunicação como um processo dinâmico e colaborativo. Mesmo em situações de conflito verbal, os interlocutores ainda operam sob a premissa de cooperação, buscando compreender e interpretar as mensagens de maneira construtiva. Essa ideia está alinhada à noção de que, para que a comunicação seja eficaz, as partes envolvidas devem se esforçar para interpretar o que é dito, mesmo que haja desacordos.

Fiorin (2021) destaca que, mesmo em contextos conflituosos, a base da comunicação permanece enraizada na cooperação, pois os interlocutores dependem da compreensão mútua para que o diálogo avance. Se os falantes não atenderem às máximas conversacionais, isso não implica necessariamente uma falha na comunicação, mas sim o reconhecimento de que a interpretação pode variar de acordo com o contexto e as intenções dos falantes:

As máximas conversacionais não são um corpo de princípios a ser seguido na comunicação, mas uma teoria de interpretação dos enunciados. Grice não ignora a existência dos conflitos na troca verbal. No entanto, mesmo quando a comunicação é conflituosa, ela opera sobre uma base de cooperação na interpretação dos enunciados, som o que o conflito não se pode dar (Fiorin, 2021, p. 178).

¹⁸ No original: Cautious notes, or **hedges**, of this type can also be used to show that the speaker is conscious of the quantity maxim (Yule, 1996, p. 38, destaque do autor).

Pinto (2012) faz algumas observações a respeito da pragmática na contemporaneidade e afirma que Jacob L. Mey (1987) oferece uma perspectiva crítica sobre a cooperação comunicativa, questionando a ideia de que a comunicação seja sempre uma parceria igualitária entre os falantes:

Jacob L. Mey (1987) é um excelente exemplo de como, a partir da Pragmática, é possível questionar severamente a *cooperação comunicativa*: ele discute como a noção de cooperação sustenta a ideologia da “parceria social”, pois apresenta o uso da linguagem como uma parceria igualitária entre os falantes (Pinto, 2012, p.70).

De acordo com Pinto (2012), em sua análise, Mey (1987) argumenta que a noção de cooperação pode sustentar uma ideologia de “parceria social”, na qual o uso da linguagem é visto como um acordo mútuo e igualitário. Essa visão sugere que todos os participantes da comunicação estão comprometidos a agir de maneira cooperativa. Entretanto, essa ideia pode não refletir a complexidade das interações sociais, nas quais as desigualdades de poder e as diferentes intenções dos falantes influenciam a dinâmica da conversa.

Com base nessa consideração, propõem-se que, embora a cooperação seja um aspecto desejável da comunicação, ela não deve ser considerada uma norma absoluta, uma vez que situações de conflito e mal-entendidos também integram a interação verbal. Isso implica que a comunicação não se limita à troca de informações, mas se configura como um campo de negociação no qual os significados são construídos e reconstruídos de acordo com as circunstâncias e as relações entre os interlocutores.

As máximas conversacionais, propostas por Grice (1975), oferecem um marco teórico para entender como a comunicação é estruturada em interações sociais. Essas máximas — de quantidade, qualidade, relação e modo — não são regras rígidas, mas diretrizes que os falantes costumam seguir para facilitar a clareza e a compreensão nas conversas. Entretanto, é essencial reconhecer que a aplicação dessas máximas pode variar conforme o contexto, as intenções dos falantes e as dinâmicas de poder em jogo. A análise das máximas nos permite perceber que, mesmo em situações de conflito, existe um esforço subjacente de cooperação na interpretação dos enunciados, conforme destacado por Fiorin (2021).

Diante do exposto, pode-se considerar que a análise das máximas conversacionais revela o campo fértil e complexo da comunicação humana. Embora essas máximas sirvam como diretrizes úteis para promover a clareza e a eficácia nas interações, é fundamental

reconhecer que a prática comunicativa é frequentemente moldada por uma variedade de fatores contextuais, sociais e emocionais.

As nuances da linguagem e os desafios que surgem durante a comunicação nos lembram que os interlocutores não apenas buscam transmitir informações, mas também estabelecer significados compartilhados e construir relações interpessoais. Portanto, ao considerar as máximas conversacionais, deve-se sempre observar as dinâmicas de cooperação e os conflitos que permeiam as interações, a fim de alcançar um entendimento mais realista da comunicação em diferentes contextos.

3.3 Conceito de face: identidade e relações interpessoais

O conceito de face é essencial para a compreensão da identidade e das relações interpessoais nas interações sociais. Originário de teorias da sociolinguística e da pragmática, o termo *face* refere-se à imagem que uma pessoa projeta durante a comunicação e à forma como essa imagem é percebida pelos outros. Em essência, a face abrange tanto a autoimagem que um indivíduo deseja manter quanto a forma como essa imagem é negociada nas interações.

A teoria da face, desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman (1922 – 1982), sugere que as interações sociais são carregadas de expectativas sobre o respeito mútuo e a consideração, essenciais para a construção e manutenção das relações interpessoais. Além disso, a face é influenciada por fatores culturais, contextuais e situacionais, que moldam a maneira como as pessoas se comportam e se expressam em diferentes ambientes.

Para tratar do discurso político em questão, seguimos a abordagem da AC, com ênfase nas questões da face e da polidez. Entretanto, antes de adentrarmos no conceito de face propriamente dito, é importante considerar a visão do sociólogo sobre a interação social. Em seu livro *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*¹⁹, Goffman (2002) descreve a interação social como uma performance teatral, na qual o interlocutor, assim como um ator, encena um papel. Ele afirma que o “ator” pode estar “sinceramente convencido de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade” (p. 25).

Essa concepção de Goffman (2002) revela a ideia de que, nas interações sociais, os indivíduos desempenham papéis com o intuito de controlar a forma como são percebidos pelos outros. Ou seja, a construção de sua *face* é fundamental para o andamento da

¹⁹ No original: “The presentation of self in everyday life” (tradução de Maria Cecília Santos Raposo).

comunicação. Isso é especialmente relevante no discurso político, uma vez que a imagem pública dos envolvidos é cuidadosamente projetada e manipulada para manter ou melhorar sua posição social e política.

De acordo com Barbosa (2018), a teoria goffmaniana da interação social é profundamente influenciada pela Teoria do Teatro, refletindo a maneira como o sociólogo concebe os indivíduos como “atores” que representam papéis nas interações cotidianas:

A teoria goffmaniana é fortemente baseada na Teoria do Teatro e aqui, mais uma vez, percebe-se a influência da tradição retórica aristotélica no pensamento do sociólogo. Com efeito, Aristóteles (2012), na própria *Retórica*, de alguma maneira já lança luzes sobre essa característica teatralizada do discurso, questões também levantadas na sua *Poética*, pela própria noção de mimeses enquanto representação, metáfora, performance, o que nos faz mesmo pensar em como a representação é argumentativa e como a argumentação é uma representação (Barbosa, 2018, p. 110).

Essa abordagem destaca a importância da performance e da apresentação da própria imagem, ressaltando como as pessoas buscam controlar a percepção que os outros têm delas. A ligação com a tradição retórica de Aristóteles é significativa, uma vez que, em suas obras, Aristóteles já abordava a natureza representativa do discurso. Em *Retórica*, ele discute como os oradores utilizam estratégias persuasivas para influenciar seus ouvintes, o que se alinha à ideia de que a comunicação é, em essência, uma forma de performance.

Além disso, na *Poética*, Aristóteles introduz a noção de *mimesis*, que envolve representação e imitação, sugerindo que o ato de comunicar e argumentar não é apenas um meio de transmitir informações, mas uma forma de encenar significados e construir realidades. Nesse sentido, Barbosa (2018) enfatiza essa interconexão ao afirmar que a representação é argumentativa e que a argumentação, por sua vez, também pode ser vista como uma forma de representação. Essa perspectiva revela como a linguagem é utilizada não apenas para informar, mas também para persuadir e construir identidades, o que é especialmente relevante no contexto político, onde as representações e as performances têm um impacto significativo nas relações de poder e na formação da opinião pública.

Mais adiante, Goffman (2002) utiliza o termo “representação” para descrever as ações de um indivíduo diante de um público, ressaltando como essas interações moldam a percepção que o grupo tem dele. A ideia de “fachada” é central nesse contexto, sendo definida como “a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (p. 29).

Essa definição sugere que a fachada atua como uma espécie de máscara ou imagem que o indivíduo projeta, a qual se mantém relativamente constante, independentemente das variações nas situações ou contextos em que o indivíduo se encontra. Essa constância na fachada implica que, embora a forma como uma pessoa se apresenta possa ser ajustada conforme as interações específicas, existem aspectos fundamentais da sua identidade que permanecem inalterados e que são percebidos pelo grupo.

Logo em seguida, Goffman (2002, p. 29) introduz o termo “fachada” como o “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. Essa definição sugere que o indivíduo adota um conjunto de padrões internos que orientam seu comportamento, levando-o a agir de forma específica conforme a situação em que se encontra. Esse padrão pode ser expresso tanto de maneira consciente quanto inconsciente, refletindo as normas sociais e as expectativas do contexto em que a interação ocorre.

Goffman (2002) prossegue apresentando exemplos concretos de interações cotidianas, como a relação médico-paciente, que evidenciam a complexidade das dinâmicas sociais. O que se destaca nesse contexto é a natureza das interações sociais, nas quais o ser humano, sendo um ser social, recorre a regras conversacionais para garantir o sucesso da comunicação. Barbosa (2018) destaca que a “representação” envolve, essencialmente, uma questão de crença. Isso significa que, para uma representação ser eficaz, o indivíduo precisa fazer com que os outros acreditem na imagem que ele projeta, de modo a atender às expectativas alheias. Em outras palavras, para que a interação seja bem-sucedida, os interlocutores devem aceitar e validar a performance que está sendo apresentada:

A representação é também uma questão de crença, na medida em que os sujeitos precisam se fazer acreditar e corresponder às expectativas de outrem. Portanto, pode-se falar que existem diversas possibilidades de representação na medida em que há igualmente diversos papéis a serem representados pelos atores em cada situação de interação (Barbosa, 2018, p. 111).

Barbosa (2018) sugere que existem inúmeras possibilidades de representação, pois os papéis assumidos nas interações variam conforme a situação e o contexto. Cada interação social traz demandas específicas e diferentes “papéis” a serem desempenhados pelos “atores” envolvidos. Assim, a representação se torna uma atividade dinâmica e adaptativa, na qual os indivíduos ajustam suas ações para se alinhar às expectativas dos demais, dependendo da natureza da interação e dos papéis sociais que precisam encenar. Isso reforça

a ideia de que a identidade e a comunicação não são fixas, mas sim construídas e negociadas constantemente. Essa dinâmica multifacetada de representação está relacionada ao conceito de face, pois remete à imagem social que os indivíduos procuram manter durante as interações.

Goffman (1967) define face como uma “imagem auto-delineada em termos de atributos sociais aprovados, embora seja uma imagem que outros possam compartilhar” (Goffman, 1967, p.5)²⁰. Ou seja, durante a interação, há uma imagem a ser sustentada, que pode ou não ser natural ao interlocutor. O autor explora diversas estratégias utilizadas pelos falantes para gerenciar suas faces durante as interações sociais, incluindo a manutenção e a possibilidade de perda da face. A face representa a identidade pública que o indivíduo constrói e se esforça para proteger nas interações, visando projetar uma autoimagem positiva e respeitar a imagem dos outros.

Nessa interação, a troca é mútua, pois, de acordo com Goffman (1967), cada pessoa desenvolve sentimentos sobre a face que o outro está sustentando, e essa dinâmica se ajusta conforme o andamento da interação. Isso reforça o que foi discutido anteriormente sobre a importância da interação na construção da comunicação: a fala não é um ato isolado, mas depende da interação entre falante e interlocutor, com alternância constante de papéis. Nesse sentido, o conceito de face é essencial para entender como os participantes se ajustam e respondem mutuamente, adaptando suas estratégias comunicativas de acordo com a percepção da face do outro.

A manutenção da face é essencial para garantir uma interação bem-sucedida, pois reflete as expectativas e valores sociais que sustentam as trocas comunicativas. A construção da própria face e da face do outro ocorre em uma ordem mútua, guiada pelas normas sociais e regras do grupo, que delimitam a forma de interação e o grau de envolvimento dos participantes:

Pode-se dizer que uma pessoa *tem*, *está* ou *mantém* a face quando a linha que ela efetivamente adota apresenta uma imagem dela que é internamente consistente, apoiada por julgamentos e evidências transmitidas por outros participantes e que é confirmada por evidências transmitidas por agências impessoais na situação (Goffman, 1967, p. 6-7, grifo do autor).²¹

²⁰ No Original: Face is an image of self delineated in terms of approved social attributes-albeit an image that others may share (...) (Goffman, 1967, p. 5)

²¹ No original: “A person may be said to *have*, or *be in*, or *maintain* face when the line he effectively takes presents an image of him that is internally consistent, that is supported by judgments and evidence conveyed by other participants, and that is confirmed by evidence conveyed through impersonal agencies in the situation” (Goffman, 1967, p. 6 – 7, destaque do autor).

Assim, as pessoas ajustam seus comportamentos e expectativas para que a face de cada um seja respeitada e mantida durante a interação. Como afirma Goffman (1967), essa negociação contínua de face é crucial para a dinâmica social, pois as ações de cada indivíduo impactam diretamente a face do outro e, em última instância, o sucesso da interação como um todo.

Outro ponto importante a se destacar nessa citação, é que a validação da face não depende somente da postura do falante, mas da aprovação do interlocutor. A face é, portanto, um código social pré-estabelecido e elaborado durante a conversação. As trocas durante o diálogo possibilitam a movimentação das faces envolvidas na interação. No tocante ao código social, Goffman (1967) afirma que “como um aspecto do código social de qualquer círculo social, pode-se esperar encontrar um entendimento sobre até onde uma pessoa deve ir para **salvar sua face**” (Goffman, 1967, p. 9, tradução nossa, grifo nosso)²².

Assim, ao compreendermos a face como uma autoimagem construída e respaldada por valores sociais, percebemos que ela está intrinsecamente ligada aos comportamentos verbais dos falantes e não ao material. O que realmente importa são os valores sociais atribuídos, bem como aquilo que é socialmente aceito, evidenciando a natureza relacional da face nas interações sociais.

De acordo com Goffman (1967), estudar as estratégias da face é como estudar as regras de trânsito da interação social, pois aprendemos sobre os códigos que outras pessoas utilizam, assim como compreendemos os nossos próprios e a razão de seu uso. É importante salientar que esses códigos variam de acordo com cada cultura, já que o que é considerado positivo para um pode não ser para outro. Dentro dessa perspectiva, o trabalho de face surge para garantir que as ações dos interactantes estejam em conformidade com a face que desejam sustentar. A noção de *face-work*, segundo Goffman (1967), visa equilibrar os acontecimentos durante a interação social, promovendo uma harmonia que permite que os indivíduos naveguem pelas nuances da comunicação, evitando possíveis desentendimentos ou constrangimentos.

Apesar de o sociólogo ser um grande precursor do conceito de face, há críticas em relação à sua falta de implicação com questões de estruturas sociais, poder e política, o que leva alguns a argumentar que seus estudos pertencem a uma microestrutura da sociologia.

²² No original: “As an aspect of special code of any social circle, one may expect to find and understanding as to how far person should **go save his face**” (Goffman, 1967, p. 9, grifo nosso).

De acordo com Smith e Jacobsen (2019), embora essa crítica destaque a microsociologia presente nos estudos de Goffman (1967), os autores reconhecem que ele contribuiu significativamente para a teoria da organização social. Além disso, afirmam que trabalhos posteriores conseguiram expandir seus conceitos, integrando a análise da face em contextos mais amplos, que consideram as dinâmicas de poder e as estruturas sociais.

Numa perspectiva mais atual do conceito de face, Emediato (2018, p. 73) afirma que “as pessoas procuram atrair para si os atributos aprovados socialmente, cada uma se torna o seu próprio repressor ao se deixar determinar pelas coerções sociais”. O autor sugere que, na busca por aprovação social, os falantes internalizam normas e valores de seu grupo, de modo que se tornam agentes da própria repressão. Isso significa que, ao ajustar seu comportamento para se adequar às expectativas externas, elas exercem controle sobre si mesmas para manter a aceitação e aprovação social, limitando sua própria liberdade.

Segundo Emediato (2018), diante da necessidade de projetar uma imagem positiva nas interações sociais, surgem dois problemas centrais. O primeiro é o desafio de construir e preservar uma face positiva, o que implica em alinhar comportamentos e atitudes aos padrões aceitos pelo grupo, ou seja, agir de forma a garantir aceitação social.

O segundo desafio, embora seja contraditório ao primeiro, possui uma base antropológica: é o esforço de proteger o próprio espaço pessoal e a liberdade individual contra imposições que possam prejudicar a autoestima e a autonomia. Desse modo, a questão da face coloca o indivíduo diante de uma necessidade essencial de utilizar estratégias comunicativas que mantenham uma imagem consistente e coerente de si mesmo, que seja não apenas aceitável para o grupo, mas que também alinhe suas ações e escolhas no presente e no futuro (Emediato, 2018).

O conceito de face, conforme estabelecido por Goffman (1967), aprofunda a compreensão das dinâmicas e interações sociais, pois reflete a construção da identidade pública do indivíduo durante o ato de comunicação. Essa identidade não é estática, mas é constantemente negociada e adaptada conforme as expectativas do grupo e as normas sociais em vigor. A face é, portanto, uma representação que o sujeito apresenta aos outros, buscando a aceitação social e a manutenção de sua autoestima, o que, por sua vez, exige a adaptação de comportamentos e atitudes para se alinhar às expectativas coletivas.

De modo semelhante, a face está diretamente vinculada às relações interpessoais, visto que a maneira como cada indivíduo gerencia sua face pode afetar a dinâmica de poder e a manutenção da harmonia nas interações. Como visto anteriormente, a busca por uma face

positiva, alinhada com os valores sociais, entra em conflito com o desejo de preservar a autonomia e a liberdade individual, gerando uma tensão entre a conformidade e a autenticidade. Essa dicotomia destaca a complexidade das interações humanas, que estão em constante negociação entre os interesses pessoais e as exigências sociais. Desse modo, a face surge como uma maneira de se posicionar no mundo a partir de aspectos que sejam positivos e aceitos socialmente.

É importante destacar que, no contexto da CPI da Covid-19, os interagentes da conversação buscam preservar sua autoimagem pública, modulando o seu discurso de diferentes formas e utilizando diversas estratégias.

Nesse sentido, Fávero e Andrade afirmam que:

A preservação da imagem pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para orientar o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes a normas. As formas de preservação da imagem estão vinculadas não só a determinada cultura, mas também à língua dessa sociedade. Nesse sentido, pode-se afirmar, por exemplo, que o uso das **formas de tratamento** corresponde à expressão linguística reconhecida socialmente; porém a necessidade de seu uso dentro de uma determinada língua depende não só do sistema linguístico, mas da organização social (Fávero e Andrade, 1999, p. 169-170, grifo nosso).

A respeito das formas de tratamento mencionadas pelas autoras, no ambiente jurídico, como observado nas sessões da CPI da Covid-19, o uso de formas de saudação reverentes, como “Vossa Excelência” e “Excelentíssimo Senhor”, ilustra a preservação da imagem por meio da linguagem. Essas maneiras de se dirigir ao outro são construções linguísticas que transmitem respeito e formalidade, adequando o discurso às normas sociais e culturais que se espera no contexto jurídico. Durante as oitavas, é comum que os parlamentares, ao se dirigir aos depoentes ou aos colegas, utilizem essas expressões para manter a distância social e reforçar a hierarquia institucional. O uso de “Vossa Excelência”, por exemplo, não se limita ao respeito à autoridade, mas também ao cumprimento das expectativas de comportamento em um espaço formal e regulado.

3.3.1 Estratégias de polidez na interação verbal

As interações verbais são pautadas por uma série de estratégias que visam garantir a harmonia entre os interlocutores, e as estratégias de polidez desempenham um papel central nesse processo. Esses procedimentos minimizam riscos de conflitos e desentendimentos e

ajudam a construir e manter as relações interpessoais de maneira eficaz. Tais estratégias podem ser divididas em diversas categorias, incluindo a polidez positiva, que reforça a proximidade e o vínculo social, e a polidez negativa, que visa minimizar a imposição sobre o outro, respeitando sua liberdade e autonomia. O uso da polidez, portanto, revela não apenas uma preocupação com a eficácia comunicativa, mas também com as normas sociais que regulam as trocas verbais em diferentes contextos.

O conceito de face, desenvolvido por Goffman (1967), foi ampliado por Brown e Levinson (1987) ao introduzirem as categorias de “face positiva” e “face negativa”. Grosso modo, a face positiva está relacionada ao desejo do indivíduo de ser aceito e apreciado, e sua manutenção se dá através de ações que reforçam o vínculo social e a identificação com os outros. Já a face negativa está vinculada ao desejo de preservar a autonomia e evitar imposições, refletindo a preocupação com a liberdade de ação nas interações.

A compreensão de ambos os tipos de face é essencial para entender como as pessoas equilibram suas necessidades sociais com o desejo de autonomia nas interações. Para aprofundar a compreensão desses termos (face positiva e face negativa), consideramos as contribuições de três autores: Brown e Levinson (1987), Burgo (2012) e Kerbrat-Orecchioni (2006): *Face negativa*: reivindicação de território e preservação pessoal, ou seja, o falante deseja a liberdade de ação e de que suas ações não sejam impedidas por outros. Desejo de agir livremente independente de imposição alheia (visão interna do “eu”). *Face positiva*: autoimagem positiva, apreciada e aprovada. O falante tem necessidade de aceitação social, busca por aprovação e reconhecimento. Os interactantes constroem uma imagem valorizada de si e tentam aplicar na interação (visão externa do “eu”).

Dentro do modelo de Brown e Levinson (1987), que define as faces positiva e negativa, é importante considerar os Atos de Ameaça à Face (*Face Threatening Acts - FTAs*). Esses atos podem ameaçar tanto a face positiva quanto a face negativa do emissor e do receptor, resultando em quatro tipos de face em interação: a face positiva e negativa do emissor, e a face positiva e negativa do receptor. Para compreender melhor a questão dos FTAs, utilizaremos como base o texto de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 79) que define:

1º Atos que ameaçam a face negativa do emissor: é, por exemplo, o caso da oferta ou da promessa, pelas quais se propõe ou se compromete a efetuar um ato suscetível de lesar seu próprio território, num futuro próximo ou distante.

2º Atos que ameaçam a face positiva do emissor: a confissão, a desculpa, a autocritica e outros comportamentos “autodegradante”.

3º Atos que ameaçam a face negativa do receptor: as violações territoriais de natureza não verbal são numerosas (ofensas próximas, contatos corporais

inadequados, agressões visuais, sonoras ou olfativas, infiltração por invasão nas “reservas” do outro etc.). Mas as ameaças territoriais também podem ser de natureza verbal: é isso que ocorre nas chamadas perguntas “indiscretas”; e no conjunto dos atos que são, em alguma medida, inoportunos ou “diretivos”, como a ordem, a interpelação, a proibição ou o conselho.

4º Atos que ameaçam a face positiva do receptor: são todos aqueles que colocam em risco o narcisismo do outro, como a crítica, a refutação, a reprovação, o insulto e a injúria, a chacota e o sarcasmo (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 79, grifo da autora).

Os atos que ameaçam a face podem ocorrer tanto em relação ao emissor quanto ao receptor de uma interação, afetando suas necessidades de manter uma imagem positiva e a preservação da autonomia. Primeiramente, os *atos que ameaçam a face negativa do emissor* se refere às ações nas quais o falante compromete seu próprio território pessoal, como em promessas ou ofertas, que envolvem um risco de falhar ou prejudicar sua própria liberdade ou imagem futura.

Por outro lado, *os atos que ameaçam a face positiva do emissor* incluem comportamentos autodegradantes, como confissões, desculpas e autocríticas, que podem prejudicar a autoimagem do indivíduo. Em relação ao *receptor*, os atos que ameaçam a face negativa envolvem a violação de seu território pessoal, como invasões físicas, como contatos corporais inadequados, ou mesmo perguntas indiscretas que ultrapassam seus limites pessoais. Já os *atos que ameaçam a face positiva do receptor* referem-se a comportamentos que afetam o narcisismo do outro, como críticas, reprovações, insultos ou sarcasmos, que minam a imagem positiva que o receptor deseja preservar nas interações sociais.

Os atos ameaçadores da face fundamentam a teoria da polidez proposta por Brown e Levinson (1987). No entanto, Kerbrat-Orecchioni (2006) sugere um aperfeiçoamento desse modelo, argumentando que o conceito elaborado pelos autores dá ênfase excessiva aos atos que ameaçam a face, limitando a polidez a sua forma negativa. Segundo a autora, o foco de Brown e Levinson (1987) se concentra predominantemente nos FTAs, ou seja, nas ações que comprometem a face dos interlocutores, desconsiderando outras formas de polidez que podem também ser observadas em situações sociais. A crítica de Kerbrat-Orecchioni (2006) propõe uma abordagem mais equilibrada, que reconheça tanto os atos que ameaçam quanto os que protegem a face (atos lisonjeiros), o que a autora nomeia de *anti-FTA* ou *FFA*:

O conjunto de atos de fala se divide, então, em duas grandes famílias, conforme produzem efeitos essencialmente **negativos** para as faces (como a ordem ou a crítica), ou essencialmente **positivos** (como o elogio e o agradecimento) (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 82, grifo da autora).

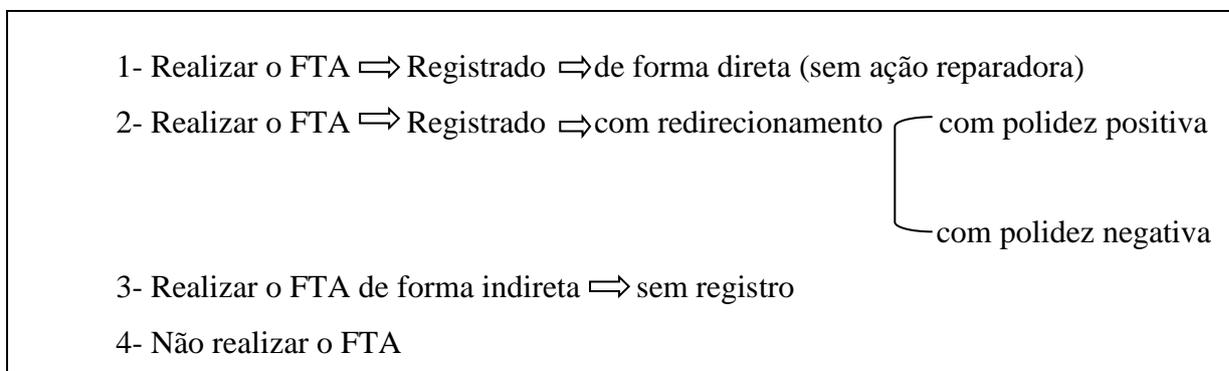
A partir dos conceitos de face positiva e negativa e dos FTAs, Brown e Levinson (1987) exploram o conceito de polidez como uma estratégia essencial para manter o equilíbrio nas interações sociais, de modo a proteger as faces dos interlocutores. Para Fávero, Andrade e Aquino (2000):

A polidez pode ser concebida como um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas. As formas de polidez estão vinculadas não só a determinada cultura, mas também à língua dessa sociedade. Nesse sentido, pode-se ressaltar, por exemplo, que o uso das formas de tratamento corresponde à expressão lingüística reconhecida socialmente; porém, a necessidade de seu emprego dentro de uma determinada língua depende, não do sistema lingüístico, mas da organização social (Fávero, Andrade e Aquino, 2000, p. 222).

Assim, percebe-se que a polidez transcende aspectos puramente lingüísticos e reflete diretamente as relações sociais estabelecidas em um contexto cultural específico. O uso das formas de tratamento, por exemplo, não se limita a uma escolha gramatical ou lexical, mas está intrinsecamente ligado à construção e manutenção das hierarquias sociais, à demonstração de respeito e à preservação da face dos interlocutores. Dessa forma, a prática da polidez funciona como um mecanismo regulador das interações, adaptando-se às exigências sociais e comunicativas de cada grupo e de seus indivíduos.

Nesse sentido, a polidez, está diretamente relacionada ao respeito pelas necessidades de cada indivíduo de preservar sua imagem pública. Para que essas estratégias surjam é necessário a aplicação dos FTAs, por isso, em seus estudos, Brown e Levinson (1987) apresentam por meio de uma figura o seguinte esquema que adaptamos no quadro a seguir:²³

Quadro 3 – Estratégias para realizar FTAs



Fonte: A própria autora.

²³ Esquema adaptado da figura 22.1 (Possible strategies for doing FTAs) de Brown e Levinson (1987, p. 316).

Para exemplificar a noção de FTA, utilizamos um trecho do depoimento de Marcelo Queiroga, no qual Renan Calheiros afirma que, na condição de testemunha, ele está “obrigado a responder a esta comissão parlamentar de inquérito”. As estratégias podem ser descritas da seguinte forma:

1- *Realizar o FTA de forma direta*: O senhor está obrigado a responder a esta comissão parlamentar de inquérito.

2- *Realizar o FTA com polidez positiva*: O senhor poderia, por gentileza, responder à comissão?

2- *Realizar o FTA com polidez negativa*: O senhor se importaria de responder à comissão, por favor?

3- *Realizar o FTA de forma indireta*: Seria importante que o senhor colaborasse com esta comissão.

4- *Não realizar o FTA*: O interlocutor opta por não fazer a solicitação ou mencionar a obrigação de responder, evitando qualquer possível constrangimento.

Nesse sentido, o esquema destaca as diferentes maneiras de realizar um FTA em uma interação verbal. A ideia central é que os falantes, ao realizar um FTA, podem optar por diferentes estratégias de polidez, dependendo da situação e do relacionamento entre os interlocutores. Por exemplo, *realizar o FTA diretamente*, significa fazer o ato de maneira direta, sem esconder ou suavizar a ameaça à face (fazer uma ordem ou crítica de maneira clara e sem rodeios).

Quando o falante *realiza o FTA com redirecionamento*, faz o ato de ameaça, mas tenta mitigar usando estratégias de polidez: com *polidez positiva* (o falante tenta suavizar o impacto da ameaça à face positiva do outro) ou com *polidez negativa* (o falante tenta minimizar a invasão da autonomia do outro, buscando usar formas indiretas, desculpas ou tentativas de mostrar que a ação não é uma imposição direta).

Realizar o FTA indiretamente, significa que a ameaça à face é elaborada de maneira indireta, de forma que o interlocutor precisa inferir o que está sendo dito. Essa estratégia é um modo de evitar um confronto direto e pode aparecer mais suavemente. Não *realizar o FTA*, quer dizer não fazer a ação que ameaça a face do outro, optando por não pedir, criticar ou qualquer ato que possa causar desconforto. Essa opção é comum em situações em que se quer evitar qualquer tipo de risco na interação.

Nesse sentido, Brown e Levinson (1987) parte para a definição de polidez positiva e polidez negativa. Na primeira os autores afirmam que ela “está voltada para a face positiva do

interlocutor, ou seja, para a imagem de si mesmo que ele reivindica (Brown e Levinson, 1987, p. 317, tradução nossa)²⁴. Quando o falante utiliza polidez positiva, ele demonstra interesse nas necessidades do outro e indica que partilha valores em comum, suavizando a ameaça de um ato comunicativo.

Brown e Levinson (1987) afirmam que a ameaça potencial a uma face é reduzida quando o falante demonstra que, em termos gerais, compartilha pelo menos alguns dos desejos do interlocutor. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o falante vê o interlocutor como alguém semelhante a si em aspectos importantes, com direitos e responsabilidades compartilhados, além de esperar reciprocidade.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), a polidez positiva se manifesta por meio de atos que são anti-ameaçadores à face do interlocutor. Esses atos são projetados para reforçar a conexão social, promovendo um ambiente comunicativo harmonioso. Exemplos de polidez positiva incluem manifestações de concordância, ofertas, convites, elogios e expressões de agradecimento, além de fórmulas votivas ou de boas-vindas. Ao incorporar esses elementos nas interações, os falantes não apenas protegem suas próprias faces, mas também demonstram consideração pela face do outro.

A autora acrescenta que os FTA's de Brown e Levinson (1987) tendem a minimizar a verbalização, enquanto os FFA's intensificam a expressividade. Exemplo disso, são os agradecimentos acompanhados de superlativos, como "Muito obrigado," "Mil vezes obrigado," ou "Obrigado infinitamente" (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 91). Dessa forma, ela ressalta que a polidez positiva ocupa um espaço de significação equivalente ao da polidez negativa.

Por outro lado, a polidez negativa se manifesta como um esforço para reparar e reivindicar o território do "eu", sendo realizada sem levar em conta necessariamente a satisfação dos outros participantes, esse tipo de polidez busca proteger a autonomia e a liberdade do interlocutor. Ela é utilizada quando há a intenção de minimizar a ameaça à face negativa do outro, que se relaciona com a necessidade de não ser forçado a fazer algo que não deseja. Na definição de Brown e Levinson (1987):

A polidez negativa é, portanto, essencialmente baseada na evitação, e a realização de estratégias de polidez negativa consiste em garantir que o falante reconheça e respeite os desejos da face negativa do destinatário e que não irá interferir (ou irá

²⁴ No original: Positive politeness is orientated toward the positive face of H, the positive self-image that claims for himself (Brown e Levinson, 1987, p. 317).

interferir apenas minimamente) com a liberdade de ação do destinatário (Brown e Levinson, 1987, p. 317)²⁵.

A partir da definição dos autores, entende-se que a polidez negativa está centrada na evitação de ameaças à face negativa do interlocutor, ou seja, à sua autonomia e liberdade de ação. De acordo com Brown e Levinson (1987), as estratégias de polidez negativa buscam garantir que o falante não interfira nos desejos do interlocutor de manter seu espaço pessoal e a liberdade de tomar decisões sem imposições externas. Em vez de forçar uma ação ou fazer um pedido direto, o falante utiliza formas indiretas para evitar qualquer sensação de pressão ou obrigação. O foco, portanto, está em preservar a autonomia do destinatário e evitar a violação do seu espaço pessoal, sendo um mecanismo de construção de relações respeitadas nas quais a interferência direta é evitada sempre que possível.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006): “a melhor maneira de ser (negativamente) polido é evitar cometer um ato que, aparecendo na interação, correria o risco de ser ameaçador para o destinatário (crítica, recusa etc.)” (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 84). Nesse sentido, a polidez negativa é eficaz quando o falante opta por evitar atos que possam ser interpretados como ameaçadores à face do interlocutor, como críticas ou recusas. Essa estratégia envolve a prevenção de situações em que a liberdade de ação do destinatário possa ser comprometida. Isso reforça a ideia de que, para manter uma comunicação harmoniosa, a polidez negativa não se resume apenas a suavizar pedidos, mas também a evitar a imposição de qualquer ato que possa interferir na liberdade do interlocutor.

De acordo com Schneider (1998, p. 51 *apud* Burgo, 2022, p. 9) “a polidez é geralmente expressa em estruturas gramaticais por meio de “convenções pragmáticas reconhecidas por uma dada sociedade como possuindo alguma força ilocucionária intencional (por exemplo, por favor..., você poderia... etc.)”²⁶. Essas expressões são parte de convenções pragmáticas reconhecidas culturalmente, ou seja, são formas socialmente aceitas de se interagir com os outros, refletindo a intenção do falante de manter uma relação harmônica ou respeitosa. Por exemplo, usar as palavras mencionadas são formas que possuem uma “força

²⁵ No original: Negative politeness, thus, is essentially avoidance based, and realizations of negative-politeness strategies consist in assurances that the speaker recognizes and respects the addressee’s negative-face wants and will not (or will only minimally) interfere with the addressee’s freedom of action (Brown e Levinson, 1987, p. 317).

²⁶ No original: Schneider (1998, p. 51) states that politeness is usually expressed in grammatical structures by means of “pragmatic conventions recognized by a given society as having some intentional illocutionary force (e.g., please..., could you... etc.)” (Burgo, 2022, p. 9).

ilocucionária intencional”, ou seja, elas têm o propósito de suavizar o ato comunicativo e evitar a ameaça à face do interlocutor.

Burgo (2022) faz uma distinção entre a questão da face e a polidez, a autora afirma no tocante a face, o indivíduo realiza ações para evitar prejudicar a face de qualquer pessoa durante a interação, inclusive a sua própria. Isso envolve práticas que podem ajudar a construir, fortalecer ou até ameaçar a face de alguém. Em contraste, a polidez está mais voltada para comportamentos que atendem à necessidade de aprovação social e à preservação da autonomia dos indivíduos. Portanto, enquanto a face está relacionada a como as pessoas gerenciam sua autoimagem e a dos outros nas interações, a polidez está mais centrada no respeito aos desejos de ser aceito ou manter a liberdade de ação dentro do contexto social.

Observa-se que as estratégias de polidez desempenham um papel importante na manutenção de relações sociais e no equilíbrio das interações interpessoais. Com base nas teorias de Brown e Levinson (1987) e complementadas por autores como Goffman (1967) e Kerbrat-Orecchioni (2006), fica claro que a polidez se manifesta de forma diversa, dependendo da necessidade de proteger a face positiva ou negativa dos interlocutores. Essas estratégias apresentam-se essenciais em contextos onde o objetivo é suavizar possíveis ameaças à face dos envolvidos, garantindo que as interações ocorram de maneira cooperativa e respeitosa. Através da análise dessas abordagens, percebe-se como os indivíduos usam mecanismos comunicativos para evitar conflitos e assegurar a manutenção de uma boa imagem social, refletindo a complexidade da comunicação humana e a importância das convenções sociais na organização das interações.

Pode-se observar, portanto, que, à medida que as teorias são desenvolvidas, elas se transformam e são reelaboradas por outros estudiosos ao longo do tempo. Nesse sentido, o linguista Geoffrey Leech (1983) amplia a noção da teoria da polidez e das máximas conversacionais. O autor utiliza essas máximas como base para argumentar que o Princípio de Cooperação, por si só, é insuficiente para explicar todos os aspectos das interações sociais, especialmente aqueles relacionados à polidez.

Leech (1983) introduz o Princípio de Polidez, com suas próprias máximas, como um complemento para abordar as implicações sociais e interpessoais do discurso. Embora a abordagem do autor seja influenciada pela teoria de Brown e Levinson (1987), que também se concentra em estratégias de polidez e nos conceitos de face positiva e negativa, ele adota uma perspectiva mais abrangente. Sua proposta abarca os aspectos estratégicos da polidez e os princípios éticos e culturais que orientam o comportamento linguístico. Leech combina e

refina essas teorias, criando um modelo que integra a estrutura pragmática de Grice (1975) com a sensibilidade às relações interpessoais exploradas por Brown e Levinson (1987).

As máximas de polidez propostas por Leech (1983), orientam o comportamento dos falantes em conversações para manter a harmonia social. A polidez é vista como uma relação entre “self” (o falante) e “other” (o interlocutor), podendo se estender também a terceiros, dependendo da sua presença e da relação com os envolvidos (p. 131). As máximas de polidez são divididas em pares que tratam de aspectos como minimizar ou maximizar custos e benefícios, elogios e críticas a si e aos outros, e a busca por concordância e simpatia. A polidez negativa, que evita a discórdia, é geralmente considerada mais importante que a polidez positiva, que busca a harmonia. Além disso, a polidez dirigida ao interlocutor é mais relevante que a dirigida a terceiros, e as máximas devem ser seguidas "até certo ponto", evitando excessos que possam ser percebidos como insinceros ou tediosos.

As máximas do Princípio de Polidez de Leech (1983) são apresentadas em pares, cada uma focando em aspectos específicos do comportamento educado em conversações. Elas incluem: (a) “máxima de tato” que busca minimizar custos e maximizar benefícios para o outro; (b) “máxima da generosidade”, que foca em minimizar benefícios e maximizar custos para o falante; (c) “máxima da aprovação”, que sugere minimizar críticas e maximizar elogios ao outro; (d) “máxima da modéstia”, que recomenda minimizar elogios e maximizar críticas ao falante; (e) “máxima da concordância”, que orienta a minimizar desacordos e maximizar concordância entre falante e o interlocutor; (f) “máxima da simpatia”, que propõe minimizar antipatia e maximizar simpatia entre as partes (Leech, 1983, p. 132, tradução nossa)²⁷.

De acordo com Leech (1983) *apud* Andrade e Aquino (1999), a polidez atua como um regulador nas interações entre os interlocutores, sendo o meio pelo qual ajustamos ou mantemos o equilíbrio da distância social. Ele propõe uma classificação das ações associadas à polidez, que se dividem em:

- instauram a polidez – agradecer
- não interferem na polidez – informar
- entram em conflito com a polidez – ordenar
- inviabilizam o bom relacionamento entre os interlocutores – acusar (Andrade e Aquino, 1990, p. 170).

²⁷ NO ORIGINAL: (I) TACT MAXIM; (II) GENEROSITY MAXIM; (III) APPROBATION MAXIM; (IV) MODESTY MAXIM; (V) AGREEMENT MAXIM; (VI) SYMPATHY MAXIM (Leech, 1983, P. 132)

É importante ressaltar que essas categorias não são definitivas, mas refletem um espectro contínuo. Assim, podemos concluir que, para que a polidez se estabeleça, não é apenas a intenção do locutor que importa, mas também o contexto, que pode facilitar ou dificultar sua manifestação (Andrade e Aquino, 1999). Portanto, a polidez não depende apenas das intenções individuais, mas também das circunstâncias comunicativas, que influenciam diretamente a forma como as ações são interpretadas e a harmonia entre os interlocutores é mantida.

Com base nas discussões dessa seção, é possível considerar que as estratégias de polidez desempenham um papel crucial na dinâmica comunicativa observada no contexto CPI da Covid-19. A polidez negativa, ao buscar evitar a violação da autonomia do interlocutor, é localizada nas tentativas de proteger a liberdade de ação e o espaço pessoal dos depoentes e senadores. Por outro lado, a polidez positiva, ao focar na manutenção de uma imagem de cooperação e harmonia, revela a busca por fortalecer relações e proteger a face socialmente positiva dos participantes.

4. METODOLOGIA E SELEÇÃO DE *CORPUS*

O referencial teórico desta pesquisa está fundamentado nos conceitos da AC, com ênfase no trabalho de face, polidez linguística e máximas conversacionais. Inicialmente, entretanto, o projeto pretendia concentrar-se na análise de face, polidez e atenuação. Contudo, a partir da transcrição do *corpus*, observou-se que o mais evidente era o uso estratégico das máximas conversacionais como um sistema que preserva ou ameaça a face, ou que se manifesta como um mecanismo de polidez.

Galembeck (1999) explica que a variabilidade nas análises ocorre devido às particularidades da língua falada e ao planejamento local característico dessa modalidade. Além disso, o material de estudo foi coletado em contextos reais de interação espontânea e não planejada, exigindo o uso do método empírico-indutivo. A esse respeito, o autor afirma que:

Com efeito, os dados coletados excluem, por si, o uso de um modelo formal estabelecido previamente, a partir de hipóteses formuladas aprioristicamente e de intuições sem correspondência com a realidade. Em outros termos: a fluidez e a falta de planejamento prévio requerem uma metodologia específica, que dê conta dos fenômenos particulares a essa modalidade de língua (Galembeck, 1999, p. 111).

Marcuschi (2001) certifica que a característica metodológica fundamental da AC é sua operação indutiva, sem a adoção de modelos pré-estabelecidos. Sua análise se baseia em dados empíricos de interações reais. Por isso, a AC considera inadequados materiais de conversação provenientes de obras literárias, filmes, peças teatrais ou novelas de TV, mesmo que pareçam realistas, pois são construções artificiais que apenas simulam a fala real. Esse foco empírico confere à AC uma menor ênfase em análises quantitativas e maior destaque para descrições e interpretações qualitativas.

Sobre a pesquisa qualitativa, Flick, Kardorff e Steinke (2004) afirmam que:

A pesquisa qualitativa pretende descrever os mundos da vida “de dentro para fora”, do ponto de vista das pessoas que participam. Ao fazer isso busca contribuir para uma melhor compreensão das realidades sociais e chamar a atenção para processos, padrões de significado e características estruturais (p. 3).²⁸

Nesse sentido, os autores acrescentam que, na pesquisa qualitativa, as descrições detalhadas e profundas, vão além de uma simples representação da realidade não se limitando a explorar o exótico pelo exótico. Ao contrário, utilizam elementos incomuns, desviantes ou inesperados como fonte de compreensão e como um espelho, permitindo que o desconhecido se revele no que é familiar e que o familiar seja visto sob uma nova luz do que é desconhecido (Flick, Kardorff e Steinke, 2004). Desse modo, a teoria e a prática para alcançar essas perspectivas serão consideradas nesta pesquisa, uma vez que a abordagem qualitativa permite explorar, de forma contextualizada, como as estratégias conversacionais se manifestam nos depoimentos da CPI.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário construir o *corpus*, ou seja, não se trata de um dado pré-existente nem de uma pesquisa bibliográfica, mas de um material de análise que precisou ser elaborado. Nesse sentido, de acordo com Kowal e O’Connell (2004, p. 248):

o objetivo da produção de uma transcrição é representar no papel, com a maior precisão possível, as sequências de palavras pronunciadas (características verbais), mas, frequentemente, também sua forma acústica, por exemplo, na forma de altura ou intensidade do tom (características prosódicas) e qualquer comportamento não linguístico que as acompanhe (seja vocal, como riso ou pigarro - características paralinguísticas - ou não vocal, como gestos ou movimentos oculares - características extralinguísticas).²⁹

²⁸ No original: Qualitative research claims to describe life□worlds ‘from the inside out’, from the point of view of the people who participate. By so doing it seeks to contribute to a better understanding of social realities and to draw attention to processes, meaning patterns and structural features (Flick, Kardorff e Steink 2004, p. 3).

²⁹ No original: The aim of producing a transcript is to represent on paper as accurately as possible the strings of words uttered (verbal features), but frequently also their acoustic form, for example, in the shape of pitch height

Portanto, entende-se que o foco principal da transcrição é registrar, com a maior precisão possível, as palavras pronunciadas, capturando, assim, as características verbais da interação. No entanto, ela não se restringe apenas à representação das palavras, mas também procura refletir aspectos prosódicos, como a variação na altura e intensidade do tom, que adicionam camadas acústicas à fala. Nesse sentido, Dionísio (2012) aborda o tratamento dos dados orais na pesquisa em AC, destacando que, além da transcrição fiel, o pesquisador pode considerar elementos paralinguísticos, bem como entonação e outros aspectos da língua falada.

Nesse sentido, consideramos que a metodologia empírico-indutiva é mais adequada para tratar os dados desta pesquisa, pois permite analisá-los diretamente a partir do *corpus*, que consiste em interações reais ocorridas durante as sessões da CPI da Covid-19. Essa abordagem se baseia na observação e na descrição detalhada dos fenômenos linguísticos e interacionais, possibilitando que padrões e hipóteses emergjam de maneira orgânica a partir das evidências encontradas no material empírico.

Dado o foco da pesquisa em estratégias de linguagem, intenções subjacentes e efeitos pragmáticos, essa metodologia é especialmente relevante, pois não impõe um modelo teórico pré-definido, mas busca construir interpretações fundamentadas no referencial teórico e no contexto específico das interações analisadas. Assim, o método empírico-indutivo assegura uma análise contextualizada e fiel aos eventos discursivos, promovendo uma compreensão mais aprofundada e embasada nos dados.

Por conseguinte, é importante destacar que o interesse por esse objeto de pesquisa surgiu a partir do acompanhamento das transmissões ao vivo dos depoimentos da CPI da Covid-19, antes mesmo de considerá-lo como *corpus*. Naquele período, com um conhecimento inicial sobre estratégias conversacionais, identificamos que as oitivas constituíam um campo de discurso particularmente rico e promissor para análise. Considerando esse ambiente marcado por interações intensas e conflitos de interesse, optou-se por investigar como as estratégias conversacionais emergem em um contexto inerentemente conflituoso e inquisitório.

or loudness (prosodic features) and any accompanying non linguistic behaviour (whether it be vocal, such as laughing or throat-clearing – paralinguistic features – or non-vocal, such as gestures or eye movements – extralinguistic features) (Kowal ; O’Connel 2004, p. 248).

Na visão de Rodrigues e Costa (2022), pela primeira vez na história, a CPI contou com grande participação popular, ultrapassando as fronteiras do Congresso Nacional. Esse trabalho parlamentar foi amplamente divulgado, com transmissão para todo o país, por meio de emissoras de televisão, rádios e, especialmente, pelas plataformas digitais, como Twitter e YouTube. Os canais que mais cobriram a CPI foram: Globonews, CNN, TV Senado e BandNews TV, as quais transmitiram as oitavas ao vivo. A Globonews, a CNN e a BandNews TV exibiram as sessões em tempo real, inclusive, com análises de comentaristas da área política.

De acordo com as autoras Fávero, Andrade e Aquino (2000), é imprescindível considerar o papel da audiência (público) como fator determinante para alterações na dinâmica da interação entre os participantes. Isso ocorre porque as trocas comunicativas são conduzidas tendo a terceira parte como foco, e a necessidade de manter esse grupo como aliado motiva ajustes nas falas. Assim, os enunciados são reformulados com o intuito de preservar ou ameaçar a autoimagem de quem está envolvido na interação.

Desse modo, a ampla participação da população na CPI em questão evidencia a importância da audiência como um elemento central que influencia as interações entre os participantes. Nesse contexto, a interação não ocorre apenas entre os interlocutores diretos (por exemplo, senadores e depoente), mas também considera o impacto sobre um terceiro grupo observador (público/espectadores).

A ideia principal é que os participantes moldam suas falas e comportamentos tendo em mente essa participação social, que funciona como um tipo de aliado estratégico. Para não perder o apoio ou a simpatia dessa terceira parte, os interlocutores frequentemente ajustam o que dizem ou como dizem, promovendo estratégias conversacionais em suas falas. Esses recursos podem ter como objetivo preservar a autoimagem pública (manter uma boa reputação) ou, por outro lado, atacar a autoimagem do outro, dependendo das estratégias que favoreçam os objetivos de quem fala.

Diante da necessidade pública e política de investigar as ações e omissões do governo federal na condução da pandemia e as irregularidades em contratos para a compra de vacinas e outros insumos, foi instaurada no Senado Federal, em abril de 2021, a CPI da Covid-19, que durou cerca de seis meses. Ao longo desse período, foram realizadas mais de 60 sessões, nas quais testemunhas e investigados foram ouvidos em depoimentos que somaram dezenas de horas de discussão e análise.

Mais de 40 pessoas, entre ex-ministros, empresários, especialistas em saúde e outros agentes públicos, foram inquiridas pelos senadores que compunham a comissão. As sessões ocorreram de forma híbrida, permitindo a participação tanto presencial quanto virtual, o que possibilitou um amplo acesso às informações e ao acompanhamento dos trabalhos (Rodrigues e Costa, 2022). O relatório final, com mais de mil páginas, detalhou recomendações para a responsabilização civil e penal de diversos envolvidos, destacando o impacto político e social dessa investigação no Brasil.

Os depoimentos mais relevantes da CPI da Covid-19 trouxeram informações-chave sobre decisões e omissões governamentais, expondo irregularidades no tratamento do governo em relação à pandemia. O depoimento do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, foi particularmente significativo por detalhar as ações iniciais do governo e as dificuldades em implementar políticas baseadas em evidências científicas.

A oitiva de Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, também teve grande relevância, pois ele foi fortemente questionado sobre a gestão de recursos e a logística de distribuição de vacinas. Além desses, outras sessões foram cruciais para investigar as denúncias de corrupção e negociações irregulares na compra de vacinas, uma vez que ajudaram a construir um panorama detalhado das falhas e das instabilidades enfrentadas durante a pandemia, tornando-se peças centrais na análise da comissão.

Devido à extensão dos depoimentos, realizamos um recorte no objeto de pesquisa para garantir análises de melhor qualidade. Assim, consideramos que os depoimentos mais pertinentes nesta CPI foram os dos ex-ministros da Saúde, pois estavam à frente do Ministério e tomavam decisões diretas. Além disso, as demissões recorrentes durante a crise sanitária atraíram grande atenção do público. Desse modo, os ocupantes do cargo da Saúde naquele período trouxeram informações cruciais para a compreensão do tratamento do governo em relação à pandemia.

Nesse sentido, as oitivas selecionadas foram as de Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello. Optamos por não incluir o depoimento de Nelson Teich, pois sua sessão não apresentou elementos que pudessem colaborar de forma significativa para esta pesquisa. Além disso, os depoimentos não foram transcritos na íntegra devido à sua extensão, mas incluem as partes mais relevantes, especialmente as interações entre o depoente e o senador relator.

O recorte temporal escolhido considerou a relevância temática das interações e também a extensão dos depoimentos e o tempo de pesquisa. Esses depoimentos abordaram

questões centrais para a instalação da CPI da Covid-19, como o atraso na compra de vacinas – um dos principais motivos para a criação da comissão –, além de problemas relacionados à gestão do Ministério da Saúde e à interferência do ex-presidente Jair Bolsonaro em decisões estratégicas da pasta. Tais temas possuem grande impacto político e social e oferecem um rico material para a análise de estratégias linguísticas, revelando dinâmicas do trabalho de face, polidez e máximas conversacionais.

Desse modo, esta pesquisa foi conduzida a partir da seleção e transcrição dessas oitivas, com o uso de técnicas auxiliares e descritivas para a análise do *corpus*. De acordo com Marcuschi (2001b, p. 49), “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados.” Mais adiante, o autor destaca que “não existe fórmula ideal para a transcrição ‘neutra’ ou pura, pois toda a transcrição já é uma primeira interpretação na perspectiva da escrita” (p. 53). Assim, o *corpus* desta pesquisa foi coletado a partir de gravações dos depoimentos disponíveis no canal da TV Senado no *YouTube*.

Portanto, para realizar as transcrições desta pesquisa, utilizamos como base as normas de Preti (2009), presentes em todos os volumes dos Projetos Paralelos – NURC/SP. Optamos por esse modelo devido à sua capacidade de contemplar as ocorrências conversacionais e por sua clareza e objetividade. Abaixo, destaca-se o quadro com as normas para transcrição.

Quadro 4 – Normas para transcrição³⁰

Ocorrências	Sinais	Exemplificação*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal..
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para :::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?

³⁰ *Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP no. 338 EF e 331 D2.

Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição: desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	[Ligando as linhas	A. na [casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fazem [lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“entre aspas”	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião... “ O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...

Fonte: Preti (2009, p. 17-18)

“OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.).
2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? você está brava?).
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros em itálico.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (alongamento e pausa).
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa” (Preti, 2009, p. 17-18).

As normas de Preti (2009) foram aplicadas ao *corpus* da seguinte forma: as gravações das oitivas foram ouvidas e transcritas, e as ocorrências foram registradas à medida que surgiam, com o objetivo de manter a fidelidade ao que foi dito pelo depoente. Para ilustrar esse processo, elaboramos um quadro explicativo no qual, à esquerda, estão as falas transcritas e, à direita, os destaques de cada ocorrência. Vale ressaltar que nem todas as ocorrências estão listadas aqui; trata-se apenas de um exemplo para facilitar a compreensão de como os excertos foram transcritos. Além disso, nem todas as ocorrências e observações descritas por Preti (2009) foram encontradas na transcrição dos excertos.

Quadro 5 – Normas de Preti aplicadas ao *corpus*

Fragmentos transcritos do <i>corpus</i>	Sinais
Omar Aziz: então não tem esse negócio de dizer ou jogar pra terceiros vossa excelência... até agora <i>éh::</i>	- Alongamento vocálico em fáticos (por exemplo, “ <i>éh</i> ”) e vogais, indicado pelo sinal :::.

<p>o:: a:: o senador Renan tem feito perguntas muito objetivas... e o senhor está... <i>éh:::...</i> tratando de questões de município não sei o que e tal e isso daí não é objetivo... ele fez uma pergunta simples... <i>éh:::</i> o que que faltou? faltou lockdown faltou... é não faltou dinheiro () então o que que faltou?</p> <p>[</p> <p>Renan Calheiros: não faltou dinheiro não faltou dinheiro não faltou dinheiro () então o que que faltou?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pausas na fala, indicadas pelo sinal (...). - Quando a palavra não é compreendida, dois parênteses () são utilizados para indicar a incompreensão. - O uso do colchete esquerdo ([) indica que as falas estão sobrepostas (as pessoas estão falando ao mesmo tempo). - Além disso, é possível observar sinais combinados, como o alongamento e a pausa (por exemplo, “<i>éh:::...</i>”).
<p>Mandetta: eu acho que nós tivemos num determinado momento... um caminho traçado pelo ministério da saúde para testagem para... pra utilização da atenção primária pra regulme/ pra regularizar a questão do - - e tínhamos um caminho nós sabíamos pra onde nós iríamos... (...) nós não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ci-ên-cia e a ciência é essa é isso que recomendavam</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uso da barra (/) para indicar que o falante interrompeu sua fala e retomou, representando truncamentos. - O uso de dois traços seguidos (- -) indica que o falante fez um comentário que quebrou a sequência temática. Neste caso, ele já havia explicado sobre o “caminho traçado” e passou para a questão da regularização, mas voltou ao tema anterior. - O uso de três pontos entre parênteses (...) indica que a fala foi interrompida e retomada. Neste caso, o excerto não está completo, pois uma parte foi suprimida. - A silabação é caracterizada pela separação da palavra por traços. No caso em questão, a palavra ci-ên-cia não está separada pela silabação gramatical, mas conforme o que o falante diz. Por isso, as últimas sílabas que deveriam ser separadas permanecem juntas.
<p>Mandetta: nós iniciamos senador com... <i>ah::</i> um cálculo lá no início ainda no mês de janeiro de que nós precisaríamos de algo em torno de dois mil... lembro vossa excelência que nós falávamos naquele momento de um vírus pesado... de um vírus como vinha sendo transmitido um vírus LENto a partir do mês de março como nós vimos que era um vírus competente um vírus leve... nós redimensionamos isso pra quinze mil...</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O uso de letras maiúsculas no meio da palavra indica que a o falante aumentou a entonação, tornando-a enfática (por exemplo, LENto).

Fonte: A própria autora.

A seleção do *corpus* desta pesquisa foi planejada para refletir a dinâmica real das interações verbais em um contexto de elevada carga confrontacional. Os depoimentos dos ex-ministros da Saúde foram selecionados por sua relevância política e social, além de oferecerem um rico material empírico para a análise das estratégias conversacionais. A transcrição dos diálogos seguiu rigorosamente as diretrizes da AC, buscando registrar as palavras pronunciadas e os elementos como entonação enfática, truncamentos,

prolongamentos vocálicos ou consonantais, sobreposição de vozes, pausas e interrupções, conforme exemplificado no quadro anterior.

A análise dos dados, apresentada na seção seguinte, será realizada em etapas definidas, garantindo uma organização consistente e de fácil compreensão para o leitor. Inicialmente, os excertos que compõem o *corpus* serão selecionados, respeitando-se o recorte temporal previamente delimitado. Esses excertos serão apresentados em quadros com fonte reduzida para otimizar o espaço no texto, e os trechos de maior relevância para a análise serão destacados com sublinhado. Cada excerto será acompanhado de uma breve contextualização, que situará o leitor em relação ao momento e à relevância do trecho dentro do depoimento.

A análise propriamente dita seguirá uma estrutura linear e será redigida em formato de texto corrido, abordando, na sequência, os seguintes aspectos: a relação de face entre os interlocutores, as estratégias de polidez empregadas e a observância ou violação das máximas conversacionais. Essa metodologia busca oferecer uma compreensão detalhada das interações, mantendo o rigor analítico e a fluidez na apresentação dos resultados.

5. ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados é fundamental para esta pesquisa, pois possibilita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas conversacionais, especialmente em contextos críticos, como o enfrentado durante a pandemia. Nesse cenário, a CPI da Covid-19 surgiu como um espaço privilegiado para a coleta de dados, oferecendo interações ricas para análise. Por meio da aplicação dos conceitos da AC, da preservação da face, estratégias de polidez e máximas conversacionais, é possível identificar as táticas comunicativas empregadas nos depoimentos por testemunhas e senadores. Sob essa ótica, a análise de dados é essencial para desvendar os mecanismos de poder e a construção da narrativa política em um período de intensa tensão social.

Neste estudo, focalizamos as interações entre os membros da CPI e os depoentes, especialmente os ex-ministros da Saúde: Luiz Henrique Mandetta, Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello. Nosso objetivo é elucidar as estratégias de comunicação e a gestão da informação no contexto da investigação das ações relacionadas à pandemia. Por meio de uma análise detalhada, buscamos contribuir para a compreensão das dinâmicas de responsabilidade e comunicação que caracterizaram esse período histórico. As análises serão apresentadas em ordem cronológica, começando pelo depoimento de Luiz Henrique Mandetta, em 4 de maio de 2021, seguido por Marcelo Queiroga, em 6 de maio de 2021, e por Eduardo Pazuello, em 19 de maio de 2021.

Excerto 1 (Luiz Henrique Mandetta)

Renan Calheiros: é uma pergunta mais direta mas também uma: oportunidade... a recomendação de que os pacientes deveriam procurar os serviços de saúde apenas... quando apresentassem sintomas mais severos éh:: da:: covid como falta de ar por exemplo... dada em certo momento da sua presença no Ministério... o senhor considera hoje que foi adequada?

Mandetta: isso não é verdade senador... nós estávamos no mês de janeiro no mês de fevereiro não havia UM caso... registrado no país o que havia naquele momento eram pessoas em sensação de: insegurança de pânico... porque viam no mundo inteiro situações a televisão passando os hospitais sendo construídos na China a própria Itália com seu... com seu lockdown... e as pessoas procuravam hospitais... no intuito de fazer testes... aquilo:: noventa e nove vírgula nove nove nove nove por cento dos casos... eles eram... de outros vírus e zero vírgula zero zero zero um eram indefinidos... nós só fizemos transmissão comunitária... depois do dia vinte... e quatro de março... em um momento de virose... viroses a orientação sempre foi que você observe a

virose que você não vá... imediatamente pro hospital porque aglomera e se você tiver lá sim um paciente positivo ele vai contaminar na sala de espera... eu tenho visto essa... essa máxima ser repetida... *éh::* e eu tenho percebido que é mais uma guerra de narrativa... todas as orientações pra dar entrada pelo sistema de saúde

Após a abertura da CPI, feitas algumas perguntas menos incisivas, Renan Calheiros enfatiza que fará uma pergunta direta, mas que também será uma chance para Mandetta se justificar. O tema da pergunta é a respeito da: “recomendação de que os pacientes deveriam procurar os serviços de saúde apenas... quando apresentassem sintomas mais severos *éh::* da:: covid como falta de ar por exemplo”. Ao fazer tal pergunta, Renan ameaça a face positiva de Mandetta, pois deixa claro que essa recomendação foi dada durante sua gestão no Ministério da Saúde.

Mandetta responde de maneira explicativa e extensa. No início do turno, ele tenta corrigir uma possível presunção da pergunta ao declarar: “isso não é verdade, senador...”, introduzindo uma discordância ao argumento inicial de Renan. Mandetta reinterpreta a questão apresentada, contextualizando-a em um cenário de “insegurança e pânico” vivenciado pela população no início da pandemia. Essa estratégia reforça sua imagem positiva ao esclarecer que as orientações seguiam padrões para situações de virose, projetando uma imagem de controle e responsabilidade.

O depoente justifica a recomendação afirmando que “as pessoas procuravam hospitais... no intuito de fazer testes” e que, na maioria dos casos, se tratava de “outros vírus”. Entretanto, sua decisão de resposta é um pouco evasiva e insuficiente para proteger sua face positiva, pois desvia o assunto para a questão da virose: “em um momento de virose... viroses a orientação sempre foi que você observe a virose que você não vá... imediatamente pro hospital porque aglomera”.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), os atos que ameaçam a face positiva do receptor incluem a crítica. Nesse sentido, no que diz respeito à proteção da autoimagem, percebe-se que Renan Calheiros usa a estrutura da pergunta para direcionar a resposta de Mandetta e criticar sua decisão enquanto ministro. O ex-ministro, em sua resposta, tenta proteger a autoimagem ao defender suas decisões. Entretanto, essa tentativa de proteção é ineficaz, pois havia um colapso de saúde global (um fato), o que torna a resposta de Mandetta insuficiente. Outro ponto interessante na tentativa frustrada de proteção da autoimagem é que Mandetta

não responde diretamente que não houve tal recomendação, mas apenas justifica que: “nós só fizemos transmissão comunitária... depois do dia vinte... e quatro de março”.

Mandetta emprega uma forma de polidez positiva ao não confrontar o relator diretamente, limitando-se a negar: “isso não é verdade senador”. Em seguida, faz uma explicação detalhada para corrigir a percepção do senador de forma mais diplomática: “nós estávamos no mês de janeiro no mês de fevereiro não havia UM caso... registrado no país o que havia naquele momento eram pessoas em sensação de:: insegurança de pânico”.

No tocante à máxima da qualidade, Mandetta busca fornecer informações verdadeiras sobre a situação dos casos de Covid-19 e as orientações dadas, mas nega uma verdade (fato) apresentada pela pergunta de Renan sobre as recomendações. Portanto, entende-se que ele não atende a essa máxima e busca preservar sua autoimagem pública ao negar que a recomendação dada tenha prejudicado a saúde de muitos brasileiros no início da pandemia.

O depoente é bastante detalhado ao responder e excede a quantidade necessária de informações, transgredindo a máxima de quantidade. Ele descreve a situação em “noventa e nove vírgula nove nove nove nove por cento dos casos” e informa a data exata de início da transmissão comunitária. Portanto, a pergunta poderia ter sido respondida apenas com um simples sim ou não: “sim, houve essa recomendação” ou “não houve tal recomendação”. Assim, pode-se entender que o falante viola a máxima de quantidade para preservar a autoimagem e não se responsabilizar por tais recomendações.

Mandetta segue a máxima da relevância, explicando a lógica das orientações médicas em relação às viroses, que ele compara com a situação da Covid-19: “não vá... imediatamente pro hospital porque aglomera e se você tiver lá sim um paciente positivo ele vai contaminar na sala de espera”. Ainda que ele adicione informações sobre “pânico” e “narrativas”, que podem ser vistas como uma ampliação do tópico, o ex-ministro se mantém relevante.

Excerto 2 (Luiz Henrique Mandetta)

Renan Calheiros: *éh::* segundo especialistas uma das... ações mais efetivas para o controle e a disseminação da:: covid-19 é a realização de testagem em massa da população... *éh::* política essa que foi recomendada principalmente após os bons resultados terem sido observados em países... que a adotaram como:: Alemanha Coreia do Sul já no início da própria pandemia... ainda assim o Brasil não lançou essa estratégia em Nenhum momento... incluindo:: o período:: compreendido em sua gestão... por que sua gestão não estruturou uma política de testagem em massa da população?

Mandetta: senhor senador... no... mês de... marÇO nós iniciamos... todo processo de aquisição da testagem em vinte e quatro Milhões de testes não adianta comprar só o teste tem que processar os testes de maneira

automatizada... nós fizemos o () de laboratório de () e outros... e outras uma uma série de parceiros que era de responsabilidade do secretário Wanderson pra construirmos toda lógica de testagem... e entrega do resultado através de aplicativo diretamente pra pessoa e pra secretaria de saúde... disparamos o processo de aquisição com todas as dificuldades... mas... éh:: isso só foi recebido só foi assinado o recebimento dos testes já era o ministro::... subsequente o ministro Teich éh e depois eu soube que os testes não foram... essa estratégia não foi utilizada essa era... éh::... de uma maneira muito clara... a nossa estratégia testar testar separar pra diminuir o índice de transmissão desse vírus né o o ()

Renan Calheiros: ministro Mandetta havia impedimento técnico para... tanto?

Mandetta: não havia o teste

Renan Calheiros: não havia o teste?

Mandetta: não havia como você adquirir era uma carência mundial... nós fizemos um convenio com a organização Pan-Americana de Saúde com a OPAS pra via intercedência com a OPAS aumentar a produção... ela nos solicitou quinze dias nós entramos em contato com a mundial da saúde nós fizemos licitações... a Fiocruz entrou em compra internacional iniciativa privada brasileira também... no início nós tínhamos aqueles chamados testes rápidos... que eram testes... éh:: e o próprio RT-PCR que é o padrão ouro... aquele seria nosso... dia e os testes rápidos seriam testes complementares auxiliares... lembrando que cada vez que se testa os contactantes ficam em casa os contactantes ficam em isolamento com o protocolo não é só a testagem... é a tes/ é a coleta testagem e após a testagens as medidas referentes aquela... aquele teste positivo

No excerto em questão, Calheiros, questiona o ex-ministro sobre a ausência de uma política de testagem em massa: “por que sua gestão não estruturou uma política de testagem em massa da população?”. Desse modo, o relator desafia a competência de Mandetta, o que pode ameaçar sua face positiva. Mandetta responde tentando justificar as ações do Ministério da Saúde e suas estratégias, visando proteger sua imagem e reputação como gestor competente: “no... mês de... marÇO nós iniciamos... todo processo de aquisição da testagem em vinte e quatro Milhões de testes”.

O ex-ministro, ainda tentando proteger sua face positiva, transfere a responsabilidade para a gestão do ex-ministro Teich. Em seguida, Renan pergunta de forma objetiva se havia “impedimento técnico” par aquisição dos testes. Mandetta responde que não havia como adquirí-los, pois se tratava de uma “carência mundial”. Dessa maneira, Mandetta adota estratégias discursivas para proteger sua face positiva, distanciando-se da responsabilidade direta por falhas na política de testagem. O ex-ministro enfatiza limitações externas, como a “carência mundial”, e atribui a execução à gestão subsequente. Nesse caso, pode-se considerar que Mandetta adota estratégias discursivas que visam preservar imagem positiva.

Em relação à máxima da quantidade, Mandetta responde de maneira bastante detalhada, incluindo números específicos, nomes de organizações e tipos de testagem. Esse

detalhamento parece exceder a máxima de quantidade, mas o tom justificativo se faz necessário em situações de prestação de contas. Contudo, ele faz referências sobre testagem que não foram solicitadas. Dessa forma, pode-se considerar que o excesso de informações constrói uma narrativa defensiva e é utilizado como estratégia para proteger a face positiva, fazendo com que Mandetta viole a máxima da quantidade.

Quanto à máxima de relevância, o ex-ministro continua pertinente ao discutir a dificuldade de implementar testes em massa. Embora a resposta inclua alguns detalhes que fogem do tema principal da pergunta, como a estrutura de processamento dos testes e os aplicativos para informar resultados, pode-se afirmar que ele atende a essa máxima.

No que se refere à máxima de modo, a resposta de Mandetta pode ser interpretada de duas formas. A primeira é que, para os integrantes da CPI, um discurso mais técnico é compreendido sem problemas. No segundo caso, quando se considera os espectadores leigos, termos como “RT-PCR”³¹ podem comprometer a compreensão do que foi dito. No entanto, como o foco são as investigações no âmbito jurídico e as prestações de contas, entende-se que Mandetta atende à máxima de modo, pois fornece informações significativas para a pergunta do relator.

Excerto 3 (Luiz Henrique Mandetta)

Renan Calheiros: tá bem... em sua avaliação a testagem... realizada:: pelos estados e municípios foi apropriada?

Mandetta: eu acho que nós tivemos num determinado momento... um caminho traçado pelo ministério da saúde para testagem para... pra utilização da atenção primária pra regulme/ pra regularizar a questão do - - e tínhamos um caminho nós sabíamos pra onde nós iríamos... nós tínhamos claramente que nós iríamos testar... bloquear ao máximo possível os contágios identificá-los num centro e nós iríamos tratar via atenção primária e ampliar a nossa rede de atendimento hospitalar... isso era a maneira como nós focávamos... nós não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ci-ên-cia e a ciência é essa é isso que recomendavam... agora a posteriori... nós vimos pararem muitas coisas e não colocarem outras no lugar a testagem é uma delas

O excerto 3 é uma continuação do anterior, e nele Renan questiona se, na opinião de Mandetta, “a testagem... realizada:: pelos estados e municípios foi apropriada?”. O ex-ministro ressalta que: “não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ci-ên-cia e a

³¹ Em português a sigla significa “reação de transcriptase reversa seguida de reação em cadeia da polimerase”. Esse tipo de testagem é uma das principais maneiras de detectar a Covid-19. Ele ficou conhecido por causar muito incômodo, pois é realizado por meio de amostras da secreção nasal (Disponível em <https://namata.com.br/rt-pcr-saiba-quando-fazer-o-exame/>).

ciência é essa é isso que recomendavam”. Nesse diálogo, Mandetta tenta proteger sua face positiva, reforçando a ideia de que sua gestão seguiu um planejamento cuidadoso e fundamentado em informações científicas. Ele justifica a resposta com base em limitações estruturais e na dissociação de responsabilidade direta. Ao não mencionar diretamente os estados e municípios, no entanto, ele evita atribuir a eles a responsabilidade completa pelo possível fracasso da testagem.

A frase “nós vimos pararem muitas coisas e não colocarem outras no lugar a testagem é uma delas” pode ser interpretada como uma forma de polidez negativa, pois Mandetta sugere um problema na continuidade das ações, mas não critica diretamente um ator específico. Isso minimiza a invasão da autonomia dos gestores subsequentes, suaviza o tom e evita um possível confronto direto ou questionamento de outros ministros da pasta da Saúde.

Sobre a máxima de quantidade, Mandetta oferece uma explicação detalhada sobre a estratégia planejada para a testagem, afirmando que sabia claramente os caminhos para bloquear “ao máximo possível os contágios”, além de outras medidas para ampliar o atendimento hospitalar. De acordo com Grice (1975), para atender à máxima de quantidade, o falante precisa fornecer apenas a informação solicitada. Nesse caso, Mandetta, na tentativa de proteger a face positiva, excede a quantidade de informações requeridas e, ainda assim, não responde objetivamente à pergunta do relator sobre os estados e municípios.

A máxima de relevância também não é atendida nesse excerto, pois a resposta de Mandetta inclui elementos adicionais, como, por exemplo, a ampliação da rede de atendimento hospitalar. Os outros temas abordados pelo ex-ministro fogem à pergunta inicial: “a testagem... realizada:: pelos estados e municípios foi apropriada?”. Portanto, ao não mencioná-los em sua resposta, na tentativa de preservar a face positiva e utilizando estratégia de polidez negativa, Mandetta viola a máxima de relevância.

Excerto 4 (Marcelo Queiroga)

Renan Calheiros: *éh::: senhor presidente senador Omar Aziz... senhor vice presidente senador Randolfé Rodrigues... senhores líderes senhores senadores senhoras senadoras... éh::: eu quero senhor presidente em primeiRÍSSI*mo lugar... agradecer a honrosa:: presença:: entre nós... do excelentíssimo senhor ministro da saúde... Marcelo Queiroga... *éh::: e como::: vossa excelência sabe Ministro o senhor está aqui... na:::...* condição de depoente... de testemunha... e portanto... éh::: digo isso de uma forma gentil... está obrigado a responder a esta comissão parlamentar de inquérito... (...) vossa excelência... assumiu... o ministério da saúde... há::: um mês e meio mais ou menos quarenta e cinco dias... com a missão de::: reorientar a política de enfrentamento da pandemia com a covid do país... em seu pior momento... vossa excelência já:: reconheceu

de:: maior número de casos e mortes... pergunto... neste curto período... em que vossa excelência esteve à frente da pasta da Saúde... já foi possível fazer um diagnóstico da situação e:: definir uma estratégia para revertê-la?

Marcelo Queiroga: senador... *éh::* naturalmente estamos trabalhando fortemente nesse diagnóstico já temos o diagnóstico... nós precisamos investir fortemente na vacinação... da nossa população nós temos que orientar... a nossa população a:: aderir... as medidas... não farmacológicas que parecem simples... e são simples... mas que é necessário um reforço reiterado como por exemplo *éh::* o uso das máscaras aqui antes de começarmos essa sessão senador Omar Aziz o senhor mesmo ((Renan Calheiros)) e os demais senadores nós buscávamos os protocolos de segurança então temos que investir *éh* nas medidas não farmacológicas nós temos que adotar uma política de testagem... pra orientar isolamentos de pacientes que... sejam contaminados bem como dos seus contactante e nós temos que fortalecer o nosso sistema de saúde para que ele seja capaz de atender aqueles casos mais graves... (...) que é executada só pelo ministério da saúde... o Sistema Único de Saúde... é um sistema... tripartite... que ss/União estados e municípios... e a pactuação é feita de tal forma *éh* a delegar atribuições específicas para cada ente federativo *éh::* estamos com a nossa equipe técnica trabalhando para ter... *éh* diretrizes gerais que devam ser colocadas para a sociedade brasileira e para as secretarias estaduais e municipais que naturalmente elas necessitam de uma pactuação... (...)

O senador Renan Calheiros busca estabelecer sua face positiva, demonstrando respeito e formalidade ao saudar vários membros presentes e reconhecer a presença imprescindível de Marcelo Queiroga. Ele agradece a presença do ex-ministro e ressalta a grande importância dos depoimentos anteriores. Essa abertura inicial, apesar de ser protocolar, pode ser interpretada como um ato de fala valorizante à face do interlocutor (antiFTAs), pois aparece como “o elogio, o agradecimento ou os votos” (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 82).

Para Brown e Levinson (1987), a polidez positiva ocorre quando o falante demonstra interesse pelas necessidades do outro e pelos valores em comum, suavizando a ameaça ao ato comunicativo ao indicar desejos compartilhados. Nesse contexto, ao cumprimentar Queiroga, o senador Renan Calheiros utiliza a seguinte expressão: “o senhor está aqui... na:::... condição de depoente... de testemunha... e portanto... *éh::::* digo isso de uma forma gentil... está obrigado a responder a esta comissão parlamentar de inquérito”. Embora afirme a obrigação de Queiroga como testemunha e depoente, o que constitui uma ameaça à sua face negativa, Renan suaviza o impacto dessa imposição ao recorrer à polidez positiva com a frase “digo isso de uma forma gentil”. Dessa forma, ele busca amenizar a imposição direta, demonstrando respeito pela autonomia de Queiroga e promovendo uma interação mais respeitosa.

A pergunta de Renan foi feita de forma branda, sem ameaças a face de Queiroga: “neste curto período... em que vossa excelência esteve à frente da pasta da Saúde... já foi

possível fazer um diagnóstico da situação e:: definir uma estratégia para revertê-la?”. Ainda que a pergunta não tenha surgido como uma ameaça, Queiroga busca construir uma autoimagem positiva, destacando que está trabalhando “fortemente nesse diagnóstico” e que já o tem. Além disso, ele afirma que é preciso investir na vacinação. Na construção dessa autoimagem, ele realça a importância da vacinação e das diretrizes técnicas, além de apresentar a si mesmo e a sua equipe como alguém que trabalha de maneira “diuturna” e que está dedicado a enfrentar a crise sanitária, reforçando a construção da autoimagem positiva.

Ao explicar a política do Ministério da Saúde, Queiroga usa a seguinte frase: “o Sistema Único de Saúde... é um sistema... tripartite.... que es/União estados e municípios... e a pactuação é feita de tal forma *é* a delegar atribuições específicas para cada ente federativo”. Com isso, ele protege sua face positiva de uma possível atribuição de culpa exclusiva à sua gestão no Ministério da Saúde, sugerindo que a responsabilidade é compartilhada com outras entidades do SUS (União, estados e municípios).

Em relação à máxima da quantidade, o relator Renan oferece mais informações do que o necessário antes de fazer sua pergunta, incluindo uma introdução prolongada e observações sobre depoimentos anteriores. Embora isso possa parecer redundante, o objetivo é estabelecer uma narrativa e expectativas de resposta, sugerindo uma intenção de enfatizar a importância da resposta de Queiroga. O ex-ministro também responde com uma explicação longa, detalhando procedimentos do Ministério e justificando o cenário atual, o que pode ser visto como uma forma de fortalecer sua argumentação e proteger sua face positiva. Neste caso, observa-se que ambos violam a máxima de quantidade e essa violação surge com o objetivo de enfatizar expectativas e argumentos.

A máxima da relevância, conforme Grice (1975), sugere que os falantes devem oferecer informações pertinentes à conversa, ou seja, manter o foco no tópico em questão. No entanto, Queiroga introduz comparações com sistemas de saúde de outros países: “sistema de saúde inglês... italiano... americano”, o que desvia o foco da pergunta e não é relevante naquele momento, pois o principal problema do colapso da saúde no Brasil estava relacionado à falta de administração governamental. Isso pode ser visto como uma violação da relevância, já que o depoente não responde diretamente à questão do relator sobre a situação do Brasil e o enfrentamento da Covid-19. É importante destacar que esse desvio faz parte da tentativa de construir uma autoimagem pública positiva como gestor da pasta da Saúde.

Excerto 5 (Marcelo Queiroga)

Renan Calheiros: não dá pra comparar porque... nenhum chefe de Estado nem de governo desses países tratou o vírus como gripezinha... então essas comparações são ineficazes não não dá... ((tossiu)) eu queria perguntar a vossa excelência na sequência o seguinte em sua opinião... o que faltou ao Brasil... para:: evitar que esses trágicos números de mortos... e o colapso referido aqui por vossa excelência do sistema de saúde que estamos enfrentando?

Marcelo Queiroga: senador nós não temos uma resposta exata para essa situação... porque nós lidamos com um vírus que tem uma imprevisibilidade biológica extrema... esse vírus ele tem capacidade de mutações... não é? e o que aconteceu é com a variante P1 não é? que foi muito mais intensa do que... aquela primeira onda... então se há alguma coisa que nós podemos fazer a mais... é procurar... *éh* focar nos nossos consensos... é buscar uma forma mais homogênea de tratar essa situação é uma situação *éh::* complexa... *éh* que exige *éh* decisões que não são simples e que exige a adesão *éh* de TODos pra que tenhamos o resultado o que foi feito de bom por exemplo... a medida provisória... *éh::* que o presidente da república editou... com vinte bilhões de:: re/reaís pra vacinas que foi aprovado pelos senhores senadores... o auxílio emergencial que foi aprovado por essa casa e aqui eu já cumprimento *éh::* os senhores senadores por apoio a essa medida importante né? eu como ministro da saúde como o senhor destacou há quarenta e cinco dias na pasta eu estou procurando... de maneira muito... determinada... buscar esses consensos *éh* e trazer os subsídios uteis... pra que o nosso governo ele consiga em parceria com governos de Estados e Municípios... dá as respostas que a sociedade exige de nós... não é só do poder executivo ou do ministério da saúde... é de todos os homens públicos... dessa grande nação.. os prefeitos dos mais de cinco mil municípios... os governadores dos Estados... *éh* os parlamentares enfim todos nós... *éh* unir a população brasileira isso é o que precisamos fazer senador Renan Calheiros

De acordo com Brown e Levinson (1987), a face negativa está relacionada ao desejo de liberdade e autonomia, quando o falante busca agir sem imposições externas. Já a face positiva consiste na necessidade de aceitação e aprovação social, na qual o falante tenta construir e preservar uma imagem valorizada de si mesmo. Desse modo, no excerto acima, Renan rejeita veementemente as comparações feitas por Queiroga com outros países, afirmando: “não dá pra comparar porque... nenhum chefe de Estado nem de governo desses países tratou o vírus como gripezinha... então essas comparações são ineficazes não não dá”.

A partir dessa afirmação, Renan preserva sua face negativa, reforçando uma postura crítica e firme de inquiridor, ao mesmo tempo em que ameaça a face positiva de Queiroga. O relator menciona que “nenhum chefe de Estado... tratou o vírus como gripezinha”, o que desafia as ações do governo brasileiro e implica que os líderes de outros países foram mais responsáveis. Essa postura é reforçada quando Renan pergunta diretamente: “o que faltou ao Brasil... para:: evitar que esses trágicos números de mortos?”.

Ao responder, Queiroga busca preservar uma autoimagem positiva tanto dele quanto do governo em questão e destaca ações que contribuem para preservação dessa autoimagem: “exige *éh* decisões que não são simples e que exige a adesão *éh* de TODos pra que tenhamos o resultado o que foi feito de bom por exemplo... a medida provisória... *éh*:: que o presidente da república editou”. O ex-ministro salienta que estão lidando com um vírus de “imprevisibilidade biológica” e que tem “capacidade de mutações”. Ao fazer isso, ele almeja preservar sua face positiva, pois minimiza a percepção de que o Ministério da Saúde poderia ter evitado o colapso pandêmico.

Desse modo, Queiroga continua tentando preservar sua face positiva ao falar sobre o curto tempo que esteve à frente da pasta da Saúde: “quarenta e cinco dias”. Ele também destaca a importância de trabalhar de modo determinado e “buscar consensos”, bem como a importância da “parceria com governos de estados e Municípios” para “unir a população brasileira”. Esse discurso o posiciona como alguém disposto a buscar uma solução coletiva, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre esferas políticas e administrativas. Contudo, a estratégia de preservação da face positiva está enfraquecida, pois o ex-ministro generaliza as questões, o que diminui a credibilidade de sua fala.

No tocante à polidez, a frase “não dá pra comparar” é repetida e reforça o descontentamento de Renan, suavizando menos a situação. Queiroga, no entanto, utiliza uma estratégia de polidez negativa ao elogiar medidas aprovadas pelos senadores, como o auxílio emergencial, atenuando o impacto de sua resposta. Ele ainda elogia os “homens públicos” e suas contribuições, sugerindo um tom de diplomacia e reconhecimento do trabalho alheio, o que ajuda a desviar o foco de críticas à sua própria atuação. Ou seja, ao utilizar a estratégia de polidez, Queiroga busca proteger sua face positiva.

No que diz respeito à máxima de quantidade, Renan formula sua pergunta de maneira direta e objetiva, enquanto Queiroga fornece informações excessivamente detalhadas, desviando do foco principal da questão: “o que faltou ao Brasil?”. A fala do depoente é muito extensa e pode ser interpretada como uma estratégia para diluir a resposta e evitar uma responsabilização direta, protegendo, assim, sua face positiva e violando a máxima de quantidade.

Queiroga adere parcialmente à máxima da qualidade, pois utiliza justificativas científicas, como as mutações do vírus e o desafio da “imprevisibilidade biológica extrema”. No entanto, sua resposta omite uma avaliação crítica das ações governamentais, o que pode

ser interpretado como uma falha em oferecer uma visão completamente honesta sobre possíveis erros de gestão.

A resposta de Queiroga também viola a máxima de relevância, pois não inclui pontos diretamente relacionados à pergunta. Desse modo, ele não responde à questão sobre o que faltou para evitar o grande número de mortos e o colapso na saúde. O depoente realiza esse movimento linguístico na tentativa de construir uma narrativa positiva sobre as ações do governo e sobre si mesmo como ministro da Saúde.

Excerto 6 (Marcelo Queiroga)

Renan Calheiros: *éh:: como... vossa excelência descreveria... éh:: a condução do ministério quando chegou?* estava:: funcionando a contento diante da pandemia... com orientações corretas do ponto de vista científico? *éh:: a articulação com o estados e municípios era adequada?* o monitoramento de insumos e::... equipamentos... e testes estavam acontecendo? havia transparência no planejamento de ações... e na própria divulgação que foi referida aqui por vossa excelência... *éh::... desses dados?... são perguntas objetivas*

Marcelo Queiroga: senador de maneira objetiva eu sou aqui testemunha... e eu posso testemunhar pelos fatos... que eu presenciei... isso se deve aos quarenta e cinco dias que eu estou a frente do Ministério da Saúde... essa função de avaliar os meus antecessores... não só o meu antecessor imediato como os demais... éh existem instâncias próprias pra fazer esse tipo de avaliação

Renan Calheiros: é esta a Comissão Parlamentar de Inquérito ((torna-se incompreensível pela sobreposição de vozes entre Renan e Queiroga)) instância própria é esta

[
Marcelo Queiroga: sim senhor senador sim senhor senador

[
Omar Aziz: ministro o senhor está aqui como testemunha

[
Renan Calheiros: () testemunha essa é a instância

Omar Aziz: então não tem esse negócio de dizer ou jogar pra terceiros vossa excelência... até agora éh:: o:: a:: o senador Renan tem feito perguntas muito objetivas... e o senhor está... éh::... tratando de questões de município não sei o que e tal e isso daí não é objetivo... ele fez uma pergunta simples... éh::: o que que faltou? faltou lockdown faltou... é não faltou dinheiro () então o que que faltou?

[
Renan Calheiros: não faltou dinheiro não faltou dinheiro não faltou dinheiro () então o que que faltou?

Omar Aziz: é é só como testemunha até pra lhe preservar... eu estou aqui pra lhe preservar () o senhor tem que responder e aqui não é o achismo... é sim ou não

No excerto 6, Renan Calheiros e Omar Aziz fazem perguntas objetivas a Marcelo Queiroga, colocando em xeque sua face positiva: “como... vossa excelência descreveria... *éh::* a condução do ministério quando chegou?”; “a articulação com o estados e municípios era adequada?”; “o que que faltou? faltou lockdown faltou... é não faltou dinheiro () então o que que faltou”. A interação é tensa e evidencia um embate entre as expectativas dos senadores e a relutância de Queiroga em responder com clareza às questões levantadas.

Ao exigirem respostas diretas, Renan e Omar reforçam uma imagem de autoridade e controle, o que preserva a face negativa de ambos, enquanto ameaçam a face positiva de Queiroga. Omar diz, por exemplo: “não tem esse negócio de dizer ou jogar pra terceiros vossa excelência... até agora *éh::* o:: a:: o senador Renan tem feito perguntas muito objetivas... e o senhor está... *éh::*... tratando de questões de município não sei o que e tal e isso daí não é objetivo”. O senador destaca que não aceitará evasivas, alinhando sua fala à postura de transparência e pertinência como presidente da CPI.

Queiroga busca preservar sua face negativa ao alegar que não é sua função avaliar seus antecessores: “eu posso testemunhar pelos fatos... que eu presenciei... isso se deve aos quarenta e cinco dias que eu estou à frente do Ministério da Saúde... essa função de avaliar os meus antecessores... (...) existem instâncias próprias pra fazer esse tipo de avaliação”. Desse modo, ao lembrar seu curto período na pasta da saúde e mencionar sobre “instâncias próprias” para julgar as ações de seus antecessores, sugere que uma crítica direta não cabe em seu papel de testemunha. Ao evitar juízos de valor, ele busca projetar uma imagem de neutralidade e de respeito institucional, evitando expor abertamente falhas do ministério.

Omar diz a seguinte frase a Queiroga: “eu estou aqui pra lhe preservar”, buscando, com isso, amenizar a pressão sobre o depoente, sugerindo que ele está ali como uma testemunha e que sua função é apenas esclarecer os fatos, sem assumir responsabilidades adicionais. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a fala de Omar se alinha ao conceito de *footing*³² de Goffman (1981), pois evidencia como ele reposiciona sua identidade interacional na relação com Queiroga.

De acordo com Goffman (1981, p. 128, tradução nossa), “uma mudança na base implica uma mudança no *footing* que assumimos em relação a nós mesmos e aos outros presentes, conforme expresso na maneira como gerenciamos a produção ou a recepção de um

³² Em português brasileiro, a palavra *Footing* pode ser traduzida como “alinhamento”, pois representa o ajuste contínuo das posições relacionais e interacionais dos participantes em um diálogo, conforme o contexto e a dinâmica da interação.

enunciado”³³. Desse modo, o *footing* se refere às mudanças na posição do locutor em relação ao que está sendo dito e à forma como ele se apresenta na interação (por exemplo, como autoridade, mediador ou aliado). Ao dizer “eu estou aqui pra lhe preservar”, Omar adota um *footing* mais conciliador e protetor, diminuindo a tensão associada ao papel de inquiridor. Essa mudança de *footing* funciona como uma estratégia de polidez negativa, pois reduz a ameaça à face negativa de Queiroga (seu desejo de autonomia e liberdade de ação). Ao sugerir que a função de Queiroga é apenas esclarecer fatos, Omar minimiza a pressão para que ele assuma responsabilidades adicionais ou se comprometa com declarações que possam prejudicar sua posição.

Quanto à máxima da quantidade, Renan destaca que está fazendo “perguntas objetivas” e, por isso, deseja respostas objetivas. Além disso, ele reafirma que a CPI é a “instância própria” para obter respostas que contribuam para compreender a questão do colapso da saúde pública naquele período. No entanto, Queiroga oferece respostas vagas e prolixas, desviando da concisão e objetividade esperadas pelos senadores. Dessa forma, ele viola a máxima em questão. É importante destacar que a violação dessa máxima ocorre em razão da tensão do ambiente e da tentativa constante do depoente de evitar assumir uma responsabilidade direta.

Para Grice (1975), na máxima da qualidade, as contribuições do falante devem ser verdadeiras para garantir a confiabilidade da informação. Nesse sentido, a resposta de Queiroga não atende a essa máxima, pois ele evita afirmações categóricas e se restringe a declarações evasivas e generalistas. A ausência de uma resposta mais substancial às questões sobre a “articulação com estados e municípios” ou “monitoramento de insumos” indica um desvio da máxima da qualidade, pois Queiroga evita comprometer-se com informações específicas.

Queiroga também não atende à máxima de modo, pois sua postura causa frustração nos senadores. Quando Omar afirma: “não é o achismo... é sim ou não,” ele reforça a importância de respostas diretas, indicando que qualquer ambiguidade é inadequada para o depoimento. Por outro lado, Queiroga evita a clareza e opta por uma resposta vaga para evitar se comprometer com suas declarações. Assim, a maneira com que Queiroga articula suas respostas é inadequada para as investigações.

³³ No original: “A change in footing implies a change in the alignment we take up to ourselves and the others present as expressed in the way we manage the production or reception of an utterance” (Goffman, 1981, p. 128).

Excerto 7 (Marcelo Queiroga)

Randolfe Rodrigues: ministro... primeiramente... eu queria aqui fazer uma consideração... que julgo o senhor um dos profissionais mais competentes da medicina brasileira... presidente... da Sociedade... Brasileira de Cardiologia... eh:: vossa excelência... eh:: antes inclusive me dizia que era da mesma... cidade de Celso Furtado... eu digo que inclusive vossa excelência se alinha entre duas grandes personalidades... dessa cidade da sua cidade junto eh co::m... com iminente Celso Furtado foi ministro... eh:: foi o fundador da Sudene... então tem as melhores referências e tenho aqui uma impressão... a vosso respeito de que a CONdução no ministério da saúde teve uma significativa melhora a partir de seu advento... dito isso eh:: ministro e indo direto aos questionamentos porque repostando que estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito e o vosso testemunho... pode ser eh:: fundamental... para... o trabalho final a ser concluído... por essa CPI... então dito ISSO e na referência médica... que::... o país tem do senhor eu lhe faço uma primeira pergunta objetiva para encerrarmos essa história da cloroquina... o senhor como cardiologista... se um paciente lhe procurasse... pedindo:: um:: que fo::sse receituado... o senhor preconizaria o uso da hidroxicloroquina?

Marcelo Queiroga: eh:: senador... eu:: aqui já falei de maneira reiterada... que:: o protocolo clínico... ele será discutido

Randolfe Rodrigues: não mas aí a pergunta é (pessoal) e direta como cardiologista

[

Marcelo Queiroga: () senador eu estou aqui como ministro de estado da saúde... né eu... sou instância final na elaboração desse protocolo... e se eu manifestar ()

Randolfe Rodrigues inicia a interação elogiando Queiroga e destaca sua competência como cardiologista, associando-o a Celso Furtado, uma figura de prestígio, o que cria uma situação respeitosa e amigável. Essa abordagem possibilita um contexto de confiança que facilita a transição para questões delicadas e potencialmente desafiadoras. Entretanto, há uma mudança do tom elogioso para o inquisitório, demonstrando expectativa de compromisso e certa pressão, que ameaça a face positiva de Queiroga, expondo-o ao escrutínio público por seu papel como médico cardiologista. Esse modo de pergunta direta também acentua a ameaça à face negativa de Queiroga, pois Randolfe faz uma pergunta pessoal ao ministro³⁴.

Queiroga dá uma resposta evasiva na tentativa de preservar sua face positiva: “eh:: senador... eu:: aqui já falei de maneira reiterada... que:: o protocolo clínico... ele será discutido”. Entretanto ele toma uma invertida de Randolfe que ameaça novamente sua face negativa (liberdade de ação: pergunta pessoal e direta) e positiva (autoimagem pública: como

³⁴ É interessante observar que a pergunta elaborada por Randolfe ameaça tanto a face positiva quanto a face negativa de Queiroga, pois coloca em questão seus conhecimentos como médico cardiologista (face positiva: visão externa do "eu") e, pessoalmente, se ele indicaria a hidroxicloroquina (face negativa: visão interna do "eu").

cardiologista): “não mas aí a pergunta é (pessoal) e direta como cardiologista”. A partir desse questionamento, o ex-ministro busca proteger sua face negativa evitando assumir uma responsabilidade direta ou comprometer-se com uma decisão pessoal, reforçando seu papel como ministro e a necessidade de seguir processos mais amplos: “senador eu estou aqui como ministro de estado da saúde... né eu... sou instância final na elaboração desse protocolo”. Ao enfatizar seu papel no “protocolo clínico” ele projeta uma imagem de responsabilidade e neutralidade, evitando um posicionamento pessoal que poderia gerar críticas.

De acordo com Galembeck (1997), a duplicidade de atitude dos falantes de se distanciar ou se envolver mais com o discurso, é “característica do texto conversacional e só pode ser explicada porque nessa modalidade de texto não há previsibilidade quanto às ações e reações do interlocutor” (p. 150). Nesse sentido, a resposta evasiva de Queiroga e a tentativa de preservar tanto sua face negativa quanto positiva, exemplificam a duplicidade de atitude observada no discurso conversacional, no qual os falantes podem se distanciar (como faz o depoente) ou se envolver, dependendo da conduta (no caso da CPI) do inquiridor.

Ao iniciar o diálogo com elogios direcionados a Marcelo Queiroga, o senador Randolfe utiliza estratégias de polidez positiva. Ele o considera “um dos profissionais mais competentes da medicina brasileira”, menciona sua presidência na Sociedade Brasileira de Cardiologia, e o compara favoravelmente a Celso Furtado. Randolfe ainda destaca que a “a CONdução no ministério da saúde teve uma significativa melhora a partir de seu advento”. Esses elogios visam criar uma relação amistosa e demonstrar admiração, estabelecendo uma base de respeito e reconhecimento antes de fazer perguntas mais inquisitivas.

No que tange à máxima de quantidade, Randolfe busca respostas diretas e concisas sobre a posição de Queiroga em relação à hidroxicloroquina. No entanto, Queiroga não adere a essa máxima e responde de maneira vaga, oferecendo apenas o mínimo de informações sobre o “protocolo clínico” e sua função no Ministério da Saúde, sem fornecer uma resposta específica. Como mencionado anteriormente, o objetivo dessas respostas é preservar tanto sua face positiva e quanto negativa.

Considerando que a máxima da qualidade exige informações fundamentadas e verdadeiras (Grice, 1975), Queiroga não oferece uma resposta que atenda a essa máxima sobre o uso da hidroxicloroquina, pois evita confirmar ou negar sua opinião científica sobre o medicamento. Esse tipo de posicionamento revela uma tentativa constante de proteger sua face negativa e positiva, uma vez que deseja preservar seu espaço como médico e ministro da Saúde.

Excerto 8 (Marcelo Queiroga)

Randolfe Rodrigues: mas ministro é sobre isso que me refiro... é porque isso é um instrumento me permita o senhor não concorda que é um dos instrumentos de enfrentamento da pandemia?

[

Marcelo Queiroga: e é por isso que eu determinei a Conitec pra fazer essa avaliação... e está sendo feita agora um aspecto... senador todas as medicações o senador Otto Alencar ainda a pouco falava da meta/dexametasona... essa prescrição na bula da dexametasona não consta não consta a sua indicação no tratamento da covid-19 portanto é uma prescrição fora... do bulário é uma medicação fora do bulário não é uma indicação específica... ((começa uma discussão entre os senadores)) (...) não consta do bulário é um fato concreto... não consta do bulário... se o senhor mostrar que consta no bulário para o tratamento da covid-19... certo? (...) o protocolo clínico... em tese... em tese ele deveria estar... *éh::* contendo medicações que estejam aprovadas pela Anvisa e com aquelas indicações constantes do bulário tá isso em tese... MAS

[

Senador da bancada: como não consta do bulário que... os medicamentos para intubação... são... específicos para cloroquina... então por favor né não nos faça... não nos faça aqui parecer... bobos

[

Marcelo Queiroga: então senador o que eu o que eu estou falando... senador o que eu estou falando é que não consta... () eu estou falando que não consta do bulário... prescrição consta do bulário ou não consta do bulário isso vai ser motivo de avaliação

Randolfe Rodrigues: (...) objetivamente a pergunta... *éh::* nós estamos com UM ano de pandemia e quatrocentos e dez mil mortos... qual o protocolo hoje da Conitec?

Marcelo Queiroga: então hoje senador... existe uma série de medicações onde existe consensos em relação ao seu emprego um deles é o... dexametasona... corticoide... isso deve constar no protocolo clínico... né? as questões relativas as técnicas de intubação orotraqueal... o uso de anticoagulantes... o uso de outros anti-inflamatórios como é o caso... do tocilizumab nós temos um estudos agora que foi publicado no Recovery... *éh::* essa questão será discutida de maneira técnica... e no âmbito correto... que é a Conitec foi assim que estabeleceu-se a lei... eu apenas quero cumpra a lei

Em termos de interação, o excerto 8 é a continuação do excerto 7, no qual Randolfe afirma que os protocolos são fundamentais para o enfrentamento da pandemia. Queiroga se sente ameaçado com a pergunta feita pelo senador e justifica: “e é por isso que eu determinei Conitec pra fazer essa avaliação”. Nesse primeiro momento, é possível observar que a afirmação de Randolfe ameaça a face positiva de Queiroga, pois questiona se o ministro considera o protocolo como algo importante.

Na tentativa de preservar sua face positiva, o ex-ministro afirma que está se responsabilizando: “por isso que eu determinei a Conitec pra fazer essa avaliação”. Queiroga utiliza ainda um argumento interessante, pois recorre à fala do senador Otto Alencar (que se pronunciou por meio de vídeo fazendo algumas colocações) para justificar uma possível indicação da cloroquina já que nem a dexametasona nem a cloroquina constam no bulário para tratamento da Covid-19.

A intervenção do senador da bancada, (cujo nome não conseguimos identificar) é uma maneira de demonstrar que, tanto ele quanto os outros senadores, irão preservar suas faces negativas (o desejo de agir livremente, nesse caso, na posição de inquiridor), exigindo respostas mais claras do ex-ministro e assumindo um papel de autoridade: “como não consta do bulário que... os medicamentos para intubação... são... específicos para cloroquina... então por favor né não nos faça... não nos faça aqui parecer... bobos”.

Em seguida, Randolfe ameaça novamente a face positiva de Queiroga: “objetivamente a pergunta... *éh*:: nós estamos com UM ano de pandemia e quatrocentos e dez mil mortos... qual o protocolo hoje da Conitec? ”. Na tentativa de proteger sua face, o depoente contorna a pergunta com a seguinte resposta: “então hoje senador... existe uma série de medicações onde existe consensos em relação ao seu emprego um deles é o... dexametasona... corticoide... isso deve constar no protocolo clínico... né?”. Além disso, ele infere que a CPI não é o local apropriado para discutir o “protocolo clínico”. Devido ao evidente embaraço nas respostas, Queiroga faz uma tentativa frustrada de preservar sua face positiva.

Sobre a máxima da quantidade, Randolfe demanda uma resposta objetiva, enquanto Queiroga oferece uma explicação extensa, mencionando o “bulário” e os consensos sobre medicamentos como dexametasona, mas não responde diretamente à pergunta. A resposta evasiva impede Randolfe de obter a informação específica que procura, prolongando a discussão. Destaca-se ainda que a violação dessa máxima ocorre, mais uma vez, com o objetivo de proteger sua face positiva.

As perguntas são relevantes e objetivas para as investigações, pois pretendem obter uma resposta clara do ex-ministro. Entretanto, as respostas apresentadas são evasivas e prolixas, ferindo a máxima de relevância. Apesar de ferir as máximas na tentativa de proteger sua face, o que se nota neste excerto é o insucesso dessa tentativa.

Excerto 9 (Eduardo Pazuello)

Renan Calheiros: (...) Eduardo Pazuello ex-titulado da pasta da saúde... foi convocado como todos sabem...

perante esta comissão parlamentar de inquérito (...) todos membros da comissão parlamentar de inquérito esse:: fato já nos demonstra o absoluto interesse do Senado Federal nessa convocação... em razão da importância das informações... éh:: de que ele:: dispõe para esclarecimento:: das ocorrências que ora investigamos... (...) éh:: o paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então... éh:: caracterizam a pandemia de covid-19... é pois peça fundamental no fornecimento de informações quanto a participação de pessoas que de algum modo contribuíRAM para o colapso do nosso sistema de saúde e consequentemente podem ser responsabilizadas pelo/pela lamentável morte de quatrocentos::... e trinta e nove mil trezentos e setenta e nove brasileiros e brasileiras... (...)sua nomeação veio para melhorar a parte logística e de aquisições do ministério embora vossa excelência não tivesse até então experiência alguma na área de saúde... pergunto ministro vossa excelência pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do ministério da saúde? E mais tarde... para assumir o cargo de ministro?

Eduardo Pazuello: senhor senador... muito obrigado pela sua pergunta ela:: já nos coloca de frente pra uma posição fundamental... e eu... vou colocar de forma bem clara... eu só na décima segunda região militar eu tinha cinco hospitais... sobre a minha guarda toda a saúde de trinta mil homens estavam sobre a minha responsabilidade... (...) só na décima segunda região militar... na operação acolhida... TODA a saúde dos seiscentos mil venezuelanos que passaram por lá estavam sobre a nossa responsabilidade... (...) na meu/ no meu comando nós recebemos o:: a a o nível três que é o de prontidão máxima da ONU... permitindo desdobramento completo em qualquer lugar do mundo... esse trabalho era feito e treinado... diuturnamente... no comandos nos batalhões logísticos que eu comandi tinham companhias de saúde... saúde operacional... onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas... ou a tropa... pra fazer a:: evacuação a estabilização e evacuação dos doentes... até os hospitais de campanha que eu viria comandar depois... isso aí só pra falar pro senhor sobre área de saúde... sobre gestão e liderança eu acredito que... seria... perguntar se a chuva molha se o oficial (general) tem competência de gestão e liderança.. se nós não tivermos tem que começar do zero... a nossa instituição... então... eu acho que gestão e liderança é uma coisa que eu não preciso colocar... pela própria colocação como o senhor colocou a mim com relação a carreira militar e quanto ao desconhecimento da:: da minha da minha vida militar e os meus comandos na área de saúde... eles são bem colocados como eu coloquei assim então eu me considero sim senhor plenamente apto a exercer o cargo de ministro da saúde e lembro... que nós tivemos aí nas últimas duas décadas quatro cinco seis ministros se não me engano quatro ministros que não tem absolutamente nada com ligação de saúde... como os senhores conhecem o Ministro José Serra Ricardo Barros... e outros () são pessoas são profissionais que fizeram trabalhos especi/espe/...especiais nos no::s éh:: éh:: no ministério... e não tinham ligação alguma com área de saúde sendo um ministro da saúde ou qualquer ministro nesse nível ele tem que ter acessória técnica ele tem que ter capacidade de ouvir ele tem que ter sensibilidade pra tomada de decisão e decidir rápido... porque todos os dias... vidas eram perdidas

Renan Calheiros inicia os cumprimentos com um tom formal e menciona a importância do depoimento de Pazuello para a comissão. Antes de elaborar a pergunta, o relator utiliza recursos conversacionais para reforçar a responsabilidade de Pazuello: “o

paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então... *éh::* caracterizam a pandemia de covid-19... é pois peça fundamental no fornecimento de informações quanto a participação de pessoas que de algum modo contribuíRAM para o colapso do nosso sistema de saúde”.

Após longo cumprimento e diversas considerações, Calheiros faz a seguinte pergunta: “vossa excelência pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do Ministério da Saúde? E mais tarde... para assumir o cargo de ministro?”. Esse questionamento pode ser entendido como uma ameaça à face negativa de Pazuello, pois sugere que ele não possuía qualificações adequadas para ocupar o cargo, considerando sua formação como profissional militar.

Em resposta, Pazuello busca proteger sua face negativa ao explicar seus atributos e competência. O depoente destaca sua experiência na tentativa de preservar sua face negativa (território do “eu”) e, com isso, procura esclarecer suas qualificações. Ele tenta evitar que sua imagem de competência seja comprometida pela falta de experiência na área da saúde, ponto central da pergunta de Calheiros.

Pazuello afirma sua competência ao citar exemplos detalhados de sua experiência: “décima segunda região militar” e “companhias de saúde... saúde operacional... onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas...”. Ainda nesse contexto, sobre a questão de gestão e liderança, o ex-ministro declara: “eu acredito que... seria... perguntar se a chuva molha se o oficial (general) tem competência de gestão e liderança... se nós não tivermos tem que começar do zero... a nossa instituição... então... eu acho que gestão e liderança é uma coisa que eu não preciso colocar”. Dessa forma, ele reforça sua autoridade e qualificação, recusando a ideia de que sua competência seja questionável, o que também pode ser uma interpretado como uma estratégia para proteger sua face negativa.

Ao perguntar: “vossa excelência pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do ministério da saúde? E mais tarde... para assumir o cargo de ministro?”, Renan faz um questionamento incisivo, colocando em questão a adequação de Pazuello para o cargo. Em resposta, Pazuello adota um tom defensivo, mencionando experiências que, segundo ele, comprovam sua aptidão para o cargo. Ele também menciona que outros ministros, como José Serra e Ricardo Barros, não tinham formação em saúde. Essa resposta busca preservar sua face negativa, pois ele defende sua qualificação e experiência com uma possível justificativa para a crítica feita por Renan.

Sobre a máxima de qualidade, Pazuello procura se basear em informações verdadeiras e relevantes sobre sua experiência. Ao detalhar: “na operação acolhida... TODA a saúde dos seiscentos mil venezuelanos que passaram por lá estavam sobre a nossa responsabilidade”, ele adere à máxima de qualidade, oferecendo informações verificáveis sobre sua atuação. Esse detalhamento de sua vida profissional busca, de certo modo, assegurar que ele fala com veracidade, legitimando seu discurso com informações verdadeiras.

Apesar de atender à máxima da qualidade, Pazuello viola a máxima da quantidade, pois fornece mais informações do que o necessário para responder à pergunta. O nível de detalhe que ele apresenta (como a “evacuação dos doentes... até os hospitais de campanha que eu viria comandar depois”) pode ser considerado prolixo. Essa estratégia também sugere uma tentativa de ganhar tempo e desviar do cerne da questão sobre sua experiência direta em saúde pública.

Segundo Grice (1975), para atender à máxima da relação, é necessário que a contribuição seja relevante e apropriada ao contexto da interação, abordando diretamente o que foi requisitado. Nesse sentido, Pazuello afirma: “nós tivemos ai nas últimas duas décadas quatro cinco seis ministros se não me engano quatro ministros que não tem absolutamente nada com ligação de saúde...”. Esse comentário viola a máxima da relação ao desviar o foco para uma comparação que não responde diretamente à pergunta. Ao destacar que outros ministros também não tinham experiência em saúde, ele tenta justificar sua nomeação, mas se distancia do ponto central da pergunta.

No que se refere à máxima de modo, ambos mantêm a formalidade e a clareza, mas Pazuello, em alguns momentos, compromete a objetividade. Ao utilizar frases como “eu me considero sim senhor plenamente apto a exercer o cargo de ministro da Saúde”, ele reforça seu ponto de vista de maneira enfática e repetitiva, o que pode comprometer a concisão. Contudo, ele preserva a clareza e evita ambiguidades, já que seu objetivo é demonstrar sua qualificação.

Excerto 10 (Eduardo Pazuello)

Renan Calheiros: quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde... e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?

Eduardo Pazuello: senador... quando nós chegamos com a equipe... quando eu cheguei na minha equipe no ministério eu cheguei com quinze oficiais... e a ideia (é) obviamente trabalhar na secretaria executiva... e eu repito uma frase que eu falei outro dia... eu acho que aquele primeiro desenho foi muito bacana... quando o

presidente nomeou o Teich... mi/médico e... me colocou como executivo pra fazer o suporte de gestão e logística administrativa pra ele... e eu me lembro desculpe sob/dessa forma mas não foi uma pergunta direta sua mas eu acho que isso faz parte da... da contextualização da resposta... *éh::* eu sentei com o ministro Teich e disse olha... a parte finalística que são as secretarias eu nesse momento não tenho... como lhe ajudar muito... eu preciso aprender sobre isso... agora sobre a parte de gestão logística administrativa eu vou tocar... então o senhor fique tranquilo dessa parte o senhor foque... na parte finalística e a gente vai fazer um excelente trabalho foi assim que nós começamos a conversar e infelizmente o ministro Teich ele decidiu partir... e ai o resto da conversa os senhores sabem... mas eu repito que aquele:: aquele primeiro... primeiro primeiro desenho ali seria realmente a melhor coisa que a gente poderia ter tido mas as/ a conduta acontece e ai a gente vai... respondendo a conduta... então voltando a pergunta sobre logística... *éh::* nós estamos vivendo a pandemia e a pandemia precisaria... de entrega de equipamentos ventiladores EPIs... precisaria contratação de estruturas pra fazer processamento de testagens... a a pandemia precisaria ter um acompanhamento de recursos que seriam transferidos criação de critérios... isso tudo precisava trabalhar na executiva... e:: essa primeira compreensão... re/demonstra o tamanho do trabalho que precisaria ser feito e nós estamos vivendo exatamente a crise de falta de respiradores habilitação de leitos... a compreensão do que estava acontecendo... precisávamos fazer isso de forma rápida... de forma legal... e... tempestiva né rápida já falei... precisava ser rápido e a gente não tinha tempo pra perder... essa é a resposta senador

Renan Calheiros mantém uma postura inquisitiva, solicitando informações detalhadas e específicas sobre as questões logísticas do Ministério da Saúde: “quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde... e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?”. O relator utiliza a pergunta para ameaçar a face positiva de Pazuello, colocando-o em uma posição de justificação e prestação de contas.

O depoente busca preservar sua face positiva ao responder sobre sua chegada: “quando eu cheguei na minha equipe no ministério eu cheguei com quinze oficiais... e a ideia (é) obviamente trabalhar na secretaria executiva” e descreve seu papel no “suporte de gestão e logística administrativa”. Ao afirmar que ele e o ministro Teich planejavam “um excelente trabalho”, Pazuello tenta se posicionar positivamente, indicando que as adversidades posteriores não foram falhas dele, mas sim de circunstâncias fora de seu controle, como a renúncia de Teich.

Pazuello elogia o “primeiro desenho” (Teich como ministro e ele como executivo) e demonstra respeito pelas decisões iniciais da equipe ministerial, destacando que ele e o ministro Teich poderiam ter realizado um bom trabalho. Nesse sentido, pode-se considerar que se trata de um caso de *footing* (Goffman, 1981), no qual o falante procura construir uma imagem colaborativa, evitando uma crítica direta à saída de Teich do Ministério da Saúde.

Pazuello suaviza sua declaração ao dizer: “eu sentei com o ministro Teich e disse olha... a parte finalística que são as secretarias eu nesse momento não tenho... como lhe ajudar muito... eu preciso aprender sobre isso”. Ele se refere à parte “finalística” ou técnica do ministério, como uma estratégia para reconhecer suas limitações sem desvalorizar sua posição. Essa declaração reflete uma tentativa de preservar sua face positiva, ao admitir a necessidade de aprendizado no início, mas evitando parecer inexperiente ou despreparado.

De acordo com Brown e Levinson (1987) e Kerbrat-Orecchioni (2006), a polidez positiva reduz a ameaça à face quando o falante compartilha desejos com o interlocutor, promovendo reciprocidade. Essa forma de polidez também se manifesta por meio de atos que fortalecem a conexão social e favorecem a harmonia comunicativa. Nesse contexto, ao elogiar o ex-ministro Teich e destacar o trabalho conjunto que realizaram, Pazuello utiliza uma estratégia de polidez positiva, pois constrói uma imagem de harmonia, colaboração e parceria com o ex-ministro diante dos senadores.

Sobre a máxima da quantidade, Pazuello procura basear sua resposta em descrições concretas, como a necessidade de “entrega de equipamentos ventiladores EPIs”, “contratação de estruturas pra fazer processamento de testagens” e “habilitação de leitos”. No entanto, ele evita responder de forma objetiva à pergunta inicial (“quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde... e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?”), em uma tentativa de preservar sua face positiva. Dessa forma, o depoente viola a máxima da quantidade ao fornecer informações não solicitadas.

Quanto à máxima de modo, a resposta de Pazuello é ambígua e pouco organizada. Ele utiliza expressões como “a contextualização da resposta” e demora a responder diretamente sobre logística. Dessa forma, a construção da fala dificulta a compreensão do ouvinte. Por exemplo, ele menciona que o “primeiro desenho foi muito bacana” e traz uma narrativa sobre sua interação com Teich, que não é clara o suficiente para atender às exigências da pergunta inicial.

Excerto 11 (Eduardo Pazuello)

Renan Calheiros: sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento... de alguma ordem específica?... como a:: recomendação de tratamento precoce para a covid com cloroquina ou outro medicamento?

Eduardo Pazuello: em hipótese alguma... o presidente nunca me deu ordens diretas pra nada

Renan Calheiros: éh:: com que frequência vossa excelência se reunia com o presidente da república durante sua gestão?

Eduardo Pazuello: menos do que eu gostaria... sim eu preferia ter encontrado mais vezes o presidente

[

Renan Calheiros: menos do que o senhor gostaria... não tem elementos para... fazer uma avaliação

[

Eduardo Pazuello: (eu vou lhe colocar) desculpa eu vou... eu dei uma resposta... era pra atender a finalidade da pergunta não a pergunta objetiva desculpe serei mais objetivo... eu acredito que a relação com o presidente... precisaria ainda ser... ainda poderia ser maior ainda... mas os ca/ os cargos são complicados as agendas são complicadas... e eu o via uma vez por semana... a cada duas semanas... era o que eu pod/ a gente conseguia conversar... eu eu realmente... se pudesse voltar atrás eu teria ido mais vezes atrás do presidente pra conversar com ele

Calheiros faz perguntas que forçam Pazuello a se posicionar sobre questões importantes: “sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento... de alguma ordem específica?... como a:: recomendação de tratamento precoce para a Covid com cloroquina ou outro medicamento?”. Ao perguntar se houve uma “condição de cumprimento” de ordens específicas, o relator sugere a possibilidade de Pazuello ter agido sob pressão política. Esse movimento coloca em risco a face negativa do depoente, pois implica um questionamento sobre sua autonomia e independência. Ao responder "em hipótese alguma... o presidente nunca me deu ordens diretas pra nada", Pazuello tenta preservar sua face de negativa, negando qualquer interferência direta do ex-presidente Bolsonaro.

Em seguida, Renan pergunta: “com que frequência vossa excelência se reunia com o presidente da república durante sua gestão?”. Pazuello responde que “preferia ter encontrado mais vezes o presidente”. Ao fazer essa afirmação, ele tenta minimizar a impressão de subordinação, sugerindo que sua autonomia não foi comprometida pelo número de encontros com o ex-presidente Bolsonaro. Esse movimento de perguntas e respostas rápidas pode ser visto como um jogo de ameaça e preservação da face negativa, pois Renan tenta deslegitimar a todo momento a autonomia de Pazuello, enquanto o ex-ministro tenta construir uma autoimagem independente.

Ao recusar explicitamente qualquer tipo de imposição ou ordem do presidente, Pazuello utiliza o recurso da polidez negativa. Quando afirma que “em hipótese alguma” o presidente lhe deu ordens, ele demonstra deferência e respeito pela autonomia do cargo, evitando, ao mesmo tempo, a ideia de estar cumprindo ordens políticas. Essa negação firme

busca suavizar qualquer percepção de submissão à autoridade presidencial, preservando a imagem de independência (visão interna do “eu”).

No que concerne à máxima da quantidade, a resposta de Pazuello sobre os encontros com o ex-presidente (“menos do que eu gostaria”) carece de informações específicas sobre a frequência das reuniões, o que viola a máxima em questão. Calheiros percebe essa falta de precisão e repete, ironicamente: “menos do que o senhor gostaria... não tem elementos para... fazer uma avaliação”. Essa interpelação exige que Pazuello forneça uma resposta mais detalhada. Em seguida, ele ajusta sua resposta, mencionando a frequência semanal ou quinzenal, tentando atender a essa máxima. É interessante observar que esse movimento ocorre em razão da tentativa de proteger sua face negativa, pois o depoente não gostaria que sua autonomia como ministro fosse questionada pelo número de vezes que se reunia com Bolsonaro.

Para Grice (1975), a máxima de modo é atendida quando a contribuição é clara e bem estruturada, evitando ambiguidades, excessos e confusão. Nesse contexto, o discurso hesitante de Pazuello, especialmente ao dizer “eu eu realmente... se pudesse voltar atrás eu teria ido mais vezes atrás do presidente”, pode representar uma tentativa de encontrar a melhor forma de construir sua argumentação sobre a autonomia como ministro da Saúde. Apesar da violação dessa máxima em termos de concisão, ele busca oferecer uma resposta completa e mais detalhada ao final.

Excerto 12 (Eduardo Pazuello)

Renan Calheiros: que orientações e solicitações relacionas... as ações de combate a pandemia o presidente da república lhe fez durante a sua gestão?

Eduardo Pazuello: só um minuto por favor ((pede licença para beber água))

Renan Calheiros: por favor... fique à vontade

Eduardo Pazuello: as orientações... *éh::* volto a colocar aqui.. na verdade... eu levava... as ideias pro presidente e diz/contava como estava:: a pandemia... como ela... como é como é que era a visão... senhores... a antes só fazer uma pequena uma pequena uma pequena... uma pequena di/ mudança na pergunta vou já voltar a ela... *éh::* quando gente fala sobre como é que está... qualquer coisa... você tem que ter um dado comparativo... isso aqui está bom... está bom em relação ao que? aquilo tá rápido... tá rápido em relação ao que? aquilo tá demorado tá demorado em relação ao que? Quando você tem coisas inéditas... você está descobrindo as coisas... não tem nem rápido nem demorado nem bonito nem feio... são... coisas que estão acontecendo pela primeira vez... é muito importante a gente compreender e... (...) eu procurava levar ao presidente... então voltando a a sua pergunta levar ao presidente a minha visão em cada momento... como estava... acontecendo a pandemia lá em abril maio como foi em Manaus... naquele abril e maio em Manaus

então quando eu vim de Manaus eu trouxe ideias do que eu vi lá... eu vi que eu vi que *éh::: éh éh:::* já naquele momento já foi difícilimo Manaus... já foi difícilimo e eu... vim de lá vendo isso e vendo que a pandemia se alastrava... (...) então essas observações eram as observações que eu levava e:: obviamente a a conversa... era de ineditismo como é que eu ia fazer aquilo não pode faltar aquilo outro... Pazuello você precisa de mais alguma coisa? já falou com o MD pra fazer a logística disso ou daquilo essa era as conversas... as conversas eram em altíssimo nível... para fazer soluções

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 79, grifo da autora), as ameaças verbais à face negativa do receptor incluem “perguntas “indiscretas”; e no conjunto dos atos que são, em alguma medida, inoportunos ou “diretivos”, como a ordem, a interpelação, a proibição ou o conselho”. Nesse sentido, Renan Calheiros ameaça a face negativa de Pazuello ao perguntar diretamente: “que orientações e solicitações relacionas... as ações de combate a pandemia o presidente da república lhe fez durante a sua gestão?”. O relator o pressiona na tentativa de fazê-lo afirmar que houve influência presidencial nas decisões de combate à pandemia, o que poderia sugerir uma falta de autonomia em sua gestão.

Pazuello tenta preservar sua face negativa desviando a responsabilidade das decisões para um contexto de ineditismo: “quando você tem coisas inéditas... você está descobrindo as coisas... não tem nem rápido nem demorado nem bonito nem feio... são... coisas que estão acontecendo pela primeira vez”. Além disso, ele tenta diluir a percepção de que agia sob ordens diretas, ao afirmar que “procurava levar ao presidente (...) a minha visão em cada momento”, na tentativa de enfatizar sua autonomia. Assim, para preservar sua face negativa, ele adota uma postura que busca afastar a imagem de um simples executor de ordens.

O ex-ministro reforça a ideia de que os diálogos com Bolsonaro ocorreram “em altíssimo nível”, o que contribui para preservar a face positiva de ambos, sugerindo uma relação colaborativa e de confiança. Esse elogio ao ex-presidente demonstra deferência e respeito, enquanto busca preservar sua lealdade política, sem enfatizar uma posição de subordinação.

Na tentativa de preservar sua face negativa, o depoente viola parcialmente a máxima da qualidade, pois Pazuello apresenta informações verdadeiras, mas sua resposta carece de completude em relação às instruções específicas que recebeu do ex-presidente. Ele menciona levar suas observações sobre a situação da pandemia a Bolsonaro, sem, contudo, detalhar o tipo de ordens ou solicitações recebidas. Em vez de responder diretamente, ele enfatiza a natureza “inédita” da pandemia, gerando uma sensação de evasão quanto ao conteúdo exato das instruções.

Quanto à máxima da relevância, Pazuello parece desviar do foco principal ao discursar sobre a dificuldade de avaliar o progresso da pandemia sem um “dado comparativo”, o que cria um distanciamento em relação à pergunta original. Ao mencionar o desafio de enfrentar a pandemia em Manaus (“como estava... acontecendo a pandemia lá em abril maio como foi em Manaus... (...) então quando eu vim de Manaus eu trouxe ideias do que eu vi lá”), ele redireciona a fala para aspectos técnicos e operacionais, sugerindo que as decisões não eram políticas, mas logísticas.

Excerto 13 (Eduardo Pazuello)

Renan Calheiros: o senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas a covid... éh::: foram passadas pelo presidente da república ((não termina em tom de pergunta, mas de afirmação))

Eduardo Pazuello: senador... as orientações foram... fazer a coisa acontecer o mais rápido possível... era não era era não aceitar... uma colocação que ele sempre colocava e dizia olha... se falarem qualquer pra você dizendo que é no meu nome não fui eu... só aceite qualquer coisas que eu te fale... observações só minhas... não aceite ninguém dizer que falou comigo... se houver qualquer coisa foi eu que te falei não ninguém vai falar em meu nome... isso é uma coisa que ele sempre colocava ele estava era preocupado... que colocassem... palavras ai ou observações diretas no nome dele

Considerando que a face positiva está relacionada ao desejo de valorização diante de outras pessoas, no excerto 13, Renan Calheiros faz uma ameaça à face positiva de Pazuello ao fazer uma afirmação em vez de uma pergunta: “o senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas a covid... éh::: foram passadas pelo presidente da república”. Essa alegação sugere que Pazuello recebeu ordens do ex-presidente, o que pode ser interpretado como uma crítica à sua capacidade de atender às expectativas do cargo de ministro da Saúde ou de lidar com a situação da pandemia.

Pode-se considerar que Renan tenta pressionar Pazuello a fornecer uma resposta concreta sobre as orientações ou solicitações recebidas. Diante dessa ameaça à sua face positiva, Pazuello tenta preservá-la, assim como a do ex-presidente da República, ao afirmar que “as orientações foram... fazer a coisa acontecer o mais rápido possível”. Além disso, ele busca apresentar a situação de forma genérica, enfatizando uma visão positiva de eficiência e minimizando qualquer impressão de desorganização ou subordinação ao ex-presidente.

Ao mesmo tempo, ele evita responsabilizar Bolsonaro diretamente por decisões específicas relacionadas à pandemia, alegando que ele não aceitava que outros falassem em seu nome: “uma colocação que ele sempre colocava e dizia olha... se falarem qualquer pra

você dizendo que é no meu nome não fui eu... só aceite qualquer coisas que eu te fale”. Dessa forma, ao responder com certa formalidade e reafirmar que as orientações do presidente eram diretas e pessoais, ele demonstra cuidado para evitar mal-entendidos e se exime de responsabilidade por instruções que pudessem vir de terceiros.

Pazuello fornece informações vagas sobre as orientações do ex-presidente, como “fazer a coisa acontecer o mais rápido possível”, mas não esclarece nem especifica as ordens ou solicitações concretas. Em vez disso, ele enfatiza que o ex-presidente temia que falassem em nome dele, desviando totalmente do foco da pergunta. Essa estratégia, portanto, que pode ser interpretada como uma violação da máxima da quantidade, pois não responde de forma direta e objetiva à pergunta de Calheiros.

Quanto à máxima da relação, a resposta evasiva de Pazuello não contempla a pergunta de Calheiros sobre orientações específicas, pois o depoente foca na preocupação de Bolsonaro com a comunicação e a interpretação de suas palavras. Essa mudança de perspectiva pode ser interpretada como uma forma de evitar a responsabilidade por falhas específicas na gestão da pandemia, violando a máxima da relação e protegendo tanto face positiva do ex-presidente quanto a sua própria.

É possível considerar também a violação da máxima da qualidade, pois Pazuello enfatiza a preocupação de Bolsonaro com a possibilidade de terceiros falarem em seu nome, sem oferecer uma resposta clara ou específica. Ao afirmar que o presidente sempre dizia: “se houver qualquer coisa foi eu que te falei não ninguém vai falar em meu nome”, o depoente parece desviar de uma explicação mais objetiva e detalhada sobre as orientações concretas dadas por Bolsonaro. Essa estratégia pode sugerir uma distorção ou simplificação da realidade, uma vez que Pazuello omite informações mais precisas sobre as ordens efetivamente recebidas, violando assim a máxima da qualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nesta pesquisa destacaram a complexidade das dinâmicas linguísticas em contextos institucionais e políticos, caracterizados por elevado grau de conflito, especificamente nos depoimentos da CPI da Covid-19. Ao investigar estratégias conversacionais, trabalho de face e violações das máximas de Grice (1975), o estudo oferece contribuições relevantes para o campo da pragmática e da AC. Essas áreas, que tradicionalmente exploram as nuances da interação humana e os efeitos sociais da linguagem, encontram, nesta pesquisa, um exemplo prático de como as escolhas discursivas estão

intrinsecamente ligadas a fatores como poder, posicionamento político e preservação de imagens públicas em cenários formais e de alta tensão.

Ao se inserir no campo da Linguística Aplicada, a pesquisa reforça seu caráter interdisciplinar e prático, mostrando que a linguagem pode ser um meio estratégico de empregar mecanismos voltados à redução da carga problemática do texto falado, à preservação de imagens públicas e à tentativa de moldar percepções públicas. Em um contexto marcado por disputas de narrativas e pela necessidade de transparência, as análises contribuem para a compreensão das implicações sociais e políticas das escolhas discursivas. Dessa forma, o estudo ressalta a relevância de analisar interações institucionais como uma forma de compreender práticas de poder e de responsabilização em espaços públicos.

A pesquisa dialoga com debates mais amplos da pragmática e da AC, ao evidenciar como o trabalho de face (Goffman, 1967), os fenômenos da polidez negativa e positiva (Brown e Levinson, 1987) e a evasão e manipulação discursiva (por meio da violação das máximas conversacionais de Grice, 1975) se manifestam em contextos institucionais complexos. Essa abordagem amplia a compreensão das funções da linguagem em situações de conflito e inquisitivas, contribuindo para teorias que analisam o impacto da construção narrativa no fortalecimento ou no enfraquecimento das dinâmicas sociais e políticas.

As análises dos depoimentos de Luiz Henrique Mandetta na CPI da Covid-19 evidenciam a complexidade das estratégias discursivas adotadas pelo ex-ministro em um contexto de intenso escrutínio político e institucional. Ao longo de suas respostas, Mandetta buscou equilibrar a necessidade de prestar esclarecimentos à comissão com a proteção de sua autoimagem pública. Observou-se que, em diversas ocasiões, ele recorreu a estratégias de polidez positiva e negativa, apresentou detalhes excessivos (violação da máxima da quantidade), justificou-se com base em informações científicas e alegou limitações estruturais para lidar com perguntas incisivas e críticas implícitas, especialmente aquelas que ameaçavam sua face positiva.

Entre os pontos destacados, verificou-se que Mandetta violou a máxima da qualidade ao negar os fatos apresentados nas perguntas e fez isso de forma evasiva, sem oferecer uma refutação direta e conclusiva, comprometendo a transparência de suas respostas. No que se refere à máxima de relevância, suas argumentações frequentemente incluíam elementos adicionais não diretamente relacionados à pergunta, desviando o foco para justificar ações ou omissões com base em fatores externos, como o cenário global ou a gestão subsequente.

As interações analisadas também revelaram um uso estratégico da polidez negativa, principalmente ao evitar críticas diretas a outros atores institucionais ou gestores que o sucederam. Mandetta suavizava possíveis confrontos ao minimizar ataques diretos, adotando um tom conciliador e diplomático. Contudo, essas estratégias, embora úteis para atenuar conflitos imediatos, nem sempre foram eficazes para preservar sua face positiva, especialmente em perguntas que exploravam diretamente suas decisões enquanto Ministro da Saúde.

Dessa forma, a troca entre Mandetta e Renan Calheiros (relator) reflete o embate entre prestação de contas e defesa pessoal, revelando como o ex-ministro busca sustentar uma narrativa de competência e planejamento diante da falta de recursos global, transferindo a responsabilidade e buscando preservar sua face positiva. De maneira geral, as análises demonstram a forma com que Mandetta utilizou a linguagem como ferramenta para gerenciar sua autoimagem, justificar ações e minimizar responsabilidades em um ambiente político de alta pressão e tensão. Os resultados também reforçam a relevância das interações institucionais como objeto de estudo no âmbito da pragmática e da AC, evidenciando a intrincada relação entre linguagem, poder e política.

No segundo depoimento analisado, Marcelo Queiroga fez uso recorrente de estratégias conversacionais que privilegiaram a evasão e a defesa de sua imagem. Suas respostas foram, em grande parte, indiretas, com uma evidente tentativa de evitar se comprometer explicitamente diante das perguntas formuladas pelos senadores, especialmente em temas sensíveis como a vacinação e o combate à pandemia. Essa postura defensiva reflete um esforço deliberado para preservar sua face, equilibrando polidez e resistência em situações de pressão discursiva.

No que diz respeito à preservação da face, Queiroga adotou estratégias voltadas tanto para a proteção de sua face positiva quanto negativa. Em relação à face positiva, ele utilizou um discurso polido e respeitoso, demonstrando submissão à autoridade dos senadores e enfatizando os esforços realizados pelo Ministério da Saúde. A face negativa foi preservada por meio de estratégias que evitaram assumir responsabilidades diretamente, frequentemente deslocando a carga das decisões para outros agentes ou para a complexidade inerente à pandemia.

As interações analisadas revelam frequentes violações das máximas conversacionais propostas por Grice (1975). A máxima da quantidade, por exemplo, foi desrespeitada quando informações importantes eram omitidas, enquanto a máxima de relevância foi infringida por

meio de respostas que desviavam a atenção das questões centrais. Tais violações comprometeram a clareza comunicativa e geraram frustração nos interlocutores, prejudicando a dinâmica dos diálogos.

Portanto, as estratégias discursivas de Marcelo Queiroga refletem um esforço deliberado para equilibrar a defesa da autoimagem e a manutenção da imagem do governo, ainda que, em vários momentos, sua postura evasiva tenha contribuído para dificultar a clareza e o entendimento de questões cruciais no contexto pandêmico, como a ausência de estratégias para barrar o alastramento do vírus, a falta de articulação com estados e municípios e a indicação de medicamentos ineficazes contra a Covid-19. Desse modo, sua abordagem visa, em última análise, evitar desgastes políticos e preservar sua posição, mas acaba comprometendo a eficácia da comunicação³⁵ e evidenciando lacunas significativas na dinâmica interacional observada na CPI.

Ao longo da análise das interações entre Renan Calheiros e Eduardo Pazuello, é possível observar uma série de estratégias conversacionais que visam proteger as faces positiva e negativa dos interlocutores, de acordo com os princípios da AC e os conceitos de polidez de Brown e Levinson (1987). As perguntas incisivas de Renan, que questionam a qualificação e a autonomia de Pazuello, ameaçam sua face negativa ao sugerirem falta de competência ou subordinação a ordens políticas. Por outro lado, Pazuello utiliza diversas estratégias para proteger sua imagem e evitar comprometer sua autoridade, como detalhar sua experiência e qualificação, reforçar sua autonomia e contornar perguntas objetivas.

Pazuello utiliza recursos como a maximização de sua competência por meio de exemplos concretos e elogios ao trabalho conjunto com o ex-ministro Teich, buscando suavizar possíveis críticas. A ênfase em sua experiência em gestão e liderança militar, aliada à argumentação sobre as circunstâncias inéditas da pandemia, contribui para a construção de uma imagem de autoridade e capacidade para lidar com a crise, apesar da falta de experiência específica na área da saúde. Nesse sentido, o ex-ministro viola algumas máximas conversacionais no intuito de fornecer informações excessivas (máxima da quantidade), o que pode ser interpretado como uma tentativa de desviar o foco de questões centrais e relevantes para a CPI.

³⁵ É importante destacar que, no contexto da CPI da Covid-19, a comunicação desempenhou um papel fundamental para compreender o que estava ocorrendo no país naquele período. A partir dessa compreensão, foi possível sugerir mudanças e responsabilizar as pessoas certas pelos atrasos na compra de vacinas e pelas negligências cometidas. Dessa forma, não se tratava apenas de comunicação, mas de depoimentos que poderiam alterar o rumo da pandemia no Brasil.

Por outro lado, ao fazer perguntas que desafiam a autonomia de Pazuello, Renan busca enfraquecer a imagem do ex-ministro, especialmente ao sugerir que ele tenha agido sob ordens do ex-presidente Bolsonaro. Essa abordagem tem como objetivo expor a vulnerabilidade de Pazuello e sua possível dependência de influências políticas. Contudo, Pazuello responde recorrendo à polidez negativa, negando qualquer subordinação direta e defendendo sua independência como ministro.

Em termos de análise pragmática, as interações também revelam uma dinâmica de negociação de poder, na qual ambos os interlocutores buscam preservar suas respectivas imagens. A tentativa de Renan ameaçar a face negativa de Pazuello, associada a uma estratégia defensiva do ex-ministro, mostra como a comunicação política é moldada por estratégias de face, nas quais o controle da imagem pública é fundamental. Desse modo, as observações feitas ao longo desta análise demonstram que a estratégia de preservação da face está entrelaçada com a manipulação da informação e com a adaptação da mensagem de acordo com as pressões do contexto. A maneira como Pazuello e Calheiros conduzem o diálogo reflete a complexidade da comunicação política, na qual as negociações de poder e a manutenção da imagem pessoal são tão importantes quanto as respostas a questões objetivas e diretas.

Por todo o exposto, a análise dos depoimentos dos ex-ministros da Saúde no contexto da CPI da Covid-19 evidencia como as dinâmicas de comunicação, moldadas por estratégias discursivas, contribuem para a construção de narrativas que atendem a interesses políticos e pessoais, em detrimento do interesse público. Utilizando conceitos da AC, pragmática, preservação da face, polidez e máximas conversacionais, a pesquisa revelou um cenário em que a linguagem é empregada como ferramenta de controle, com o objetivo de evitar responsabilidades e manipular percepções. A interação entre senadores e depoentes transformou o espaço da CPI em um palco de disputas discursivas, onde interrupções e ajustes nas respostas destacam a centralidade da linguagem na negociação de poder e na preservação da imagem pública.

Ademais, a pesquisa demonstra que os depoentes frequentemente violam e, as vezes, se ajustam às máximas conversacionais — como as da quantidade, relevância, qualidade e modo — em estratégias que visam proteger suas faces positiva e negativa. Tais comportamentos, aliados à escolha cuidadosa de palavras, à minimização de responsabilidades e à reformulação de questões delicadas, refletem o esforço de preservar a face diante de críticas e acusações. Ao investigar as intenções subjacentes e os efeitos de

sentido gerados nas interações, o estudo contribui para uma compreensão prática e crítica das relações entre linguagem, poder e sociedade. Assim, ao analisar a comunicação em situações de uso real, como na CPI, este estudo ressalta a complexidade das estruturas discursivas que permeiam as instituições e moldam a vida pública, evidenciando os impactos multifacetados da linguagem no contexto político.

7. REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 16^a. ed. São Paulo: Método, 2008.

BARBOSA, Rodrigo Seixas Pereira. Inter(faces) em releitura retórico-probematológica da relação entre *ethos* e face em um discurso político. In: Cunha, Ximenes Gustavo; Oliveira, Ana Larissa A. Marciotto (Org). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, 2018, p. 109 a 128.

BARROSO, Luís Roberto. Comissões parlamentares de inquérito e suas competências: política, direito e devido processo legal. **Revista Jurídica Virtual**, Brasília, vol. 2, n. 15, ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 21 de fev. de 2023. Acesso em: 20 de maio de 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Relatório final**. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/607974> . Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico nº 1: boletim COE Coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2020/boletim-epidemiologico-no-1-boletim-coe-coronavirus.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 188**: de 03 de fevereiro de 2020b. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html . Acesso em: 17 de outubro de 2023.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness**: some universal in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURGO, Vanessa Hagemeyer. Efeitos da atenuação no discurso político: polidez e preservação da face na interação verbal. **Revista investigações**, vol. 25, n. 2, julho/2012.

BURGO, Vanessa Hagemeyer. Formulations, Politeness and Facework in Courtroom Interaction: A Study Case. **DELTA**. 2022, p.1-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202238243363>.

CASTRO, Eliane de; BURGO, Vanessa Hagemeyer. Estratégias conversacionais empregadas por Jair Bolsonaro no início da pandemia de covid-19. **Forum Linguístic**. v. 18, n. 4, 2021, p. 6841-6855.

CLARK, Herbert Herb. **Conversation**: linguistic aspects. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, ISBN: 0-08-043076-7, 2001.

CLAYMAN, Steven E.; HERITAGE, John. Conversation Analysis and the Study of Sociohistorical Change. **Research on Language and Social Interaction**, v. 54, n. 2, p. 225-240, 2021.

CNN BRASIL. Em evento sobre pandemia, Bolsonaro defende cloroquina e critica jornalistas. **CNN Brasil** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-cita-ifeccoes-em-ministros-e-volta-a-defender-hidroxicloroquina>. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

CORACCINI, Raphael. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-cloroquina-nao-funciona-contr-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos/>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. Análise da Conversação. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, vol. 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 81-112.

EMEDIATO, Wander. Face, imagens de si e posturas enunciativas. In: Cunha, Ximenes Gustavo; Oliveira, Ana Larissa A. Marciotto (Org). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, 2018, p. 71-92.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Discurso e interação: a polidez nas entrevistas. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (eds.) **Estudos de linguística textual do português**. Tradução: Frankfurt am Main: TFM, 2000, p. 217 - 230.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de Oliveira; AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Correção. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). **A construção do texto falado**, vol. 1, São Paulo: Contexto, 2015, p. 241-256.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. de Oliveira. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino (org.). **Estudos da língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP - Projetos paralelos, vol. 3, p. 153-178, 1999.

FIORIN, José Luiz. Linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística I**: objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. What is qualitative research? An introduction to the field. In.: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. **A companion to qualitative research**. London: SAGE Publications, 2004, p. 3 – 12.

FROTA, Hidemberg Alves da. Teoria geral das Comissões Parlamentares de Inquérito brasileiras. In: **Anuário de Derecho Constitucional Latinoamericano 2006**. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2006.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação face e manifestação de opiniões: um casa de jogo duplo. In: PRETI, Dino (org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP - Projetos paralelos, vol. 2, p. 135-150, 1997.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Ângela C. de S.; ALVES, Ieda M.; GOLDSTEIN, Norma S. I. **Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essays on face-to-face behaviour**. Garolen City, N. Y.: Anchor/Doubleday, 1967.

GOFFMAN, Erving. Footing. In: **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Tradução de Maria Cecília Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L (Eds.). **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

KIMURA, Alexandre Issa. **CPI: teoria e prática**. São Paulo: editora Juarez de Oliveira, 2001.

KOWAL, Sabine; O'CONNEL, Daniel C. The Transcription of Conversations. In.: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. **A companion to qualitative research**. London: SAGE Publications, 2004, p. 248 – 252.

LEECH, Geoffrey N. **Principles of Pragmatics**. London: Longman.1983.

LOPES, Ana Cristina M. **Pragmática: uma introdução**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo: Editora Ática, 5ª ed., 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez Editora, 3ª ed., 2001b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Hesitação. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinardi; KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**, vol. 1, Campinas – SP: Unicamp, 2006, p. 48-70.

PINTO, Joana P. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, vol. 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 55-79.

PRETI, Dino. Normas para transcrição. In: PRETI, Dino. **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP - Projetos paralelos, vol. 10, p. 17-18, 2009.

RODRIGUES, Randolfe; COSTA, Humberto. **A política contra o vírus: bastidores da CPI da covid**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SEARLE, John R. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Coimbra: Almedina, 1994.

SMITH, Greg; JACOBSEN, Michael. Misgivings about Goffman: social structure, power and politics in the work of Erving Goffman. In: JACOBSEN, Michael (Ed.), **Critical and cultural interactionism: insights from sociology and criminology**. London: Routledge, 2019, p. 12-29.

VIEIRA, Anderson. Com Omar Aziz na presidência e Renan na relatoria, CPI da Pandemia é instalada. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/27/com-omar-aziz-na-presidencia-e-renan-na-relatoria-cpi-da-pandemia-e-instalada>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

YULE, George. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO DE LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Início da transcrição 1:21: 05

Término 2:16:10

Mandetta: bom... bom dia a todos... e a todas em tempo que cumprimento... ao presidente dessa comissão parlamentar de inquérito... senador Omar Aziz ao relator... senador... Renan Calheiros... em vossos nomes... cumprimento a todo o senado república e transmitam por favor ao presidente senador Rodrigo Pacheco... meu respeito... a condução dos trabalhos dessa casa legislativa... cumprimento... a todas as senadoras... aqui presentes senadora... Eliziane Gama Leira Barros... em especial as duas senadoras do Mato Grosso do Sul... senadora Simone Tebet senadora... Soraya Thronicke por favor transmitam a todas as senadoras... o meu respeito e a minha admiração pelo trabalho de todas... este:: episódio... corona vírus é um episódio fulcral... senador Ciro... se o Eric Hobsbawm for escrever o breve século vinte e um ele vai começar pela... grande pandemia... o vírus se transformou num ataque global... mundial... e não há nenhum raciocínio individual que prevaleça sobre o raciocínio coletivo... a minha presença no ministério da saúde remonta o ano de dois mil e dezenove... no ano de dois mil e dezenove... nós encontrávamos um ministério e várias ações acabaram-se conspirando favoravelmente para soluções em dois mil e vinte... nós estávamos com um país com o retorno do sarampo... e abrimos logo de cara um retorno pela vacina a vacina foi um instrumento de reinserção do Brasil nos fóruns multilaterais... a vacina foi como nós entramos na organização mundial da saúde foi como nós entramos na ONU... e foi também a vacina... a única pauta sugerida para o Brasil para a assembleia de dois mil e vinte... aonde a proposta brasileira seria a vacina como um patrimônio global da humanidade um valor global... quase que vaticinando a discussão sobre futuras... epidemias... foi ali que nós demos os passos da atenção primária... saúde na hora médicos pelo Brasil... o conecta SUS que foi feito... no início dessa gestão para fins de... construir uma conectividade numa rede completamente desprovida de conectividade... mas os dois fatos principais no mês de dezembro... que impactaram... foi que nós conseguimos pela primeira vez habilitar a totalidade de leitos de UTI que estavam pendentes no ministério da saúde... foi a maior habilitação da história do SUS... nós zeramos o déficit de habilitação de dois mil e dezenove dezoito e dezessete... naquele mesmo mês nós entregamos a renovação da frota SAMU com quarenta por cento de ambulâncias novas... já que ela não tinha sido renovada nos anos anteriores isso possibilitou... que as unidades de CTI e urgência tivere/tivessem melhor equipados... nós fizemos o seguimento dessa epidemia... por semanas epidemiológicas vamos à cronologia... e nessa cronologia... nós iniciamos... uma série de... uma série de ações de acompanhamento... tempestivo dessa evolução de antecipação a organização mundial de saúde na percepção da gravidade da epidemia... na mobilização interna do ministério da saúde do ministério e com outros ministérios interministeriais... uma abordagem sistêmica e integral dessa pandemia... logo no início... nos meses de dezembro nós capitávamos pelo ministério da saúde RUMOs de uma pneumonia atípica... sem nenhuma manifestação nem da organização mundial da saúde nem

da China.... o Brasil foi um dos primeiros países que no dia três de janeiro... de dois mil e vinte nós questionamos a organização mundial de saúde a respeito desses rumores... somente no dia... vinte e quatro... vinte e quatro né... *éh::* de... de janeiro é que a organização mundial da saúde faz a sua reunião... pra fazer análise da informação da China e a:: informação que tínhamos era muito primária... nós tínhamos uma informação... trata-se de um vírus novo da classe coronavírus que faz uma pneumonia que tem transmissão comunitária e tem transmissão entre o humanos basicamente era essa a informação... que nós tínhamos era a pedra bruta... a primeira reação da organização mundial de saúde foi dar um alerta internacional nesse comitê dela de emergência... e manter todos os voos da China e manter as a a o funcionamento... a orientação era que nós tínhamos que simplesmente ficar vigilantes... somente no dia TRINTA... de janeiro é que a organização mundial da saúde faz... faz essa esse reconhecimento... ela recomenda que o regulamento internacional seja cumprido... no dia vinte e oito de janeiro... a gente faz a reunião do nosso primeiro escalão que coloca a ser diário a comunicação com as pessoas... qual a razão de você comunicar diariamente? nos princípios básicos da gestão... da gestão de epidemias... a comunicação... o plano de transparência total de informações pra se adquirir credibilidade... pra evitar as fake news pra construir a primeira linha de defesa que ocorre exatamente dentro das famílias ela é se organizar um plano de comunicação direto... com a sociedade passamos a fazê-la ainda no mês de janeiro... questionamos uma série de situações de como construir as soluções pra esta pandemia soluções que passaram por... *éh* verificar legislação e competência de estados municípios... *éh::* a:: quarentena o isolamento... a falta de legislação sobre quarentena a última vez que isso havia sido utilizado no Brasil foi em mil novecentos e dezessete na gripe espanhola... eu vim a esta casa... *éh::* e com o entendimento tanto da câmara quanto do senado nós votamos a lei que garantiu... as a a a ambiência MINÍma de legislação para podermos fazer uma série de medidas que precisávamos fazer organizamos as posições e reforcei... a questão de definir critérios de isolamento restrição... obrigatoriedade de exames isso tudo... sendo competência do legislativo... saúde indígena... aonde foi feita a adoção de medidas não farmacológicas para... os profissionais de saúde indígena... *uhn* a organização mundial de saúde só decreta pandemia do coronavírus uma emergência de saúde pública de interesse INTERNACIONAL em TRINTa de janeiro... *éh::* o primeiro repasse mensal ao previne Brasil a abertura o encaminhamento da pandemia via tensão primaria em trinta e um de janeiro... como *éh::* elaboramos o projeto de lei... trouxemos a essa casa fizemos o treinamento da... através da Fiocruz pra fazer os exames de PCR-RT pra todos os laboratórios centrais dos estados E o Brasil também fez por minha determinação a capacitação de todos os países da América do Sul e Central (...) ((continua fazendo suas considerações, após isso as questões de ordem e se inicia o depoimento de fato))

Renan Calheiros: senhor presidente senador Omar Aziz senhor vice presidente senador Randolfe Rodrigues... senhores membros da:: comissão parlamentar de inquérito:: senadoras lideranças presentes... em primeiríssimo lugar eu quero:: agradecer a:: presença nesta comissão do ministro Mandetta... *éh::* sua presença e muito importante fundamental MESmo para que a gente possa avançar nesse depoimento e através dele *éh::* recolher

informações considerações... números testemunhos é exatamente tudo que nós queremos no foco determinado da nossa investigação... *éh::* essa é a nossa primeira reunião de oitave *éh::* mas será uma semana muito importante né para que nós possamos dar os primeiros passos... nós estamos tendo... algumas dificuldades hoje novamente verificada aqui não é? como enfrentamento tensões eu estou dizendo isso para:: em meu nome como relator... *éh::* fazer uma autocrítica... pedir desculpas... e dizer que hoje:: eu estou demonstrando e serei assim em todas as reuniões dessa comissão parlamentar de inquérito eu não vou de forma nenhuma aceitar provocação de amigos e de companheiros... eu::... calado estarei errado essa comissão parlamentar de inquérito não será nem do governo nem da opção... *tá* nós temos aqui um compromisso fundamental que é a busca da verdade... esteja onde estiver qualquer meio que for necessário para que nós possamos *éh::*... acessar a verdade nós vamos ter que fazer... dentro do fato terminado porque a comissão ela pode tudo absolutamente tudo no limite da constituição e no limite do despacho do presidente do senado federal... *éh::*... então o ministro:: Mandetta:: o Brasil e o mundo nos acompanha... não é::? e nós precisamos saber ao longo dessa investigação se houve:: *éh* por ações ou omissões ou por negligências ou por dissídias... ou por incompetência... não é o que foi mesmo que nos levou a esse quadro dantesco de mais de quatrocentos mil mortes de milhões de infectados... e de milhões também de sequelados... a sua presença hoje aqui fundamentalmente objetiva... que vossa senhoria nos arru/nos ajude *éh* nesse objetivo nesse propósito... e me permita os senhores senadores... e::: vossa senhoria que eu vou começar a fazer as perguntas... *éh::*... ministro Mandetta... durante a sua gestão... em três de fevereiro do ano passado o ministério da saúde... devido::... a infecção pelo coronavirus... declarou emergência de saúde pública de importância nacional () por meio da portaria... cento e oitenta e oito... e conforme o decreto sete mil seiscentos e dezesseis ficou então estabelecido *éh::* o centro de operações de emergências... em saúde pública o COE covid dezenove como:: mecanismo nacional da gestão coordenada da:: resposta emergência no âmbito nacional... uma das competências do COE como todos sabem *éh::* a de articular-se com gestores estaduais distritais e municipais do SUS *éh::* diante disso pergunto a vossa senhoria... como o ministério da saúde estabeleceu o dialogo com governadores e prefeitos?

Mandetta: senhor relator... *éh...* o COE ele tem uma das funções angulares que é o monitoramento de todo andar da epidemia e as sugestões... toda pactuação é feita de maneira tripartite no SUS... quando fiz a primeira tripartite passei a a permanente... então era através do conselho nacional de secretários estaduais e conselhos nacional de secretários municipais e o ministério da saúde a deliberação continua todos os dias durante o mês de::... *uhn* fevereiro e MARço de segunda a segunda... nós somente um dia nós não trabalhamos que foi a sexta-feira santa das sete e meia da manhã às nove e meia da manhã com a presença de todos os representantes de estados e municípios TCU e etcetera... no auditório Emílio Ribas... eram feitas todas as pactuações e em qualquer momento que ocorressem as necessidades eles estavam presentes dentro do ministério da saúde pra deliberação... *éh::* de uma maneira tripartite todos as pactuações

Renan Calheiros: *éh* que unidade do ministério ficou responsável... por coordenar as esferas do SUS quanto a aquisição de bens... e a contratações de serviços necessários para o

enfrentamento da pandemia?

Mandetta: o:: nosso sistema de governança ele se organiza em secretarias especializadas de atenção primária... atenção especializada atenção indígena da gestão do trabalho... *éh::...* e elas remetem a secretaria executiva do ministério da saúde que então organiza todas demandas necessidades de... abastecimento sempre coordenados pelo ministro com a presença do secretário também que eu esqueci de vigilância que era o Anderson Cleber de Oliveira

Renan Calheiros: como:: funcionava essa coordenação durante o seu período afrente do ministério da saúde?

Mandetta: *éh* de maneira harmônica com reuniões diárias com *éh::...* tentativas de compra frustrações por serem... muitos processos (deles) darem vazios articulação internacional... o próprio fuso horário com a China nós revezávamos o período noturno pra trabalharmos de vinte a vinte e uma horas cada dia um ficava pra tentar argumentar com os chineses... além de esforços de inter/interministeriais ela funcionava de uma maneira muito harmônica e muito em consonante com o que nós deliberávamos

Renan Calheiros: *éh:::* o Brasil é um país de dimensões continentais composto por... municípios de grande heterogeneidades *éh:::* sociais econômicas culturais e geográficas... nesse:: contexto a prestação de apoio técnico e a normatização realizadas pelo ministério da saúde... de acordo com as atribuições de lei oito mil e oitenta... a lei orgânica da saúde são elementos FUNDAMENTAIS de suporte... as cidades notadamente aquelas de menor... porte e:: arrecadação também que tantas vezes não possuem sequer técnicos capacitados para organizar adequadamente a prestação da atenção à saúde da população... assim nós fazemos alguns questionamentos senhor ministro... quais as normas... quais normas técnicas foram elaboradas em sua gestão para guiar os municípios do combate a covid uniformizando a atuação do Sistema Único de Saúde

Mandetta: senador *éh...* seriam talvez as... inúmeras que estão aqui... a função do ministério da saúde é antecipar dialogar e ANTECIPAR... COLABORAR dar suporte técnicos fazer as portarias de acordo com a necessidade DO sistema de saúde DAS deliberações... *éh:::* DESSes municípios que são muitos frágeis... nós fizemos inúmeras portarias técnicas o protocolo de atendimento o protocolo de atendimento respiratório... a organização da unidade básica de saúde como porta de entrada... a telemedicina são todas elas portarias porque a telemedicina ao mesmo tempo que ela faz o registro ela comunica a secretaria municipal que dispara... o:: monitoramento dos casos suspeitos lá dentro do município a:: portaria técnica sobre até sistema de sepultamento isso tem que ser padronizado em território nacional é DURO padronizar a:: nem o luto essa doença nos dá... o o o direito de:: de de tê-la... mas é feito dentro de parâmetros científicos com orientação técnica do ministério da saúde a questão de protocolo medicamentoso portarias técnicas do ministério da saúde enfim *éh* temos uma lista grande de portarias sobre testagem... *éh* e elas estão todas no site do ministério da saúde

Renan Calheiros: *éh* quais manuais e protocolos de manejo de pacientes ou de caso:: suspeito de covid foram editados o senhor lembra na sua gestão?

Mandetta: nós editamos a portaria sobre fluxo de entrada dentro do sistema dos pacientes

fazerem a sua entrada pela atenção primária... fizemos o fluxo de tele atendimento completo... fizemos o fluxo em todos os hospitais de acordo com o plano de: o plano dos estados pra que se separasse há uma confusão de leitos de CTI existentes... e colocar pacientes com covid ao lado de pacientes que estão em leitos existentes... você conTAMINA... então você precisa de leitos de CTI em separado... pra esses pacientes também foi feita a orientação a orientação sobre... a metragem de todos esses CTIs já que não se pode trabalhar com conceito rígido de normas de CTI numa situação como essa... *ahn...* foi feita a orientação de todo protocolo de exames de testagem de PCR... a própria compra dos kits você faz a coleta nasal e oral isso tudo é feito dentro de técnicas todas elas foram padronizadas *éh:::...* enfim... há uma...há um há um número quase que diário semanal nós temos duas três orientações técnicas para estados e municípios

Renan Calheiros: *éh* uma pergunta mais direta mas também uma:: oportunidade... a recomendação de que os pacientes deveriam procurar os serviços de saúde apenas... quando apresentassem sintomas mais severos *éh::* da:: covid como falta de ar por exemplo... dada em certo momento da sua presença no Ministério... o senhor considera hoje que foi adequada?

Mandetta: isso não é verdade senador... nós estávamos no mês de janeiro no mês de fevereiro não havia UM caso... registrado no país o que havia naquele momento eram pessoas em sensação de: insegurança de pânico... porque viam no mundo inteiro situações a televisão passando os hospitais sendo construídos na China a própria Itália com seu... com seu lockdown... e as pessoas procuravam hospitais... no intuito de fazer testes... aquilo:: noventa e nove vírgula nove nove nove nove por cento dos casos... eles eram... de outros vírus e zero virgula zero zero zero um eram indefinidos... nós só fizemos transmissão comunitária... depois do dia vinte... e quatro de março... em um momento de virose... viroses a orientação sempre foi que você observe a virose que você não vá... imediatamente pro hospital porque aglomera e se você tiver lá sim um paciente positivo ele vai contaminar na sala de espera... eu tenho visto essa... essa máxima ser repetida... *éh::* e eu tenho percebido que é mais uma guerra de narrativa... todas as orientações pra dar entrada pelo sistema de saúde

Renan Calheiros: *éh::* tendo em vista o que estabelece o artigo dezesseis da lei organiza da saúde o ministério... elaborou um plano:: estratégica detalhada para viabilização de medidas de gestão e de assistência:: farmacêutica previstas no plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus... *éh:::...* em caso:: positivo em que momento da pandemia?... não... se lembra não precisa um... uma referência

[

Mandetta: a da/ a data... data precisa senador... nós iniciamos os protocolos a partir do momento que nós tivemos o primeiro caso positivo no brasil foi no dia vinte e seis de fevereiro... na quarta-feira cinzas... depois disso nós ficamos fazendo casos pontuais... somente em vinte e quatro... de... somente em março é que nós falamos temos transmissão sustentada... ou seja temos uma situação... de pandemia... as orientações elas eram feitas em algum momento nessa data... mas muito claras muito específicas e todas elas no site do ministério de todas elas pra consulta pública... *éh* e todas elas... verbalizadas diariamente

por mim... porque você em situação de pandemia você cria muitas falsas versões... nós combatíamos naquela época por exemplo teoria de que olha... cidades quentes tropicais não vão ter problema... eu me lembro dessa teoria ela era uma cantilena... eu alertava Manaus... tinha uma preocupação com Cuiabá... olha não... cuidado não acreditem se preparem... nós tínhamos a teoria de isolamento vertical olha isole só os idosos não era verdade a gente tinha que orientar... todas as nossas orientações foram assertivas... foram pela ciência embora... algumas pessoas tenham compreendido outras não compreenderam... mas nós tivemos todas as nossas afirmações comprovadas pelo decorrer da doença

Renan Calheiros: as atribuições delimitadas pelo referido plano de contingência nacional... para o ministério da saúde deveria por exemplo... monitorar estoques de insumos e medicamentos no âmbito dos estados... eram realistas e exequíveis?

Mandetta: tem que monitorar senador... nós fizemos a lista de tudo que era necessário... nós sabíamos por exemplo sobre esses kit de intubação... esses medicamentos relaxantes musculares eles tiveram um aumento expressivo na Europa nos Estados Unidos nós olhávamos o que passava lá... eu não pude ler aqui mas eu liguei o Brasil eu fiz o maior comitê de especialistas () ao ministro... quase cinquenta... eu liguei o Brasil a sociedade Europeia a sociedade Norte Americana e tinha os números diárias... diariamente comigo em diálogos com o ministro da saúde da Itália... com equipe... da saúde da Inglaterra e sabíamos o que eles passavam lá... então há o monitoramento de quais medicamentos... quais gases... qual o tamanho da estrutura o que estava acontecendo... o ministério da saúde apropriava e procurava... *éh::* antecipar os problemas talvez por isso naquela chamada primeira onda... talvez muitas dessas ações tenham passado despercebidas que o sistema teve dificuldade mas ele atravessou... *éh::* e depois da segunda onda como ela foi em paralelo... o sistema estressou e aí essas preocupações vieram à tona

Renan Calheiros: foram... promovidas ações por exemplo para:: garantir e monitorar o estoque estratégico... de insumos laboratoriais para:: diagnóstico da covid-19?

Mandetta: com toda dificuldade senador Renan nós tínhamos uma dificuldade enorme no mundo de ter os kits... a Fiocruz era nossa única fonte de produção e ainda assim pra produzir dependia de reagentes trazidos... do mercado internacional... nós tínhamos uma produção naquele momento aquém do que precisava o mercado estava congestionado convulsionado... ainda assim nós tomamos todas as medidas iniciamos os processos pra aquisição de vinte e quatro milhões de kits... que depois acabou de/eu fui exonerado e não pudemos fazer... todo plano que faríamos era... testagem... s::eparar... monitorar evitar a transmissão... nesse primeiro mês de fevereiro e março... o que nós tínhamos era um SUS que perigosamente nós ficamos quase a zero no Brasil de máscaras essas máscaras que hoje são tão comuns as pessoas usam um pouco largaram... na época isso era um produto que levou o presidente dos estados Unidos em público com uma máscara na mão... não havia... nem pra rede privada as pessoas falavam usa de pano e esteriliza nem lavanderia hospitalares nós não temos mais na quantidade que tínhamos pra poder esterilizar... máscara de pano... e as pessoas continuam tendo fraturas apendicites e infartos... nosso sistema ficou extremamente vulnerável próximo do colapso MESMO sem ter casos de covid naquele momento em número suficiente por conta do próprio mercado que foi... *éh::* completamente

absorvido pelo pela pela fúria... de aquisição de países como Estados Unidos Europa sem nenhum tipo de... era a lei do capitalismo mesmo quem pode mais... *éh::* adquire

Renan Calheiros: *éh::* foram *éh::* promovidas ações... para monitorar o estoque de medicamentos no:: no âmbito federal ou estadual?

Mandetta: todos esses medicamentos eram monitorados... nós tínhamos a secretaria de atenção especializada SAE... que era uma das suas competências... nós tínhamos uma coisa que:: saúde e também várias áreas de almoxarifado no mundo de logística... que é a curva ABC você tem tanto estoque A você tem consumo B qual a capacidade de fazer a reposição C essa curva ABC foi colocada como o rito de uma série de medicamentos... e de situações aonde você tinha... sinal amarelo sinal vermelho... e você teria por obrigação que entrar como ministério da saúde pactuado com estados e municípios quando o sistema estadual e municipal não tivesse condições de foi por causa disso que o ministério da saúde fez a pedido dos estados e municípios a compra... de equipamentos de proteção individual a a a briga a guerra de respiradores entre unidades da federação com ordens judiciais... para dentro do Brasil para retirar um do outro eles o o ministério da saúde entra e organiza e pacifica toda questão de monitor respirador... *éh* e pacifica isso pra todas as unidades federativas depois que ela entra pro normal ai isso volta pra competência de estados e municípios

Renan Calheiros: *éh::* segundo especialistas uma das... ações mais efetivas para o controle e a disseminação da:: covid-19 é a realização de testagem em massa da população... *éh::* política essa que foi recomendada principalmente após os bons resultados terem sido observados em países... que a adotaram como:: Alemanha Coreia do Sul já no início da própria pandemia... ainda assim o Brasil não lançou essa estratégia em Nenhum momento... incluindo:: o período:: compreendido em sua gestão... por que sua gestão não estruturou uma política de testagem em massa da população?

Mandetta: senhor senador... no... mês de... março nós in iciamos... todo processo de aquisição da testagem em vinte e quatro Milhões de testes não adianta comprar só o teste tem que processar os testes de maneira automatizada... nós fizemos o () de laboratório de () e outros... e outras uma uma série de parceiros que era de responsabilidade do secretário Wanderson pra construirmos toda lógica de testagem... e entrega do resultado através de aplicativo diretamente pra pessoa e pra secretaria de saúde... disparamos o processo de aquisição com todas as dificuldades... mas... *éh::* isso só foi recebido só foi assinado o recebimento dos testes já era o ministro::... subsequente o ministro Teich *éh* e depois eu soube que os testes não foram... essa estratégia não foi utilizada essa era... *éh::*... de uma maneira muito clara... a nossa estratégia testar testar separar pra diminuir o índice de transmissão desse vírus né o o ()

Renan Calheiros: ministro Mandetta havia impedimento técnico para... tanto?

Mandetta: não havia o teste

Renan Calheiros: não havia o teste?

Mandetta: não havia como você adquire era uma carência mundial... nós fizemos um convenio com a organização Pan-Americana de Saúde com a OPAS pra via intercedência com a OPAS aumentar a produção... ela nos solicitou quinze dias nós entramos em contato

com a mundial da saúde nós fizemos licitações... a Fiocruz entrou em compra internacional iniciativa privada brasileira também... no início nós tínhamos aqueles chamados testes rápidos... que eram testes... *éh::* e o próprio PC-RT que é o padrão ouro... aquele seria nosso... dia e os testes rápidos seriam testes complementares auxiliares... lembrando que cada vez que se testa os contactantes ficam em casa os contactantes ficam em isolamento com o protocolo não é só a testagem... é a tes/ é a coleta testagem e após a testagens as medidas referentes aquela... aquele teste positivo

Renan Calheiros: *tá* bem... em sua avaliação a testagem... realizada:: pelos estados e municípios foi apropriada?

Mandetta: eu acho que nós tivemos num determinado momento... um caminho traçado pelo ministério da saúde para testagem para... pra utilização da atenção primária pra regulme/ pra regularizar a questão do - - e tínhamos um caminho nós sabíamos pra onde nós iríamos... nós tínhamos claramente que nós iríamos testar... boquear ao máximo possível os contágios identificá-los num centro e nós iríamos tratar via atenção primária e ampliar a nossa rede de atendimento hospitalar... isso era a maneira como nós focávamos... nós não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ci-ên-cia e a ciência é essa é isso que recomendavam... agora a posteriori... nós vimos pararem muitas coisas e não colocarem outras no lugar a testagem é uma delas

Renan Calheiros: *éh* qual foi o cuidado pelo ministério da saúde a estados e municípios para compra de respiradores e:: por exemplo ampliação de leitos de HTI durante a:: sua presença no ministério?

((interrupção de um dos senadores para avisar sobre a transmissão da CPI, após esse momento Renan repete a pergunta))

Mandetta: nós iniciamos senador com... *ah::* um cálculo lá no início ainda no mês de janeiro de que nós precisaríamos de algo em torno de dois mil... lembro vossa excelência que nós falávamos naquele momento de um vírus pesado... de um vírus como vinha sendo transmitido um vírus LENto a partir do mês de março como nós vimos que era um vírus competente um vírus leve... nós redimensionamos isso pra quinze mil... pra se abrir quinze mil leitos em trinta e sete dias... que foi o que a gente *éh::* conseguiu... nós fizemos com os estados a seguinte situação olha na indústria nacional quem vai escalar quem vai levar pra cima a indústria nacional... é o ministério da saúde fizemos os requerimentos juntamos GRANDES empresas produtoras de mecânica FINA... como essas que eu já mencionei anteriormente tenho receio de citá-las e perder a memória de alguma mas foram TODAS... todas fizeram pro bono pra poder escalar... *éh::* a entrega de quinze mil lembrando que os leitos são o respirador o monitor e mais toda rede né que você vem por trás... e os estados e municípios continuaram as suas tentativas não era inibitória não era que eles não procurassem eles (procuraram) até o momento que nós abastecemos todos os estados e municípios... no decorrer daquele tempo... passamos aquela primeira... primeira onda sem ter... desassistência... viver ou morrer é desígnio de deus agora dar a chance da pessoa lutar pela vida é dever do estado... passamos a primeira dando a oportunidade para as pessoas lutarem por suas vidas por conta desses mecanismos e gradativamente os estados e municípios fizeram suas ações complementares

Renan Calheiros: *éh::* porque não... se obteve sucesso na compra:: centralizada de:: respiradores pelo governo federal?

Mandetta: obtivemos senador... foi dali que saíram quase quinze mil respiradores a um custo... *éh* de treze mil reais o respirador pra todo território nacional... se não tivesse sido aquela estratégia com certeza... agora no início quando todos queiram comprar de uma maneira desorganizada vamos assim colocar... era briga entre estado A contra o estado B... era um... *éh::* e empresas vendendo isso pra duas três vezes a sua capacidade de entrega... *éh* inflação então naquele momento quando o ministério da saúde é sua função monitorar entrar... nós entramos arbitramos... fizemos a encomenda e conseguimos garantir o abastecimento de toda rede nacional que foram esses respiradores inclusive os que estão até hoje... *éh::* segurando... a a... segurando a... a a epidemia e TODos os quinze mil foram entregues

Renan Calheiros: a:: coordenação do ministério da saúde... poderia:: ter evitado as dificuldades que levam... a:: responsabilização de ge/ de gestores de estados e municípios?

Mandetta: então ai já é mais distante do ministério o que a gente faz é pactuar as linhas macro... esse recurso é pra enfrentamento da CT/ da:: da da corona de acordo com seu plano de contingencia... por exemplo pra mandar um recurso pra uma cidade de pequeno porte... muita gente *ah* mas ela não tem CTI mas ela tem necessidades... ela precisa da ambulância... que as vezes está estragada... ela precisa... de uma sala de estabilização ela precisa reforçar o seu atendimento abrir estruturas laterais... então a o agora... como ela faz isso a saúde no Brasil... é um histórico de municipalização é um histórico de atividades estaduais... o primeiro recurso que nós passamos nós passamos pela ótica do per capita quantas pessoas moram aí... acho que foi dois reais por pessoa... o segundo recurso que passamos já passamos pela ótica... *éh::* de produção remetendo pra bipartite porquê... estados por exemplo estados como o Pará... a rede de hospital... todinha de Belém do Pará e do estado não é do município... então quando você passa direto para o município penaliza o estado... isso tudo pactuado isso tudo... *éh éh* organizado com esses municípios e estados ((Randolfe comunica que o sinal da TV senado foi retomado))

Renan Calheiros: muito bom parabéns a vossa excelência

Senador da bancada: senhor relator... eu só queria... breve interrupção não entendi se a compra de respiradores era centralizadas... e se havia uma integração perfeita... com os representantes dos estados e municípios porque que ainda assim os estados partiram pra comprar respiradores? não não não entendi

Mandetta: porque... há um hiato... senador entre a tentativa antes da pactuação olha o governo federal vai ter que entrar pra arbitrar... porque chegou um momento em que você tinha ordem judicial do estado A contra o estado B... pra entrar dentro da fábrica e falar bom ele tinha quarenta prontos... ele iria entregar pro pra cidade a eu tenho a ordem judicial eles começaram a predar e escalonar preço então há um período em que essa competição aqui dentro ficou... de uma maneira insustentável nesse momento é que entra o ministério da saúde e fala... no nível nacional... nós vamos fechar o preço... nós vamos escalonar a produção e nós vamos entregar os respiradores... o Brasil foi país que comprou os respiradores pelo valor mais baixo do mundo... e os integrou ce/ entregou cem por cento na

ponta... isso não impede dos re/ dos dos governadores dos prefeitos enfim daqueles que tem iniciativa... tentaram comprar através de representantes comprar através da China Coreia comprar desse lugares... coisas que o ministério da saúde tentou também em nome de todos mas as licitações davam vazias... davam sobre preço... o ministério da saúde... a *éh*:: nós tomamos a decisão de pegar a indústria nacional que estava acanhada... e usar plataformas de produções enormes de outras... indústrias similares... abrir os respiradores fazer a cópia de todas as... as peças organizar as prensas e produzi-los todos aqui... o Brasil se utilizou o ministério da saúde se utilizou dessa estratégia... que foi o que pacificou a questão dos respiradores

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO DE MARCELO QUEIROGA

((O senador Omar Aziz pergunta para o Ministro se ele deseja fazer uma fala, ela responde que sim e começa))

Início da transcrição 37:36

Término: 1:07:06

Marcelo Queiroga: excelentíssimo:: senhor senador... Ozma/Omar Aziz presidente dessa comissão parlamentar de inquérito...excelentíssimo senhor senador... Renan Calheiros... ilustre relator *éh* senador Randolfe Rodrigues vice presidente da comissão e saúdo todos os demais senadores em nome do senador... Ciro Nogueira não é a primeira vez que eu estou nessa casa participando de::: uma:: audiência... como essa não de CPI mas de audiências públicas e na outra oportunidade nas duas outras oportunidades essa audiências foram muito importantes... para o nosso país agora eu venho contribuir com os senhores... na qualidade de ministro de estado da saúde... como todos sabemos vivemos um momento especial da vida sanitária do mundo... a pandemia da covid-19

((toca um sino))

Omar Aziz: eu vou pedir pras pessoas fazer um pouco de silêncio o ministro... Marcelo Queiroga está... está aqui exp/explanando e o... barulho que está aí de de conversa eu não estou nem eu ouvindo aqui que estou do lado dele

Marcelo Queiroga: obrigado senador

Senador (?): senhor presidente só uma breve *éh*::: indagação... foi submetido ao compromisso de dizer a verdade o senhor Ministro ? () na condição de testemunha

Omar Aziz:

[
ainda não... desculpa... desculpa

Omar Aziz: *éh*::: desculpa... desculpa...((pausa longa)) Ministro... o senhor promete sob a palavra de honra nos termos do artigo 203 do código de processo penal dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

Marcelo Queiroga: sim senhor senador esse é o nosso compromisso

Omar Aziz: a partir desse momento o senhor está com o compromisso de dizer a verdade nos termos do artigo 203... do código do processo penal com a palavra... vossa excelência

Marcelo Queiroga: então como eu dizia aos senhores... desde março de dois mil e vinte a organização mundial de saúde declarou a covid-19 como uma pandemia... e desde então essa doença... tem infelicitado a sociedade mundial de forma marcante... especialmente o nosso país... *éh* o Brasil... hoje como os senhores bem sabem já temos mais de quatrocentos mil óbitos... cabe a nós os homens públicos... oferecer as respostas... que a sociedade brasileira enfrenta de nós então foi com esse espírito... que aceitei a convocação... do excelentíssimo senhor presidente da república... Jair Bolsonaro para conduzir o destino do ministério da saúde nessa época sanitária... de grande... gravidade... nós só temos um inimigo... o vírus... o novo coronavírus... e temos que unir as nossas forças para cessar o estado pandêmico dessa doença... essa pandemia ela não é apenas uma pandemia ela é considerada uma sindemia porque além dos aspectos sanitários... nós temos o aspectos socioeconômicos muito importantes que criam *éh* desfechos que são muito desfavoráveis e pode leva::r o nosso país a uma situação muito complexa então entendo que

a minha participação aqui nessa reunião juntamente com os senhores do senado federal e eu estendo... *éh* a câmara dos deputados ela visa buscar sim soluções para o enfrentamento eficaz desse problema... e aqui eu destaco que a solução que nós temos para o problema da pandemia é a campanha de vacinação... então precisamos vacinar a nossa população... a vacina contra a covid é uma resposta da ciência... nunca... em tão pouco tempo... tivemos vacinas eficazes para combater *éh* uma doença viral como a covid os senhores sabem as dificuldades que temos com a dengue que ainda não temos uma vacina *éh* específica pois bem então a ciência nos prodigalizou com vacinas e... o Brasil ele tem um destaque especial porque o Brasil é um país que reconhecidamente tem competência em vacinar a sua... população tanto é que nós temos dois institutos públicos que são o orgulho da população brasileira e tem sido responsáveis pela maior parte das vacinas ofertadas a sociedade... *éh:::* ao contrário... dos meus ilustres antecessores que estiveram aqui no meu lugar *éh:::* o ex-deputado Mandetta e o doutor Nelson Teich eu sou... o Ministro de Estado da Saúde... essa é a diferença então compete a mim liderar as políticas públicas no enfrentamento a essa doença e um médico... senador Humberto Costa que é meu colega sabe nos dizer também do nosso ilustre antecessor Adib Jatene ele tem... senador Eduardo Braga a missão de curar quando o médico não consegue curar aliviar quando não consegue curar e aliviar confortar os médicos tem que ser especialista em gente né então esse é o meu espírito... esse é o compromisso que eu assumo e que já assumi com os senhores senadores e com toda a população brasileira... e é isso que tenho feito senador Omar Aziz desde o primeiro dia que assumi a gestão... aliás a minha posse foi uma cerimônia reservada... uma cerimônia fechada porque não havia motivos de solenidades ou comemorações então desde então temos dialogado com todos os seguimentos da medicina e das outras profissões de saúde porque não dizer o meu primeiro compromisso oficial como ministro foi uma visita a Universidade de São Paulo a congregação da faculdade de medicina da USP onde discutimos... os pontos principais que já colocamos em prática a frente do ministério da saúde é claro que quando eu assumi nós estávamos diante do pico da segunda onda... e aquela situação uma situação de extrema gravidade requereu do ministro da saúde e de sua equipe um pronto atendimento aos estados e aos municípios em relação a insumos estratégicos necessários para o enfrentamento a pandemia aqui me refiro particularmente ao chamado kit de intubação... *éh:::* sedativos... anestésicos... bloqueadores... neuromusculares e esses itens eles foram dispersados para Estados e Municípios de tal sorte a atender as necessidade das secretarias Municipais e Estaduais de saúde... por outro lado *éh* fizemos uma série de ações coordenadas *éh* pelo nosso presidente da república com outros ministérios... aqui em particular o ministério das relações exteriores liderada pelo nosso chanceler Carlos França e essa ação visou o diálogo tanto com intuições multilaterais como com *éh* embaixada de países produtores... de vacinas ou de insumos porque há a necessidade de reforçar o nosso programa nacional de imunização... com doses... prontas ou com IFA para abastecer nossas *éh:::* indústrias de fabricação... de vacinas e não temos tido sucesso nessa iniciativa mais de setenta milhões de doses de vacinas já foram distribuídas *éh:::* para secretarias Estaduais e Municipais o que faz do Brasil... *éh* quinto país que mais distribui doses de vacinas e essas vacinas elas são aplicadas nas trinta e oito mil salas de

vacinação espalhadas por todo o Brasil e desde que esse processo ele siga... a lógica... tripartite estabelecia e pactuada entre estados união e Municípios nós temos certeza... que teremos eficiência na entrega de doses para nossa população e nesses resultados eles já fazem *éh*:: aparecer nós já temos uma redução de obtidos em pacientes com uma faixa etária maior... *éh* e isso já é um alento isso já é uma esperança para a saída dessa situação difícil então para além da campanha de vacinação... *éh* nós ampliamos senador Randolfe Rodrigues a nossa relação com organismos multilaterais da saúde pública participamos já em mais de uma reunião com *éh* o:: presidente da organização mundial da saúde senhor Tedros Adhanom com quem... *éh* até hoje mantemos um relacionamento muito fluido... com outros diretores da organização mundial de saúde a exemplo da doutora Mariana/Mariângela Simon que é diretora da OMS com a organização pan-americana... de saúde seja a sede mesmo da organização pan-americana com seus diretores Jarbas Barbosa e aqui no brasil com a representante a doutora Socorro Gross ou seja *éh* a nossa relação... com os organismos multilaterais da saúde pública ela é extremamente produtiva e ela caminha em um crescente e isso tem sido FUNdamental para conseguirmos... *éh* insumos *éh* estratégicos para o nosso sistema... de saúde... além das ações com os organismos multilaterais... estreitamos mais ainda... a nossa relação com o CONAES... presidido pela secretário de estado de saúde do estado do Maranhão... o doutor... Carlos Lula e com o secretário o presidente do Conasems o doutor Wilames enfim... temos... todo um:: ambiente favorável... para que possamos... *éh* através das políticas públicas dar as respostas que a sociedade brasileira... *éh*... quer de nós é claro que eu só tenho... *éh* pouco mais de quarenta dias à frente do Ministério da Saúde... e eu não tenho *éh* condições de... *éh*:: me ater a todos os detalhes de um Ministério extremamente complexo como é... o ministério da saúde... e que nessa condição sanitária é o foco... da atenção... de todos os brasileiros... temos também nesse diálogo com a comunidade científica... estabelecido *éh* um vínculo *éh* de... resgate das sociedades científicas para participar... do diálogo com... o ministério da saúde então presidentes das sociedades científicas correlatas com enfrentamento a pandemia da covid-19 estão em permanente dialogo comigo... aqui que destaco *éh*:: ::associação de medicina intensiva brasileira presidida... com muita... proficiência pela doutora Suzana Lobo... *éh*:: e a... terapia intensiva é estratégica senhores sabem que são eles que enfrentam as síndromes respiratórias agudas graves... que são as cousas de óbito da covid estamos com eles sob a liderança do professor Carlos Carvalho... *éh* dialogando com os técnicos do ministério... para elaboração... de protocolo clínico e diretriz terapêutica conforme... dispõe... a lei do Sistema Único de Saúde a lei de oito mil e oitenta e mil novecentos e noventa... que foi complementada com a lei que criou a comissão nacional de incorporação... de tecnologia no SUS... *éh* essa lei foi de dois mil e onze e eu considero a CONITEC como um/uma comissão e estratégica nesse momento... porque é ela que tem a prerrogativa... de fazer os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas e ter um olhar técnico sobre uma questão técnica de um ministério que é iminente técnico... essa posição da CONITEC ela tem que ser colocada em consulta pública... fique em consulta publica pra receber a contribuição da comunidade... científica mas também de todos os brasileiros... e a partir daí buscarmos consenso que é o que eu entendo que é o espírito

dessa (douta) comissão... não devemos aprofundar nossas divergências nós devemos sim... construir... consensos e criar estradadas pavimentadas para a saída dessa situação sanitária complexa... e devolver a cada um brasileiro a alegria de nos darmos a mãos sem precisar lavar depois com álcool... das pessoas terem o direito de... trabalhar... e ganhar o salário com o suor do seu... trabalho que é um direito fundamental... da pessoa humana isso isso consta nas declarações dos direitos humanos e consta da Constituição Federal a Constituição cidadã de mil novecentos e oitenta e oito que consagrou... a dignidade da pessoa humana... como o seu pilar... fundamental sendo que... o direito a saúde... é um direito fundamental... conforme o artigo cento e noventa e seis a ministra Carmem Lúcia disse que esse artigo cento e noventa e seis é conhecido... senador Randolfe Rodrigues até... nos bares né “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado garantido políticas/mediante políticas sociais e econômicas”... é dever do ministério da saúde... proteger o Sistema Único de Saúde o Sistema Único de Saúde do Brasil... é um patrimônio... de cada um... dos duzentos e vinte milhões... de brasileiros e deve ser um compromisso de qualquer... cidadão... que assume... o ministério... da saúde então senhores senadores... *éh:::* eu gostaria... *éh* de peDIR aos senhores... um voto de confiança para que o nosso trabalho... que tem sido feito... no ministério saúde ele possa ser... continuado... ele possa ser... aprimorado e para tanto *éh* os conselhos as recomendações... *éh:::* e as demandas que vem do nosso parlamento elas são fundamentais para o sucesso dessa iniciativa então senador... Omar Azi/Aziz eu agradeço muito a vossa excelência... pela oportunidade de estar diante dos senhores que são os legítimos representantes dos seus estados da nossa federação... e da nossa nação e conclamarmos para que juntos.... consigamos deter... essa a pandemia... que tem criado tanta infelicidade para o povo brasileiro... eu me disponho para esclarecer... *éh* os pontos que sejam suscitados pelos senhores aquilo que eu eventualmente não souber... eu posso através da nossa assessoria... *éh* trazer esses dados para os senhores... de tal sorte que... esse é nosso espírito muito obrigado senador

Randolfe Rodrigues: presidente ((incompreensível porque o microfone estava desligado)) antes do relator iniciar só entregar ao relator a notícia que acaba de ser veiculada... o Instituto Butantã acabou de anunciar... a REDUÇÃO da previsão do recebimento de matéria prima da vacina... o senhor Dimas Covas diretor do instituto responsabiliza... a falta de alinhamento do governo federal... em especial com a China... só pra subsidiar o senhor relator nos questionamentos... e a fala de ontem também

Omar Aziz: senador Renan Calheiros

Renan Calheiros: *éh:::* senhor presidente senador Omar Aziz... senhor vice presidente senador Randolfe Rodrigues... senhores líderes senhores senadores senhoras senadoras... *éh:::* eu quero senhor presidente em primeiRÍSSImo lugar... agradecer a honrosa:: presença:: entre nós... do excelentíssimo senhor ministro da saúde... Marcelo Queiroga... *éh:::* e como::: vossa excelência sabe Ministro o senhor está aqui... na:::.. condição de depoente... de testemunha... e portanto... *éh::::* digo isso de uma forma gentil... está obrigado a responder a esta comissão parlamentar de inquérito... que::: tem prerrogativa de autoridade judicial na condução da investigação e para... tanto... *éh:::* vossa excelência acaba de prestar compromisso... ontem... nós tivemos aqui um depoimento verdadeiro do

ministro Nelson Teich... que a exemplo do ministro:: Mandetta... deixou claro a existência... de um gabinete paralelo... que não era segundo o ministro órgão consultivo... mas que dispunha de recursos e de políticas públicas... *éh*:: especialmente sobre:: cloroquina e sobre produtos para o chamado tratamento::... precoce já que essas decisões de política pública e de recurso para o tratamento precoce e para a cloroquina NÃO Passavam pelo ministério da saúde... foram como eu disse... dois grandes depoimentos e esta comissão parlamentar de inquérito começou MUITO bem muito bem para mim... além de qualquer expectativa... né e a expectativa que nós temos em relação ao seu depoimento ministro é exatamente igual a expectativa... que tivemos em relação ao depoimento dos outros dois ministros... com a permissão de todos presidente passo às perguntas... vossa excelência... assumiu... o ministério da saúde... há:: um mês e meio mais ou menos quarenta e cinco dias... com a missão de::... reorientar a política de enfrentamento da pandemia com a covid do país... em seu pior momento... vossa excelência já:: reconheceu de:: maior número de casos e mortes... pergunto... neste curto período... em que vossa excelência esteve a frente da pasta da saúde... já foi possível fazer um diagnóstico da situação e:: definir uma estratégia para revertê-la?

Marcelo Queiroga: senador... *éh*:: naturalmente estamos trabalhando fortemente nesse diagnóstico já temos o diagnóstico... nós precisamos investir fortemente na vacinação... da nossa população nós temos que orientar... a nossa população a:: aderir... as medidas... não farmacológicas que parecem simples... e são simples... mas que é necessário um reforço reiterado como por exemplo *éh*:: o uso das máscaras aqui antes de começarmos essa sessão senador Omar Aziz o senhor mesmo ((Renan Calheiros)) e os demais senadores nós buscávamos os protocolos de segurança então temos que investir *éh* nas medidas não farmacológicas nós temos que adotar uma política de testagem... pra orientar isolamentos de pacientes que... sejam contaminados bem como dos seus contactante e nós temos que fortalecer o nosso sistema de saúde para que ele seja capaz de atender aqueles casos mais graves... aqueles pacientes com síndromes respiratórias agudas graves sobretudo aqueles que precisam de ventilação mecânica é claro que essa não é uma política... que é executada só pelo ministério da saúde... o Sistema Único de Saúde... é um sistema... tripartite... que es/União estados e municípios... e a pactuação é feita de tal forma *éh* a delegar atribuições específicas para cada ente federativo *éh*:: estamos com a nossa equipe técnica trabalhando para ter... *éh* diretrizes gerais que devam ser colocadas para a sociedade brasileira e para as secretarias estaduais e municipais que naturalmente elas necessitam de uma pactuação... com CONAES e Conasems para que tenhamos mais sucesso *éh* no enfrentamento a essa doença essa é uma doença que até pouco tempo senado::r Renan nossa excelência sabe desconhecida... uma doença que nós não tínhamos um tratamento específico pra ela *éh* que nós tínhamos... *éh* outras situações que não pandêmicas mas semelhantes que causavam... síndromes respiratórias agudas graves mas que... *éh* a evidencia e o conhecimento científico ele foi produzido ao longo do tempo então *éh* estamos trabalhando fortemente de maneira diuturna para apresentar *éh* determinadas protocolos protocolos assistenciais protocolos que definam e disciplinem *éh* a mobilidade urbana... *éh*:: a questão do distanciamento social *éh* a adoção de uma política publicitária mais intensa... para trazer adesão da população...

éh nós sabemos que não é uma tarefa simples... vários sistemas de saúde do mundo... eles... vamos dizer assim... eles tiveram muita dificuldade no enfrentamento a covid-19 aqui eu destaco o sistema de saúde inglês o sistema de saúde... *éh* italiano o próprio sistema americano não é? então

Renan Calheiros: não dá pra comparar porque... nenhum chefe de Estado nem de governo desses países tratou o vírus como gripezinha... então essas comparações são ineficazes não dá... ((tossiu)) eu queria perguntar a vossa excelência na sequência o seguinte em sua opinião... o que faltou ao Brasil... para:: evitar que esses trágicos números de mortos... e o colapso referido aqui por vossa excelência do sistema de saúde que estamos enfrentando?

Marcelo Queiroga: senador nós não temos uma resposta exata para essa situação... porque nós lidamos com um vírus que tem uma imprevisibilidade biológica extrema... esse vírus ele tem capacidade de mutações... não é? e o que aconteceu é com a variante P1 não é? que foi muito mais intensa do que... aquela primeira onda... então se há alguma coisa que nós pudemos fazer a mais... é procurar... *éh* focar nos nossos consensos... é buscar uma forma mais homogênea de tratar essa situação é uma situação *éh*:: complexa... *éh* que exige *éh* decisões que não são simples e que exige a adesão *éh* de TODOS pra que tenhamos o resultado o que foi feito de bom por exemplo... a medida provisória... *éh*:: que o presidente da república editou... com vinte bilhões de:: re/reais pra vacinas que foi aprovado pelos senhores senadores.... o auxílio emergencial que foi aprovado por essa casa e aqui eu já cumprimento *éh*:: os senhores senadores por apoio a essa medida importante né? eu como ministro da saúde como o senhor destacou há quarenta e cinco dias na pasta eu estou procurando... de maneira muito... determinada... buscar esses consensos *éh* e trazer os subsídios uteis... pra que o nosso governo ele consiga em parceria com governos de Estados e Municípios... dá as respostas que a sociedade exige de nós... não é só do poder executivo ou do ministério da saúde... é de todos os homens públicos... dessa grande nação... os prefeitos dos mais de cinco mil municípios... os governadores dos Estados... *éh* os parlamentares enfim todos nós... *éh* unir a população brasileira isso é o que precisamos fazer senador Renan Calheiros

Renan Calheiros: ministro se vossa excelência me permitir eu perguntei... no seu entendimento e:: me permita lembrar de novo gentilmente a prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito... nós estamos aqui para ouvi-lo... *éh*:: o que faltou... para evitar esse grande número de mortes e esse colapso do sistema de saúde?

Marcelo Queiroga: fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Renan Calheiros: o que faltou verdadeiramente?

Marcelo Queiroga: o fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde... os senhores Sabem *éh* as condições que o sistema de saúde do Brasil ele estava... *éh*:: antes dessa pandemia...UTIs lotadas dificuldades... nos pronto atendimentos... problemas... *éh* em formação de médicos especialistas isso é o que faltou... é um dos pontos que faltou sobretudo pra atender... *éh* os pacientes com síndromes respiratórias agudas graves senador

Renan Calheiros: *éh*:: como... vossa excelência descreveria... *éh*:: a condução do ministério quando chegou? estava:: funcionando a contento diante da pandemia... com orientações corretas do ponto de vista científico? *éh*:: a articulação com o Estados e

Municípios era adequada? o monitoramento de insumos e::... equipamentos... e testes estavam acontecendo? havia transparência no planejamento de ações... e na própria divulgação que foi referida aqui por vossa excelência... *éh*::... desses dados?... são perguntas objetivas

Marcelo Queiroga: senador de maneira objetiva eu sou aqui testemunha... e eu posso testemunhar pelos fatos... que eu presenciei... isso se deve aos quarenta e cinco dias que eu estou a frente do Ministério da Saúde... essa função de avaliar os meu antecessores... não só o meu antecessor imediato como os demais... *éh* existem instâncias próprias pra fazer esse tipo de avaliação

Renan Calheiros: é esta a Comissão Parlamentar de Inquérito ((torna-se incompreensível pela sobreposição de vozes entre Renan e Queiroga)) instância própria é esta

Marcelo Queiroga:
senador

[
sim senhor senador sim senhor

Omar Aziz:
como testemunha

[
ministro o senhor está aqui

Renan Calheiros:
essa é a instância

[
testemunha

Omar Aziz: então não tem esse negócio de dizer ou jogar pra terceiros vossa excelência... até agora *éh*:: o:: a:: o senador Renan tem feito perguntas muito objetivas... e o senhor está... *éh*::... tratando de questões de município não sei o que e tal e isso daí não é objetivo... ele fez uma pergunta simples... *éh*::: o que que faltou? faltou lockdown faltou... é não faltou dinheiro () então o que que faltou?

Renan Calheiros:
dinheiro não faltou dinheiro () então o que que faltou?

[
não faltou dinheiro não faltou

Omar Aziz: é é só como testemunha até pra lhe preservar... eu estou aqui pra lhe preservar () o senhor tem que responder e aqui não é o achismo... é sim ou não

Senador Ciro Nogueira: sim senhor senador mas... só como testemunha ele tem que responder por tudo aquilo que ele tem conhecimento ((sobreposição de vozes))

Renan Calheiros: o senhor já chegou no ministério há quarenta e cinco dias ainda não tem consciência do que encontrou?

Senador Ciro Nogueira: é mas o senhor está perguntando anteriormente senador Renan

Renan Calheiros: eu estou fa/eu estou com a palavra para perguntar eu peço aos meus queridos amigos... que por favor... *éh* permitam que eu possa concluir minha missão eu eu... eu fiz autocrítica disse que não vou bater boca com ninguém (...)

Randolfe Rodrigues:
não deixa o relator trabalhar

[
não

Parte 2:Início: 4:09:19Término: 4:16:02

Randolfe Rodrigues: ministro... primeiramente... eu queria aqui fazer uma consideração... que julgo o senhor um dos profissionais mais competentes da medicina brasileira... presidente... da Sociedade... Brasileira de Cardiologia... *eh::* vossa excelência... *éh::* antes inclusive me dizia que era da mesma... cidade de Celso Furtado... eu digo que inclusive vossa excelência se alinha entre duas grandes personalidades... dessa cidade da sua cidade junto *éh* co::m... com iminente Celso Furtado foi ministro... *éh::* foi o fundador da Sudene... então tem as melhores referências e tenho aqui uma impressão... a vosso respeito de que a CONdução no ministério da saúde teve uma significativa melhora a partir de seu advento... dito isso *éh::* ministro e indo direto aos questionamentos porque repostando que estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito e o vosso testemunho... pode ser *éh::* fundamental... para... o trabalho final a ser concluído... por essa CPI... então dito ISSO e na referência médica... que::... o país tem do senhor eu lhe faço uma primeira pergunta objetiva para encerrarmos essa história da cloroquina... o senhor como cardiologista... se um paciente lhe procurasse... pedindo:: um:: que fo::sse receituado... o senhor preconizaria o uso da hidroxicloroquina?

Marcelo Queiroga: *éh::* senador... eu:: aqui já falei de maneira reiterada... que:: o protocolo clínico... ele será discutido

Randolfe Rodrigues: não mas aí a pergunta é (pessoal) e direta como cardiologista

[

Marcelo Queiroga: () senador eu estou aqui como ministro de estado da saúde... né eu... sou instância final na elaboração desse protocolo... e se eu manifestar ()

[

Randolfe Rodrigues: () o senhor fala que esse protocolo vai ser substituído... esse protocolo vai ser substituído... quando?

Marcelo Queiroga: então *éh::* a equipe está trabalhando... e o protocolo mesmo sem tá aprovado ele vai pra (consulta pública) senador

[

Randolfe Rodrigues: me permita ministro... a ausência da modificação desse protocolo... está custando veja... hoje nós estamos com uma média de mortos... supe/já chegamos a média superior a três mil... chegamos a ser um dos países que... por semana que mais matava por covid-19 no planeta... hoje nós estamos numa terrível instabilidade vossa excelência sabe disso mas com a média altíssima de mais de dois mil mortos... essa emergência sanitária será que não é o bastante para já mudar esse protocolo?... ou aliás já pra definir esse protocolo até pra dizer... hidroxicloquina... se alguém concorda se alguém acha isso tem que ser recomendado ou não tem que ser recomendado?

Marcelo Queiroga: então senador não é a ausência do protocolo que está criando essa

situação sanitária... *éh::* o protocolo... protocolo clínico de diretriz terapêutica

[

Randolfe Rodrigues:

mas o protocolo clínico se me permite é o

enfrentamento não é isso?

Marcelo Queiroga: então o protocolo clínico... vamos supor a questão do tratamento farmacológico hospitalar... já há *éh::* praticamente um consenso que... *éh::* esses medicamentos que vossa excelência faz alusão eles não teriam utilidade nesse momento... não é? então... *éh::* *éh::* a questão que se discute aqui é se eles teriam alguma utilidade no início da doença no chamada tratamento... precoce e isso precisa se/ser (dirimido)... e outro ponto senador é os protocolos clínicos

[

Randolfe Rodrigues:

mas ministro é sobre isso que me refiro... é

porque isso é é um instrumento me permita o senhor não concorda que é um dos instrumentos de enfrentamento da pandemia?

[

Marcelo Queiroga:

e é por isso

que eu determinei Conitec pra fazer essa avaliação... e está sendo feita agora um aspecto... senador todas as medicações o senador Otto Alencar ainda a pouco falava da meta/dexametasona... essa prescrição na bula da dexametasona não consta não consta a sua indicação no tratamento da covid-19 portanto é uma prescrição fora... do bulário é uma medicação fora do bulário não é uma indicação específica... ((começa uma discussão entre os senadores)) (...) () não consta do bulário é um fato concreto... não consta do bulário... se o senhor mostrar que consta no bulário para o tratamento da covid-19... certo? (...) o protocolo clínico... em tese... em tese ele deveria estar... *éh::* contendo medicações que estejam aprovadas pela Anvisa e com aquelas indicações constantes do bu-lá-rio tá isso em tese... MAS

[

Senador da bancada: como não consta do bulário que... os medicamentos para intubação... são... específicos para cloroquina... então por favor né não nos faça... não nos faça aqui parecer... bobos

[

Marcelo Queiroga:

então senador o que eu o que eu estou falando... senador o que

eu estou falando é que não consta... () eu estou falando que não consta do bulário... prescrição consta do bulário ou não consta do bulário isso vai ser motivo de avaliação

Randolfe Rodrigues: (...) objetivamente a pergunta... *éh::* nós estamos com UM ano de pandemia e quatrocentos e dez mil mortos... qual o protocolo hoje da Conitec?

Marcelo Queiroga: então hoje senador... existe uma série de medicações onde existe consensos em relação ao seu emprego um deles é o... dexametasona... corticoide... isso deve constar no protocolo clínico... né? as questões relativas as técnicas de intubação orotraqueal... o uso de anticoagulantes... o uso de outros anti-inflamatórios como é o caso... do tocilizumab nós temos um estudos agora que foi publicado no Recovery... *éh::* essa questão será discutida de maneira técnica... e no âmbito correto... que é a Conitec foi assim

que estabeleceu-se a lei... eu apenas quero cumpra a lei

Randolfe Rodrigues: o que o senhor acha dessa circunstância de ter um ano e ainda não ter tido mudança no protocolo?

Marcelo Queiroga: então o conhecimento foi sendo consolidado ao longo do tempo senador... então hoje nós temos hoje *éh*:: um um conhecimento maior e é por esse motivo que... no meu entendimento já cabe a edição de um protocolo clínico e uma diretriz... terapêutica para o enfrentamento dessa situação... no entanto... volto a afirmar o que é FUNDamental é... a campanha de vacinação... ter uma campanha de vacinação...

Randolfe Rodrigues: já vamos falar sobre isso

Marcelo Queiroga: AMpla no Brasil... nós temos as dificuldades que já foram aqui externadas... e o esforço nosso é conseguir doses... além disso *éh* reiterar as medidas não farmacológicas... eu estou aqui para buscar consensos... pra que nós consigamos superar essa dificuldade

[

Randolfe Rodrigues: só uma pergunta... só uma pergunta ministro no protocolo hoje da Conitec tem hidroxiclora/cloroquina?

Marcelo Queiroga: não há protocolo da Conitec senador

Randolfe Rodrigues: então voltamos na mesma situação estamos há um ano sem protocolo

Marcelo Queiroga: não há nós precisamos fazer senador e foi isso que eu já determinei

Randolfe Rodrigues: pois é mas é *éh*:: ministro só pra destacar... o senhor está dizendo precisamos fazer... mas eu quero REIterar... estamos há uma média TRÁgica mais de dois mil mortos por dia quatrocentos e dez... MIL mortos MAIS de quatrocentos e dez mil mortos a número de hoje (...)

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO DE EDUARDO PAZUELLO

((Abertura da reunião com leitura a ata da reunião e juramento de Pazuello))

Início da transcrição: 35:01

Término: 1:40:50

Omar Aziz: vossa excelência... deseja falar antes que o relator?

Eduardo Pazuello: por favor

Omar Aziz: fique à vontade

Eduardo Pazuello: excelentíssimo senhor... senador Omar Aziz presidente... da comissão... excelentíssimo senhor senador Renan Calheiros... nosso relator da comissão... senhores e senhoras senadores que compõe essa comissão demais senadores que:: estão conosco hoje aqui presente... senhoras e senhores que acompanham... imprensa... meu bom dia a todos... eu agradeço a oportunidade... inicialmente de estar aqui no Senado Federal... pra ajudar esclarecer para TODos os brasileiros... os fatos e as verdades sobre a pandemia... de coronavírus que assola o nossos país... antes de iniciar quero apresentar os meus sinceros sentimentos a todos aqueles que perderam parentes e amigos pela covid-19... gostaria também de apresentar meus reconhecimentos a todos os profissionais de saúde... que na ponta da linha estejam ajudando a salvar mais vidas... já salvamos mais de treze milhões de brasileiros... senhoras e senhores senadores início minhas considerações... dizendo que quem está aqui sentado hoje é um homem COMUM... um filho que perdeu sua mãe muito cedo... e que perdeu seu pai há pouco tempo... minha mãe era dona Vera... uma gaúcha da fronteira... nascida em Bagé... meu pai seu Nissim... era paraense... de família judaica... que imigraram para o Brasil... saindo da Espanha... fugindo da inquisição passando por Marrocos... e vindo pro Brasil Belém Manaus... enfim um cidadão brasileiro... mas que por opção... jurou defender o seu país... independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas... eu entrei pra vida militar muito cedo... aos dez anos no colégio militar de Manaus... aos dezessete fui pra academia Militar dos agulhas Negras e aos vinte e um... voltei pra servir Manaus como oficial... durante a minha vida no exército... pude aliar os conhecimentos logísticos e administrativos da formação acadêmica... aos novos conhecimentos operacionais alcançados nas especializações que optei... como oficial... tive oportunidade como coronel de comandar dois batalhões logísticos... e como general... de comandar duas grandividades... a grandividade logística do exército... a maior de todas... e um grande comando logístico... cabe ressaltar que nesses comandos existem estruturas de saúde... operacional que vão até um escalão de um hospital de campanha... estas experiências foram fundamentais... para me preparar para o grande desafio logístico humanitário da minha vida militar... em fevereiro de dois mil e dezoito recebi do então presidente da república senhor Michel Temer a missão de ser o coordenador operacional das ações interministeriais... pra conter a crise humanitária causada pelo fluxo migratório de venezuelanos em Roraima a operação acolhida... tivemos oportunidade ali de ajudar mais de seiscentas mil pessoas que cruzaram a nossa fronteira fugindo da fome da miséria e da violência... todos em estado de extrema vulnerabilidade... essa missão foi reconhecida pela Organização das Ações Unidas e sua principais agencias como exemplo humanitário para o mundo... fruto de um grande trabalho em equipe também tive a honra de ser

agraciado com um prêmio nacional de direitos humanos oferecido pelo ministério dos direitos humanos... em dois mil e dezoito... ainda naquele ano em dezembro... tendo em vista a grave crise que se instalou o presidente da república decidiu pela intervenção federal naquele Estado... recebi a missão de interventor federal... de ser interventor federal... juntamente com o governador eleito... para que pudéssemos garantir a segurança da população e ajudar naquele momento tão conturbado o que passava um dos estados da federação... depois de quase quarenta e sete anos da minha entrada no colégio militar de Manaus fui nomeado comandante da décima segunda região militar... foi uma sensação de realização e reconhecimento... fiquei muito feliz de voltar a Manaus... a décima segunda região militar é um grande comando sediado em Manaus... responsável pela logística e assuntos administrativos em quatro estados Amazonas Roraima Rondônia Acre e possui em sua estrutura CINCO hospitais regionais todos subordinados diretamente a mim (...) ((O ex-ministro continua a leitura de seu documento sobre sua trajetória até chegar na administração atual da pasta da saúde))

Omar Aziz passa a palavra para Renan Calheiros

Renan Calheiros: senhor presidente senador Omar Aziz... senhor vice-presidente senador Randolfe Rodrigues... senhores senadores senhoras senadoras... senador Eduardo Braga líder do:: MDB cumprimentando vossa excelência quero cumprimentar todos os outros líderes aqui presentes... o:: ministro:: Eduardo Pazuello ex-titulado da pasta da saúde... foi convocado como todos sabem... perante esta comissão parlamentar de inquérito em razão da aprovação dos requerimentos sento e dezessete sento e trinta e dois sento e noventa e seis duzentos e trinta e cinco e duzentos e setenta e três... de autoria respectivamente dos senadores Eduardo Girão Randolfe Rodrigues Alessandro Vieira Humberto Costa e Renan Calheiros... todos membros da comissão parlamentar de inquérito esse:: fato já nos demonstra o absoluto interesse do Senado Federal nessa convocação... em razão da importância das informações... éh::: de que ele:: dispõe para esclarecimento:: das ocorrências que ora investigamos... seu depoimento esTAVA todos lembram inicialmente marcado para o dia cinco de maio exatamente na MESma semana... em que os demais ministros da gestão Bolsonaro seriam ouvidos... no entanto... por haver tido contato com pessoas acometidas pela covid-19 e receoso de oferecer risco para as senadores e senadores... solicitou que sua oitiva fosse adiada em pelo menos catorze dias... período em que se manteria e::m absoluto isolamento e em constante observação médica... ocorre... senhor presidente senhores senadores... éh::: que as vésperas da nova audiência o ministro Eduardo Pazuello decidiu impetrar habeas corpus no Supremo Tribunal Federal... alegando risco de sofrer constrangimento ilegal... e ter seus direitos individuais... desrespeitados pelo presidente desta comissão por seu relator ou por QUALquer um dos seus membros... prontamente como membro da CPI também como:: relator... éh::: dirigiu... me ao relator da ação no Supremo Tribunal Federal... excelentíssimo ministro Ricardo Lewandowski para esclarecer os seguintes pontos... que o ministro Eduardo Pazuello compareceria na condição de TESTemunha pois não havia elementos que o colocassem como investigado... que seu depoimento para a comissão parlamentar de inquérito seria de vital importância... para as investigações e que estariam garantidos a ele... bem como a TODOS que aqui

compareceram para depor... os direitos previstos... em lei e na Constituição Federal inclusive o de se fazer... assistir por advogados... *éh::* e de não fazer prova contra si... por fim acrescentei para o ministro Lewandowski... *éh::* o paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então... *éh::* caracterizam a pandemia de covid-19... é pois peça fundamental no fornecimento de informações quanto a participação de pessoas que de algum modo contribuÍRAM para o colapso do nosso sistema de saúde e conseqüentemente podem ser responsabilizadas pelo/pela lamentável morte de quatrocentos::... e trinta e nove mil trezentos e setenta e nove brasileiros e brasileiras... *éh::* será portanto com essas observações em mente que farei presidente Omar Aziz as minha::s perguntas e indagações... meu objetivo... e creio que de todos os presentes aqui nesta comissão parlamentar de inquérito é... em respeito... a essas quatrocentas e trinta e nove mil trezentos e setenta e nove Vítimas... dessa terrível doença buscar... com total obstinação em CADA decisão e em cada tomada... de ação pelas autoridades detalhe por detalhe os erros e falhas que colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais em número:: de casos e em número:: *éh::* de mortes nessa:: calamitosa pandemia... vamos ao depoimento... *éh::* vossa excelência... é militar de carreira tendo chegado ao honroso posto de general de divisão do exército brasileiro... patente que ocupa até hoje... cumpriu com sucesso missões difíceis como aqui foi colocado como a coordenação logística do exército nas olímpiadas de dois mil e dezesseis no Rio de Janeiro... sua chegada ao Ministério da Saúde ocorreu em abril de dois mil e vinte já no cargo de secretário executivo... por indicação direta do presidente da república conforme esclareceu a esta CPI o então ministro:: Nelson Teich... segundo o ministro Teich... sua nomeação veio para melhorar a parte logística e de aquisições do ministério embora vossa excelência não tivesse até então experiência alguma na área de saúde... pergunto ministro vossa excelência pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do ministério da saúde? E mais tarde... para assumir o cargo de ministro?

Eduardo Pazuello: senhor senador... muito obrigado pela sua pergunta ela:: já nos coloca de frente pra uma posição fundamental... e eu... vou colocar de forma bem clara... eu só na décima segunda região militar eu tinha cinco hospitais... sobre a minha guarda toda a saúde de trinta mil homens estavam sobre a minha responsabilidade... e ações de saúde ações de... de contratações de empresa... pra fazer a a:: parte de saúde *éh::* privada também em paralelo... só na décima segunda região militar... na operação acolhida... TODA a saúde dos seiscentos mil venezuelanos que passaram por lá estavam sobre a nossa responsabilidade... desenvolvemos em conjunto com o ministério da defesa... equipes de saúde em todos os níveis... inclusive com transferências com operações contatos com tudo... só no comando da base... logística do exército... eu tinha além da das estruturas normais de um quartel eu tinha um hospital de campanha nível três da ONU... que:: na meu/ no meu comando nós recebemos o:: a a o nível três que é o de prontidão máxima da ONU... permitindo desdobramento completo em qualquer lugar do mundo... esse trabalho era feito e treinado... diuturnamente... no comandos nos batalhões logísticos que eu comandi tinham companhias de saúde... saúde operacional... onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas... ou a tropa... pra fazer a:: evacuação a estabilização e evacuação dos

doentes... até os hospitais de campanha que eu viria comandar depois... isso ai só pra falar pro senhor sobre área de saúde... sobre gestão e liderança eu acredito que... seria... perguntar se a chuva molha se o oficial (general) tem competência de gestão e liderança.. se nós não tivermos tem que começar do zero... a nossa instituição... então... eu acho que gestão e liderança é uma coisa que eu não preciso colocar... pela própria colocação como o senhor colocou a mim com relação a carreira militar e quanto ao desconhecimento da:: da minha da minha vida militar e os meus comandos na área de saúde... eles são bem colocados como eu coloquei assim então eu me considero sim senhor plenamente apto a exercer o cargo de ministro da saúde e lembro... que nós tivemos ai nas últimas duas décadas quatro cinco seis ministros se não me engano quatro ministros que não tem absolutamente nada com ligação de saúde... como os senhores conhecem o Ministro José Serra Ricardo Barros... e outros () são pessoas são profissionais que fizeram trabalhos especí/espe/...especiais nos no::s éh:: éh::: no ministério... e não tinham ligação alguma com área de saúde sendo um ministro da saúde ou qualquer ministro nesse nível ele tem que ter acessória técnica ele tem que ter capacidade de ouvir ele tem que ter sensibilidade pra tomada de decisão e decidir rápido... porque todos os dias... vidas eram perdidas

Renan Calheiros: quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde... e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?

Eduardo Pazuello: senador... quando nós chegamos com a equipe... quando eu cheguei na minha equipe no ministério eu cheguei com quinze oficiais... e a ideia (é) obviamente trabalhar na secretaria executiva... e eu repito uma frase que eu falei outro dia... eu acho que aquele primeiro desenho foi muito bacana... quando o presidente nomeou o Teich... mi/médico e... me colocou como executivo pra fazer o suporte de gestão e logística administrativa pra ele... e eu me lembro desculpe sob/dessa forma mas não foi uma pergunta direta sua mas eu acho que isso faz parte da... da contextualização da resposta... éh::: eu sentei com o ministro Teich e disse olha... a parte finalística que são as secretarias eu nesse momento não tenho... como lhe ajudar muito... eu preciso aprender sobre isso... agora sobre a parte de gestão logística administrativa eu vou tocar... então o senhor fique tranquilo dessa parte o senhor foque... na parte finalística e a gente vai fazer um excelente trabalho foi assim que nós começamos a conversar e infelizmente o ministro Teich ele decidiu partir... e ai o resto da conversa os senhores sabem... mas eu repito que aquele:: aquele primeiro... primeiro primeiro desenho ali seria realmente a melhor coisa que a gente poderia ter tido mas as/ a conduta acontece e ai a gente vai... respondendo a conduta... então voltando a pergunta sobre logística... éh::: nós estamos vivendo a pandemia e a pandemia precisaria... de entrega de equipamentos ventiladores EPIs... precisaria contratação de estruturas pra fazer processamento de testagens... a a pandemia precisaria ter um acompanhamento de recursos que seriam transferidos criação de critérios... isso tudo precisava trabalhar na executiva... e:: essa primeira compreensão... re/demonstra o tamanho do trabalho que precisaria ser feito e nós estamos vivendo exatamente a crise de falta de respiradores habilitação de leitos... a compreensão do que estava acontecendo... precisávamos fazer isso de forma rápida... de forma legal... e... tempestiva né rápida já falei... precisava ser rápido e a gente não tinha tempo pra perder... essa é a resposta senador

Renan Calheiros: objetivamente que medidas foram tomadas e quais os resultados?

Eduardo Pazuello: a primeira medida... foi nós centralizarmos os centros de operações de emergência junto a executiva... o COE ele já existia... *éh::* centrado numa secretaria de vigilância... continuou lá parte de vigilância e nós trouxemos um represen/ um uma representação... de cada secretaria... mais o Conass o Conasems e a OPAS para sentarmos juntos... e ali recebermos as demandas e tomarmos as decisões de como resolver e sempre pactuando com Conass e Conasems de forma... técnica critérios técnicos... e foi essa foi a primeira medida criação do COE... a segunda medida... foi nós buscarmos o fornecimento *éh::* as prospecção das indústrias nacionais pra fabricação de respiradores... foi fantástico esse trabalho em conjunto com o MD... me cederam do MD a::: uma estrutura de prospecção de indústrias e nós fomos as indústrias nacionais... e... a partir dali nós não compramos um respirador importado... e fornecemos e apoiamos todos estados e municípios que precisavam com respiradores nacionais... fomentados na indústria nacional isso eu acho que é um grande:: uma grande resposta... eu acho que:: a gente precisa compreender que a logística... disso tudo num país continental foi um desafio... fantástico e ai trabalhou ai a infraestrutura trabalhou a casa civil e nós conseguimos fazer logística externa e interna nacional e municipal entregando até na ponta da linha tudo EPIs respiradores medicamentos... vacinas H1N1... tamiflu e todos os outros medicamentos e materiais necessários

Renan Calheiros: vossa excelência fez indicações de cargo durante a gestão do ministro Teich? quais?

Eduardo Pazuello: ministro Teich?

Renan Calheiros: sim

Eduardo Pazuello: só os cargos da secretaria executiva... só os cargos da secretaria executiva que eram os militares que vieram conosco

Renan Calheiros: quais?

Eduardo Pazuello: senador... eu... vou mandar levantar um por um para o senhor mas... basicamente... vou lembrar/vou lhe falar os que eu mais lembro né os maiores cargos... o meu próprio meu secretário adjunto o chefe do COE... o chefe da:: secretaria de adminis/da SAA da parte administrativa... e:::... é esses são os cargos principais e a partir daí são cargos médios de apoio

Renan Calheiros: já como ministro vossa excelência teve:: autonomia para formar sua equipe de gestores?

Eduardo Pazuello: cem por cento

Renan Calheiros: cem por cento... *éh::* em vídeo no dia:: da sua demissão... ao lado de vossa excelência... *éh:::* disse... o seguinte sobre a sua chegada ao ministério “não tinha nada nem ninguém para nos dizer nada... a gente andava nos corredores e não tinha ninguém salas vazias pessoas que nunca nos passaram nada”... vossa:: excelência teve alguma dificuldade com o corpo técnico do ministério da saúde?

Eduardo Pazuello: não houve uma pa/ uma passagem de função técnica como nós imaginamos... (vivia-se) a pandemia... nós tínhamos onze por cento apenas... doze por cento das pessoas trabalhando no ministério... os corredores eram vazios... tudo era home office

e:: e:: os chefes as sessões... os chefes também tinham saído com a outra administração... essa que é a lógica pra que o senhor compreenda (houve isso aí) de uma forma... ampla isso em todas as secretarias

Renan Calheiros: houve algum momento de baixa aceitação do seu nome ou houve... dificuldades no relacionamento com servidores hábeis a prejudicar... alguma ação do seu planejamento no ministério?

Eduardo Pazuello: senador eu eu... pelo contrário... os sena/ os os profissionais que lá encontrei que... volto a colocar... no início encontrei pouquíssimas pessoas... depois nós fomos chamando o pessoal de volta fomos convencendo o pessoal... a a a rever a sua posição... e::: e::: eu acho que... foi uma relação... muito profícua e muito muito exitosa... profícua mesmo e exitosa relação muito boa... pessoal trabalhando muito sem hora sem dia... e tudo que se pedia se tinha respostas... então uma estrutura... elogiei bastante inclusive na minha saída... o senhor deve ter aí a:: a:: o vídeo... elogiando MUIto o pessoal profissional da do ministério da saúde que lá encontrei

Renan Calheiros: no lançamento do outubro rosa no ano passado pouco depois de vossa excelência assumir o cargo de ministro... após passar quatro meses como interino... vossa excelência declarou que aspas “não se sabia nem o que era o SUS” fecha aspas porque... sempre fora tratado:: em hospitais militares... a pergunta é... qual era a sua relação com o presidente da república antes de abril de dois mil e vinte?

Eduardo Pazuello: bem antes da pergunta direta sobre a relação direta com presidente vo/eu vou contextualizar já que o senhor colocou a ideia da::: da minha frase...

Renan Calheiros:

[
por favor... fique à vontade

Eduardo Pazuello: eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte... eu acho que todos os brasileiros... conhecem o SUS de uma forma simples... sabem que nós temos um sistema único e hospitais públicos e:: e e que funcionam... nas suas cidades... como militar... eu não só não conhecia o SUS como não conhecia também escolas particulares... eu só eu só pre/eu só estudei no colégio militar de Manaus a partir da quinta série... e fui se/ fui formado e tratado... pelo exército até hoje inclusive... então éh::: o meu conhecimento de SUS não poderia ser profundo aquilo ali era... a a comp/ o contexto daquela frase era... que surpresa espetacular... eu acho que é ao contrário... fui mu:::ito/ foi uma surpresa mu:::ito interessante ver como nós tínhamos um sistema fantástico... e precisa isso precisa ser de conhecimento maior do povo brasileiro... o povo não tem a noção do esforço e dos recursos empre/empregados para o sistema de saúde essa que era a intenção clara daquele frase a minha relação com o presidente Bolsonaro... eu o conheci na brigada da infantaria paraquedista na década de oitenta... e ao longo da vida é claro cruzei com ele:: em vários em várias situações... em vários momentos... mas uma relação de::: de amizade simples... nunca tive proximidade maior com o presidente

Renan Calheiros: quem indicou o seu nome ministro para o presidente Bolsonaro?

Eduardo Pazuello: eu acredito que... as indicações vieram dos oficiais gerais que trabalhavam com o governo federal eu não sei qual deles... mas acredito que veio do grupo

de oficial que trabalhava com o presidente

Renan Calheiros: como o presidente da república fez o convite para que:: vossa excelência viesse a integrar a equipe do ministério da saúde?

Eduardo Pazuello: como eu relatei na minha:: na minha abertura... de forma DIRETA E inequívoca... é para vir

Renan Calheiros: que missões ele:: lhe deu na oportunidade?

Eduardo Pazuello: bem... a missão de fazer a:: de cumprir o a/ eu acho que a palavra correta seria... *éh::* eu vou usar aqui uma expressão peço desculpas... abre aspas “trocar a roda do carro com o carro andando” fecha aspas... era não deixar haver... perda de continuidade nas ações de combate a pandemia essa era a preocupação do presidente... e pra não haver perda... eu acho que todos os senhores... já *éh::* trabalharam de alguma forma ou no executivo ou o ministro já... em outras situações você montar uma equipe demora... você tem que trazer pessoas tem que ser transferidas... *éh::* os recursos são pequenos pra você ter *éh* pessoas de alta capacitação na na linha privada... e trazer pra um cargo pra ganhar oito mil reais dez mil reais... não que seja um salario pequeno é um salário ótimo mas a iniciativa privada paga melhor então você conseguir montar uma equipe rápida e e essa equipe ser... realmente *éh::* comprometida e pronta não é simples... a ideia do presidente e a ideia que me foi passada era... venha... traga imediatamente as pessoas que você precisa pra trazer o exército vai selecionar... e você... toca a transição em noventa dias... gradativamente vão sendo substituídos os militares e a partir dali o ministro Teich toca sozinho daí pra frente essa foi... a missão

Renan Calheiros: sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento... de alguma ordem específica?... Como a:: recomendação de tratamento precoce para a covid com cloroquina ou outro medicamento?

Eduardo Pazuello: em hipótese alguma... presidente nunca me deu ordens diretas pra nada

Renan Calheiros: *éh::* com que frequência vossa excelência se reunia com o presidente da república durante sua gestão?

Eduardo Pazuello: menos do que eu gostaria... sim eu preferia ter encontrado mais vezes o presidente

[

Renan Calheiros: menos do que o senhor gostaria... não tem elementos para... fazer uma avaliação

[

Eduardo Pazuello: (eu vou lhe colocar) desculpa eu vou... eu dei uma resposta... era pra atender a finalidade da pergunta não a pergunta objetiva desculpe serei mais objetivo... eu acredito que a relação com o presidente... precisaria ainda ser... ainda poderia ser maior ainda... mas os ca/ os cargos são complicados as agendas são complicadas... e eu o via uma vez por semana... a cada duas semanas... era o que eu pod/ a gente conseguia conversar... eu eu realmente... se pudesse voltar atrás eu teria ido mais vezes atrás do presidente pra conversar com ele

Renan Calheiros: que orientações e solicitações relacionas... as ações de combate a

pandemia o presidente da república lhe fez durante a sua gestão?

Eduardo Pazuello: só um minuto por favor ((pede licença para beber água))

Renan Calheiros: por favor... fique à vontade

Eduardo Pazuello: as orientações... *éh::* volto a colocar aqui.. na verdade... eu levava... as ideias pro presidente e diz/contava como estava:: a pandemia... como ela... como é como é que era a visão... senhores... a antes só fazer uma pequena uma pequena uma pequena... uma pequena di/ mudança na pergunta vou já voltar a ela... *éh::* quando gente fala sobre como é que está... qualquer coisa... você tem que ter um dado comparativo... isso aqui está bom... está bom em relação ao que? aquilo tá rápido... tá rápido em relação ao que? aquilo tá demorado tá demorado em relação ao que? Quando você tem coisas inéditas... você está descobrindo as coisas... não tem nem rápido nem demorado nem bonito nem feio... são... coisas que estão acontecendo pela primeira vez... é muito importante a gente compreender e... quando a gente... (para) um função *éh::* no cargo de ministro você recebe informações todos os dias vinte e quatro horas por dia... o telefone não para... e você atende todo mundo... então você vai criando uma observação sua sobre o fato... eu procurava levar ao presidente... então voltando a a sua pergunta levar ao presidente a minha visão em cada momento... como estava... acontecendo a pandemia lá em abril maio como foi em Manaus... naquele abril e maio em Manaus então quando eu vim de Manaus eu trouxe ideias do que eu vi lá... eu vi que eu vi que *éh::: éh éh:::* já naquele momento já foi difícilíssimo Manaus... já foi difícilíssimo e eu... vim de lá vendo isso e vendo que a pandemia se alastrava... naquele momento ali pelo norte e pelo nordeste... especificamente norte e nordeste... E... pontualmente nas duas grandes capitais Rio São Paulo pela própria dinâmica de relacionamento relações e voos... que essa duas grandes capitais tinham... então essas observações eram as observações que eu levava e:: obviamente a a conversa... era de ineditismo como é que eu ia fazer aquilo não pode faltar aquilo outro... Pazuello você precisa de mais alguma coisa? já falou com o MD pra fazer a logística disso ou daquilo essa era as conversas... as conversas eram em altíssimo nível... para fazer soluções

Renan Calheiros: o senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas a covid... *éh:::* foram passadas pelo presidente da república ((não termina em tom de pergunta, mas de afirmação))

Eduardo Pazuello: senador... as orientações foram... fazer a coisa acontecer o mais rápido possível... era não era era não aceitar... uma colocação que ele sempre colocava e dizia olha... se falarem qualquer pra você dizendo que é no meu nome não fui eu... só aceite qualquer coisas que eu te fale... observações só minhas... não aceite ninguém dizer que falou comigo... se houver qualquer coisa foi eu que te falei não ninguém vai falar em meu nome... isso é uma coisa que ele sempre colocava ele estava era preocupado... que colocassem... palavras ai ou observações diretas no nome dele

Omar Aziz: ministro só pra contribuir... vossa excelência falou que o presidente::... pediu pra vossa excelência assumir pra não sofrer solução de continuidade... qual foi o planejamento... deixado pelo ministro Mandetta e pelo ministro Teich... que não sofreu soluções de continuidade? porque... vossa excelência falou em quarenta e três milhões de testes... que foram feitos é logico que... tem brasileiro fez dez testes quinze teste... mas tem

dois milhões e pouco de teste que vai... vencer e aqui eu perguntei ao ex-ministro Mandetta... se ele tinha... logística suficiente pra fazer ele disse que estava fazendo... uma central... algo... *éh::* utópico para o tamanho do Brasil fazer uma central de:... de:: exames então qual foi o... o que deixou até porque... o início começa com o ministro Mandetta... que teve tempo suficiente... pra fazer um baita planejamento... e como vossa excelência disse que o presidente disse pra não ter solução de con/continuidade... alguma coisa foi deixada por eles e eu queria que o senhor dissesse pra nós o que que eles deixaram

Eduardo Pazuello: obrigado presidente... bem senhores... *éh::* *éh* claro que o planejamento macro foi todo feito... já estava pronto quando eu cheguei... mas eu lembro aqui... inicialmente que o planejamento um plano... ou uma estratégia... era feita com suposições você não sabe como vai acontecer... então... o que aconte/ o primeiro planejamento feito pra pandemia ela foi os critérios foram lineares... foram (por) população... não sabia aonde que ia ter o impacto... então distribui-se recursos e meios... de forma linear... ponto... eu estou dando um exemplo de planejamento... quando você vê... como a a pandemia se/ela se desemboca como ela tá acontecendo você começa a regular... o direcionamento dos meios... começa a regular o direcionamento dos meios... então meios que estavam indo... por exemplo uma cidade que ainda não não tinha nem previsão de impacto... não eram mais prioridade em relação a uma cidade que estava tão impactava ou quase colapsada... nós precisávamos socorrer aonde era necessário... então a primeira... compreensão do planejamento havia... *éh::* *éh:::* e o planejamento ele foi feito da melhor forma possível... com certeza... com os dados que se tinha... e as condutas... do planejamento elas são necessárias na execução e essas condutas visavam atender imediatamente aonde era necessário... e aonde não era poderia ser atendido numa sequência *éh* *éh::* posterior essa é... a primeira explicação... falando especificamente sobre testes... eu gostaria de:: salvo o melhor juízo porque eu não estou mais... tendo *éh* tendo acesso a todos os dados... e eu peço desculpa se algum dado ficar... fora de linha... *éh::* sobre por exemplo... testagem... a primeira coisa que o ministro Teich pediu quando chegou

Renan Calheiros: ministro sem... interrompe-lo é que nós temos perguntas objetivas concretas... *éh::* mais adiante com certeza nós vamos ter oportunidade de falar sobre os testes... *éh:::* seria muito importante que nós tivéssemos perguntas *éh:::* objetivas e respostas também objetivas para nós avançarmos no depoimento... *éh:::* só para efeito de organização do depoimento

Eduardo Pazuello: sim senhor senador é porque eu estava tentando responder as perguntas dos testes do senador Omar Aziz... mas eu posso responder depois